



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

PMDI

Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

Anexo ao Projeto de Lei nº /2003

Belo Horizonte, setembro de 2003



Belo Horizonte, 30 de setembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Governador,

Atendendo dispositivo da Constituição Estadual, apresentamos para vossa apreciação o **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI**. Elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, este documento constitui o plano estratégico do Governo do Estado de Minas Gerais e consolida um conjunto de grandes escolhas que orientarão a construção do futuro de Minas Gerais num horizonte de longo prazo e sob condições de incertezas.

Pela metodologia adotada, o PMDI representa uma resposta a três grandes questões:

- onde estamos? – Diagnóstico da situação atual
- aonde pretendemos estar? – Cenários futuros
- como “chegar lá”? – Estratégia e Programas Prioritários

O documento “Minas Gerais do Século XXI” , que constitui um recente e amplo diagnóstico da realidade socioeconômica mineira elaborado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG, foi a base para descrever a situação atual.

Com objetivo de refletir sobre as condições de contorno e as principais variáveis da caminhada de Minas Gerais rumo ao futuro, considerando o contexto de elevado nível de incertezas atual, foram construídos cenários exploratórios. Estes cenários exploratórios representam quatro imagens de futuro possíveis para Minas Gerais em 2020 e proporcionam o conhecimento de um espaço de oportunidades e riscos à caminhada do Estado em direção ao futuro. Constitui, portanto, uma reflexão sobre aonde podemos chegar.

Ainda em resposta à segunda questão, foi construída uma Visão de Futuro de Longo Prazo, um cenário normativo, que apresenta uma imagem de onde queremos chegar. Para a definição dessa Visão de Futuro foram consultados membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Esta visão após aprovada por Vossa Excelência, e pelos demais membros do CDES, passou a representar uma referência de longo prazo para as ações do Governo do Estado e de outros atores sociais.

O cenário normativo aponta as aspirações para o futuro de longo prazo de Minas Gerais e representa uma realidade desejada, mas factível, a ser construída com



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Gabinete do Secretário

grande coragem e trabalho de toda a sociedade mineira, ao longo das próximas décadas.

Em seguida, um processo amplo de consultas, no âmbito do Executivo e do CDES, possibilitou identificar três Opções Estratégicas e uma Agenda de Prioridades. O detalhamento da Agenda de Prioridades resultou em Iniciativas Estratégicas que lhe dão um grau maior de concretude representando “pontes” entre a Visão de Longo Prazo e o início de sua construção a partir do momento presente. Esse processo apontou o início da resposta à questão: “como vamos chegar lá?” e foi elaborado pelos executivos-chave do Governo Estadual e por lideranças da sociedade mineira.

Tendo o PMDI como referência estratégica de longo prazo, foi definida pelo Colegiado de Gestão Governamental uma carteira de 30 Projetos Estruturadores intitulada “GERAES” e elaborado o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2004/2007 que, além do GERAES, inclui também os demais programas prioritários do Governo.

O objetivo com esses planos e, principalmente, com os acompanhamentos, avaliações e revisões periódicas, é deixar claro a estratégia e as prioridades do Governo, passo essencial para efetivar o “choque de gestão” proposto no plano de governo “Prosperidade: a face humana do desenvolvimento”.

Na oportunidade, renovo à Vossa Excelência os meus melhores votos de profundo respeito e admiração.

Atenciosamente,

Antonio Augusto Junho Anastasia
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão



<i>Metodologia</i>	2
<i>Diagnóstico Sumário do Estado de Minas Gerais</i>	8
1.1. A Dimensão Econômica	12
1.2. A Infra-estrutura e o Meio-ambiente	17
1.3. A Dimensão Social.....	20
1.4. A Perspectiva Regional.....	24
1.5. As Oportunidades	26
<i>Cenários Exploratórios do Estado de Minas Gerais 2003 - 2020</i>	30
2.1. Natureza e Finalidade dos Cenários Exploratórios de Minas Gerais.....	32
2.2. Condicionantes do Futuro do Contexto Mundial	34
2.2.1. O Contexto Mundial	34
2.2.2. Condicionantes Mundiais de Baixa Incerteza: Invariantes	36
2.2.3. Condicionantes Mundiais de Alta Incerteza: Incertezas Críticas	37
2.3. Condicionantes do Futuro do Contexto Nacional.....	39
2.3.1. O Contexto Nacional	39
2.3.2. Condicionantes Nacionais de Baixa Incerteza: Invariantes	41
2.3.3. Condicionantes Nacionais de Alta Incerteza: Incertezas Críticas	43
2.4. Condicionantes do Futuro do Estado de Minas Gerais	49
2.4.1. O Contexto Mineiro.....	49
2.4.2. Condicionantes Estaduais de Baixa Incerteza: Invariantes	50
2.4.3. Condicionantes Estaduais de Alta Incerteza: Incertezas Críticas	51
2.5. Cenários Exploratórios do Estado de Minas Gerais 2020.....	55
Cenário I: Conquista do Melhor Futuro	56
Cenário II: Desperdício de Oportunidades	59
Cenário III: Superação de Adversidades	61
Cenário IV: Decadência e empobrecimento	63
<i>Aspirações para o Futuro de Minas Gerais a Longo Prazo</i>	70
<i>Visão de Futuro para 2020</i>	78
<i>Opções Estratégicas</i>	82
<i>Objetivos Prioritários</i>	86
6.1. Melhoria da Segurança Pública.....	89
6.2. Provisão da infra-estrutura com ênfase na malha rodoviária e no saneamento básico.....	90
6.3. Melhoria e ampliação dos serviços públicos.....	91
6.4. Meio ambiente permeando a atuação do governo	92

6.5. Contribuição para a geração de empregos	93
6.6. Fomento inovador ao desenvolvimento econômico	94
6.7. Redução das desigualdades regionais.....	96
6.8. “Choque de Gestão”	99
6.9. Viabilização de novas formas de financiamento dos empreendimentos públicos	102
6.10. Consolidação da liderança política de Minas no contexto nacional	102
<i>Anexos</i>	104
1. Melhoria da Segurança Pública	106
1.1 - Melhoria da Segurança Pública	106
1.2 - Informação e Comunicação ao Público.....	107
2. Provisão de infra-estrutura com ênfase na malha rodoviária e no saneamento básico	108
3. Melhoria e ampliação dos serviços públicos	109
3.1 - Ações Integradas.....	109
3.2 - Saúde.....	109
3.3 - Educação.....	110
3.4 - Habitação.....	110
3.5 - Cultura.....	111
4. Meio ambiente permeando a atuação do Governo	111
5. Contribuição para a geração de empregos	112
6. Fomento inovador ao desenvolvimento econômico.....	113
7. Reduzir as desigualdades regionais.....	114
8. “Choque de Gestão”	115
9. Viabilização de novas formas de financiamento dos empreendimentos públicos	116
10. Consolidação da liderança política de Minas no contexto nacional	116
<i>Anexo – Projeções do IDH</i>	117
<i>Anexo – Indicadores dos Objetivos Prioritários</i>	119



Metodologia



O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI é, na sua essência, um plano estratégico indicativo para o Estado de Minas Gerais. Neste sentido, consolida um conjunto de grandes escolhas que orientarão a construção do futuro de Minas Gerais num horizonte de longo prazo (2020) e sob condições de incertezas. Deste modo, o PMDI representa uma resposta consistente a três grandes questões:

- onde estamos?
- aonde pretendemos estar?
- como “chegar lá”?

A primeira questão, “onde estamos?”, foi contemplada, em grande medida, no trabalho Minas Gerais do Século XXI¹. Assim a escolha foi incluir no PMDI um breve resumo do referido documento, que apresentou um abrangente diagnóstico da realidade socioeconômica mineira.

Considerando o contexto de elevado nível de incertezas do mundo atual, e particularmente quanto ao futuro do Brasil e do Estado de Minas Gerais, a resposta à segunda questão “aonde pretendemos estar?”, iniciou-se com a construção de cenários exploratórios², que indicam as condições de contorno e as principais incertezas da caminhada rumo ao futuro. Os cenários exploratórios possibilitam o conhecimento de um espaço de oportunidades e riscos dentro do qual foram desenhadas quatro imagens de futuro possíveis para Minas Gerais em 2020. Indica, portanto, parte da resposta à segunda questão porque faz uma reflexão sobre aonde podemos chegar.

Ainda em resposta à segunda questão, foi construída uma **Visão de Futuro de Longo Prazo** que apresenta uma imagem de onde queremos chegar. Para a definição dessa **Visão de Futuro** foram consultados membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES que redigiram “Cartas do Futuro”³ descrevendo Minas Gerais em 2020 e configurando as linhas gerais de uma imagem ao mesmo tempo desafiadora, viável, consistente, sustentável e desejável do futuro do Estado nas dimensões econômica, social, ambiental, de informação & conhecimento e regional. Esta visão foi submetida ao Governador Aécio Neves, ao Colegiado de Gestão Governamental e aos demais membros do

¹ “Minas Gerais do Século XXI”, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002.

² Para maiores detalhes da metodologia de cenários ver capítulo 2 item 2.1: “Natureza e Finalidade dos Cenários Exploratórios de Minas Gerais”.

³ Textos escritos por solicitação da Secretaria de Planejamento e Gestão aos membros do CDES Dr. João Camilo Penna, Dr. Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto, Dra. Patrícia Helena Gambogi Boson e Dra. Miracy Gustin, para servirem de ponto de partida na formulação de uma imagem do futuro desejado para Minas Gerais num horizonte de longo prazo.

CDES, passando a representar uma aspiração da sociedade mineira e uma referência de longo prazo para as ações do Governo do Estado e de outros atores sociais.

A seguir, um processo amplo de consultas possibilitou identificar três **Opções Estratégicas** e uma **Agenda de Prioridades**. Tal processo representou a elaboração de uma **Agenda Comum** entre o Governo e os setores mais representativos da sociedade de Minas Gerais, tendo sido conduzido através de aproximações sucessivas entre o nível técnico e o político. Representa parte da resposta à questão: “como vamos chegar lá?”

O detalhamento da **Agenda de Prioridades** resultou nas **Iniciativas Estratégicas** apresentadas no Anexo que lhe dão um grau maior de concretude representando a “ponte” entre a visão de longo prazo e o início de sua construção a partir do momento presente. Também são parte da resposta à questão “como vamos chegar lá?”.

No Anexo também são apresentados os **Indicadores** selecionados para a avaliação das ações do Governo. Seu objetivo é aumentar a transparência da ação governamental e garantir a efetiva implementação da **Agenda de Prioridades**.

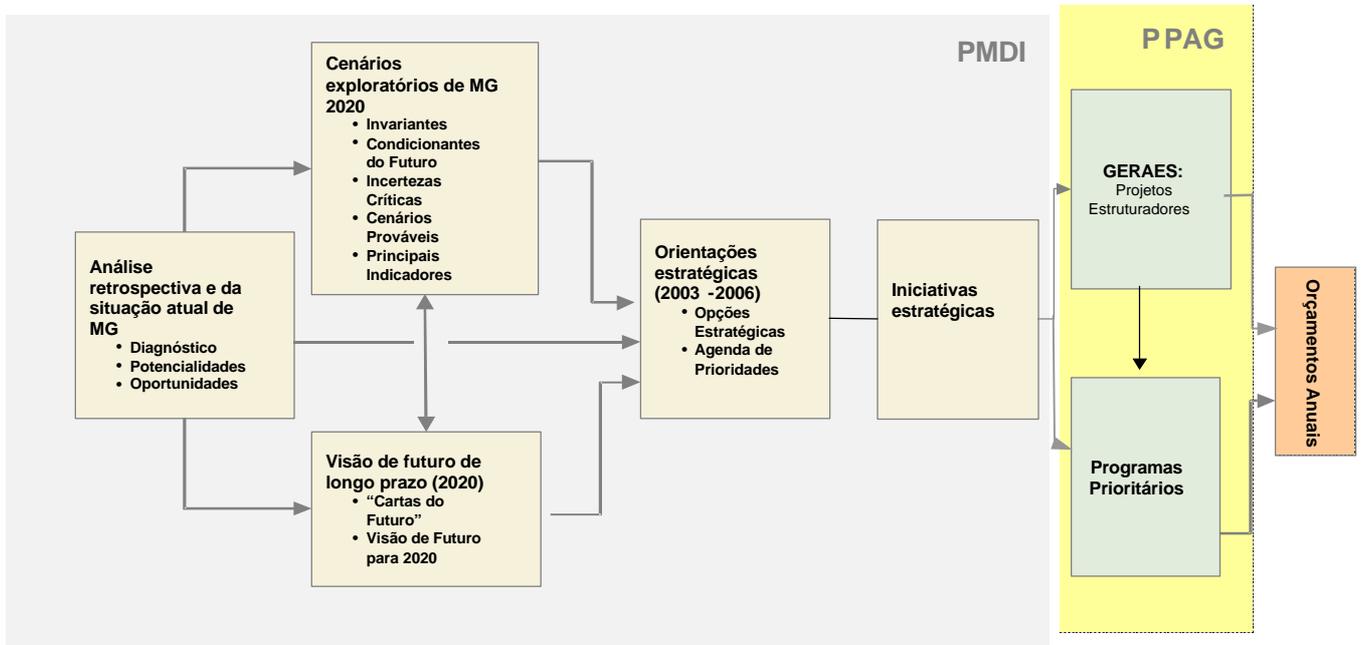
Nesta concepção, o PMDI busca:

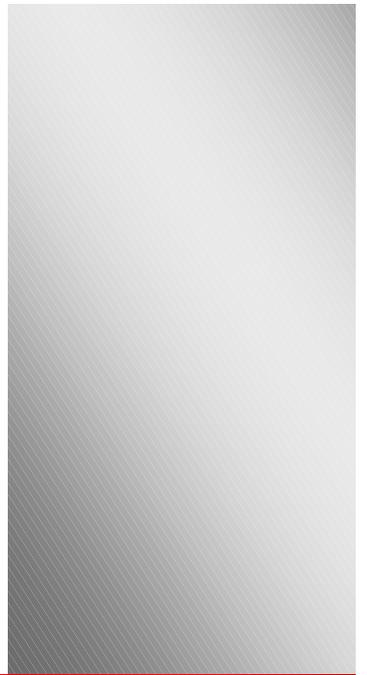
- antecipar e sinalizar oportunidades e riscos para o desenvolvimento de Minas Gerais, contribuindo para a superação dos obstáculos existentes e para a atração de investimentos para o Estado;
- estimular a convergência e a integração de iniciativas, esforços e recursos de governos e de instituições públicas e privadas em oportunidades e segmentos de maior potencial de geração de benefícios sociais e econômicos;
- fornecer orientações e indicações para a concepção, seleção e priorização de projetos estruturadores; e
- subsidiar a elaboração do PPAG 2004-2007.

Assim, a partir do PMDI foi elaborada uma carteira de **30 Projetos Estruturadores** intitulada “**GERAES**” – **Gestão Estratégica dos Recursos e Ações do Estado**, e o **Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG**. Os Projetos Estruturadores se constituem nas principais prioridades do Governo Aécio Neves e serão objeto de intenso gerenciamento visando garantir sua execução.

O diagrama a seguir apresenta esse processo de forma sintética:

Elaboração do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado





Capítulo 1

Diagnóstico Sumário do Estado de Minas Gerais

1. Diagnóstico Sumário do Estado de Minas Gerais⁴



A economia mineira chegou ao final do século XX com um desempenho acima da média nacional, mas com sinais de perda de dinamismo. Se esse fato não for resolvido com urgência e firmeza, decerto comprometerá gravemente a competitividade de Minas Gerais, em uma época de acirramento da disputa, nacional e internacional, por melhores posições no mercado.

No campo social, nos últimos 10 anos, houve expressiva melhoria nos principais indicadores de alfabetização, mortalidade infantil e materna e esperança de vida ao nascer, o que impactou positivamente o Índice de Desenvolvimento Humano⁵ – IDH estadual. Contudo, tal melhoria não atenuou de forma perceptível as severas desigualdades regionais. Outro indicador social - a morte por causas violentas - retrata de forma dramática o aumento da violência no Brasil e particularmente em Minas Gerais, resultado, em grande medida, do agravamento dessa situação na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH⁶.

Além de afastar o risco de perder a corrida pelo crescimento, a retomada do dinamismo da economia estadual é condição primária para os passos que ainda faltam no sentido de elevar a renda *per capita* e aumentar a qualidade de vida dos cidadãos, refletida nos indicadores sociais de Minas Gerais. O baixo ritmo da atividade econômica brasileira é um agravante a cercear o crescimento regional, mas não é o único nem o mais importante no momento. É que a máquina pública de Minas Gerais, a qual é necessário atribuir papéis essenciais, seja de prestadora de serviços básicos, seja de indutora de um processo de reação construtiva, encontra-se perto da inviabilidade total, constrangida por dívidas, engessada por despesas e limitada em sua capacidade de financiamento e de provisão dos serviços essenciais e de infra-estrutura como saneamento, transporte e logística.

⁴ Textos retirados do estudo “Minas Gerais do Século XXI”, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002.

⁵ O IDH foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação, longevidade e renda. O índice varia de zero a 1. Um IDH maior que 0,800 é considerado alto; e menor que 0,500, baixo. O IDH do Brasil evoluiu de 0,709 em 1991 para 0,769 em 2000. O IDH de Minas é o 11º entre as Unidades Federativas (0,766). Cabe ressaltar que o IDH de Minas Gerais tem sido influenciado negativamente pelos baixos indicadores exibidos pelas regiões mais carentes do Norte de Minas e dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

⁶ O aumento do número reportado de mortes por causas violentas também resulta de uma melhoria nas informações, no aumento global da população e, em particular, do número de pessoas na faixa etária com maior probabilidade de incidência de mortes violentas.

Reverter esse quadro, resgatando o poder de ação e reação do Estado e recolocando Minas Gerais de volta ao caminho do desenvolvimento sustentável é desafio que, mais uma vez em sua história, não intimida os mineiros. Ao contrário, pode ser o primeiro passo de trajetória de mudança, iniciada com a coragem de levantar a fundo, com rigor técnico, as deficiências e as potencialidades para oferecer aos construtores do desenvolvimento um olhar para o futuro de Minas Gerais.

Importa lembrar a participação decisiva da máquina pública mineira no desenvolvimento do Estado em passado recente. Na década de 70, a economia de Minas Gerais experimentou um *boom* de industrialização. Cresceu a taxas expressivas, com a grande massa de investimentos que se localizou em seu território quando da expansão da economia brasileira, da desconcentração industrial que se verificou no País e da conjuntura internacional favorável.

Esse surto de desenvolvimento não foi espontâneo. Ao contrário, foi induzido pela ação do Estado mineiro que, desde meados dos anos sessenta, havia instituído uma inovadora estrutura de planejamento e de fomento, sabendo tirar partido das condições favoráveis da conjuntura nacional. Naquela época, foram criados o Instituto de Desenvolvimento Industrial - INDI, a Fundação João Pinheiro - FJP, a Companhia de Distritos Industriais - CDI, que, juntamente com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG, instituído em 1962, formaram forte aparato institucional de apoio e fomento ao desenvolvimento do Estado. De forma simultânea, uma grande reforma administrativa foi deflagrada pelo então **Conselho de Desenvolvimento**.

Tão ou mais decisiva para a atuação desenvolvimentista do Governo de Minas foi a *reforma fazendária*, realizada a partir de 1969, que retirou a Secretaria de Estado da Fazenda do âmbito da política tradicional, modernizando e saneando as finanças do Estado. Até então, a cobrança dos impostos era feita por meio de coletorias, a Secretaria não dispunha de informações sobre a arrecadação e muitos dos exatores retinham o que coletavam nos seus municípios para garantir o pagamento dos servidores públicos locais. A reforma fazendária estabeleceu o pagamento de tributos através da rede bancária, centralizando a arrecadação, instituiu o "caixa único", o sistema de quotas para o custeio e o investimento dos órgãos da administração estadual, dando às autoridades fazendárias o controle real das finanças do Estado. Com tais medidas, as despesas foram comprimidas e o Estado adquiriu capacidade de investir.

Quando os ventos do desenvolvimento começaram a soprar sobre a economia brasileira, as finanças públicas de Minas estavam saneadas e o Estado havia recuperado a capacidade de investir. O INDI, o BDMG, a CDI e a FJP, que integravam a arquitetura institucional criada para promover o desenvolvimento da economia mineira, tiveram, então, recursos e condições institucionais para tirar Minas do relativo atraso em que se encontrava na época. Com as finanças em ordem e sustentado por uma rede de instituições de fomento, o Estado estava pronto para captar boa

parte dos investimentos gerados pelo *boom* do “milagre econômico” e pelas políticas de diversificação industrial promovidas pelo II PND.

Ressalte-se, entretanto, que as circunstâncias e o contexto do desenvolvimento na atualidade são radicalmente distintas das que prevaleciam na década de 70. O Brasil vivia, então, sob a égide do autoritarismo e hoje experimenta a democracia, onde a ação do poder público requer negociação, participação e a formação de consensos. Nos anos 70 houve crescimento, enquanto a fase atual é marcada por incertezas, com acanhadas taxas de expansão da economia. Antes a capacidade de investimento do Estado era suficiente e hoje é modesta, em razão da crise fiscal.

Mais importante, no entanto, é a mudança no entendimento acerca do desenvolvimento. O novo desenvolvimento não é sinônimo apenas de crescimento econômico, nem de riqueza ou mesmo de renda *per capita*, fenômenos de fácil percepção e classicamente mensurados por índices conhecidos. Hoje, para ser sustentável, condição da qual não se abre mão, o desenvolvimento deve ser entendido em dimensões até então negligenciadas, ou menos valorizadas, como a qualidade de vida. O desenvolvimento é sustentável quando promove a prosperidade econômica e mostra novas faces, como educação e saúde, com a atenuação das desigualdades sociais e o equilíbrio ambiental.

Por sua nova dimensão, fica claro que o desenvolvimento não cabe mais a um único agente, seja o Estado, seja o mercado. **O novo desenvolvimento é missão de todos.**

1.1. A Dimensão Econômica

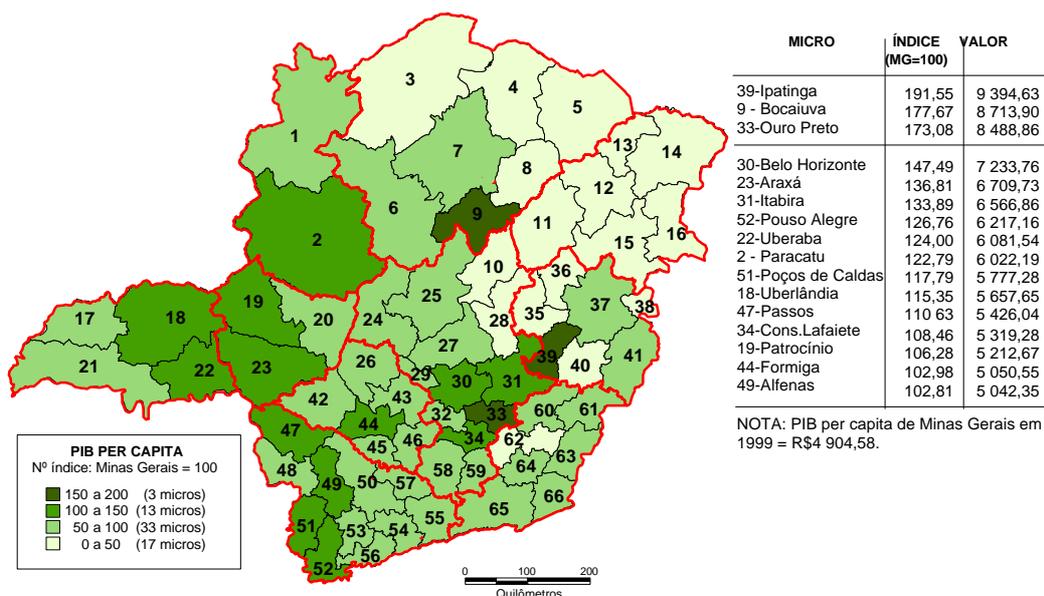
Em 2001, o Produto Interno Bruto - PIB de Minas Gerais, a preços de mercado, atingiu cerca de R\$ 115 bilhões⁷, o equivalente a 9,6% do PIB brasileiro. Tal dimensão econômica confere a Minas Gerais um porte aproximado às economias do Chile, Paquistão e Peru. Em 2000, levando-se em conta a paridade do poder de compra das diferentes moedas, o produto *per capita* mineiro se situa na 63ª posição entre as economias do mundo, o que coloca Minas Gerais como um “país” de renda média.

Os indicadores tradicionais de desempenho da economia mineira, no período 1990/2001, apontam ligeiros ganhos em relação ao verificado na economia nacional. A uma taxa de crescimento médio anual do PIB *per capita* de 1,1%, observada para o País durante o período, corresponde uma taxa de 1,45% em Minas Gerais.

Apesar do quadro comparativo com a situação nacional sugerir uma posição favorável a Minas Gerais, tal avaliação não se sustenta quando considerados outros indicadores. O PIB *per capita* mineiro é quase 10%

⁷ Fonte: Fundação João Pinheiro – dados preliminares

inferior à média nacional, resultado, em parte, das marcantes desigualdades regionais (MAPA 1). A disparidade assume coloração dramática se cotejarmos o quadro mineiro com as demais grandes economias estaduais: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.



MAPA 1 - PIB por habitante das microrregiões geográficas de Minas Gerais, 1999.

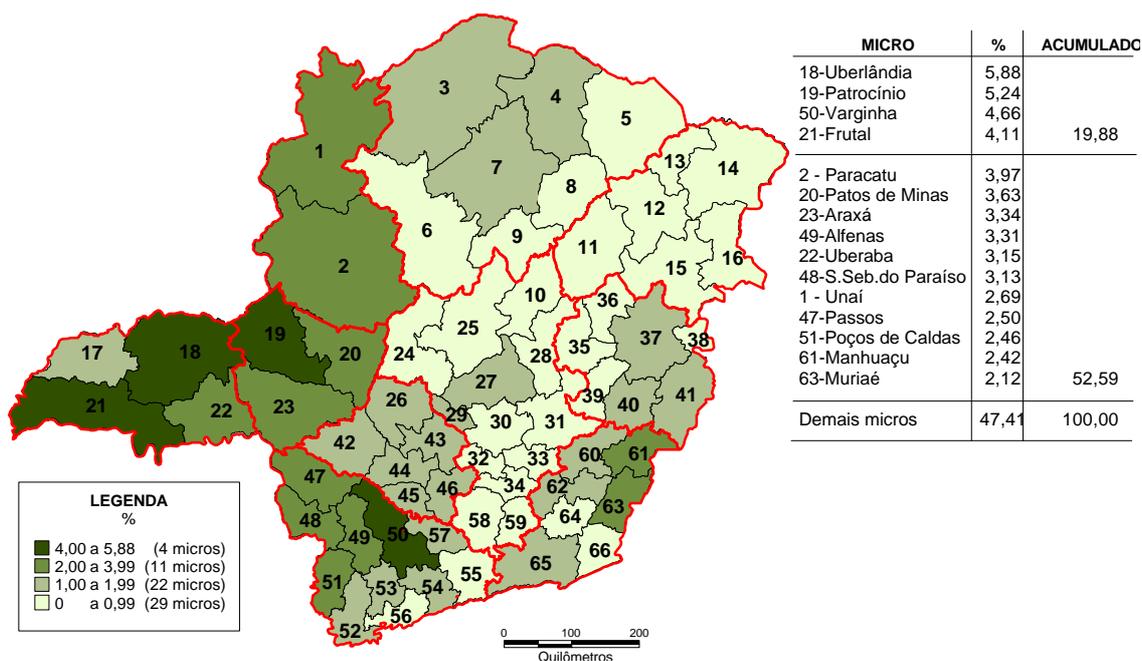
FONTE - Minas Gerais do Século XXI - Volume II

O setor produtivo mineiro

Uma primeira análise sobre o setor produtivo mineiro permite constatar, de um lado, a manutenção das bases agropecuária e de extração mineral como pilares da indústria mineira e, de outro, um aumento recente e expressivo, consolidando uma tendência, da participação do setor serviços no PIB estadual.

A pauta agropecuária em Minas Gerais, não obstante as transformações setoriais vividas nas últimas décadas, continua fortemente concentrada em três produtos: café, leite e carne bovina. Estes produtos perfazem mais de 57% do Valor Bruto da Produção - VBP agropecuária. Estão presentes, ainda, três outros produtos comparativamente menos expressivos: cana-de-açúcar, frutas e algodão, cujo surgimento é mais recente. Sem que se configure o aspecto da transformação industrial da soja, com a mesma intensidade da Região Sul do País, aparecem, ainda, quatro cadeias produtivas de grãos (milho, arroz, feijão e soja), além da produção de batata e de mandioca.

Regionalmente, observa-se grande concentração do Valor Bruto da Produção - VBP nas Regiões do Triângulo/Alto Paranaíba com 31,3% e Sul/Sudeste com 28,6% do VBP agropecuária mineira em 1998 (MAPA 2). A Região Noroeste destaca-se pela produção de grãos (cerrado), a Sul e Sudeste pela moderna agricultura de café e de soja.



MAPA 2 - Participação no PIB Agropecuário - Microrregiões - Minas Gerais, 1999.
FONTE - Minas Gerais do Século XXI - Volume II

Já no Norte de Minas, a fruticultura irrigada, com destaque para a Região do Jaíba, aparece como uma oportunidade singular de desenvolvimento regional, mas exige ampliação do parque agroindustrial e da logística regional para sua expansão, além de boa estratégia de comercialização.

Atualmente, as principais cadeias produtivas do Estado são: café, abacaxi, batata e leite (primeiro produtor nacional), milho e gado bovino (segundo), feijão e suínos (terceiro), cana de açúcar e laranja (quarto), banana e aves (sexto), soja, mandioca e algodão (sétimo) e arroz (oitavo). Em todas essas cadeias, existe um grande potencial de expansão tanto na esfera produtiva quanto no processamento e na comercialização de subprodutos.

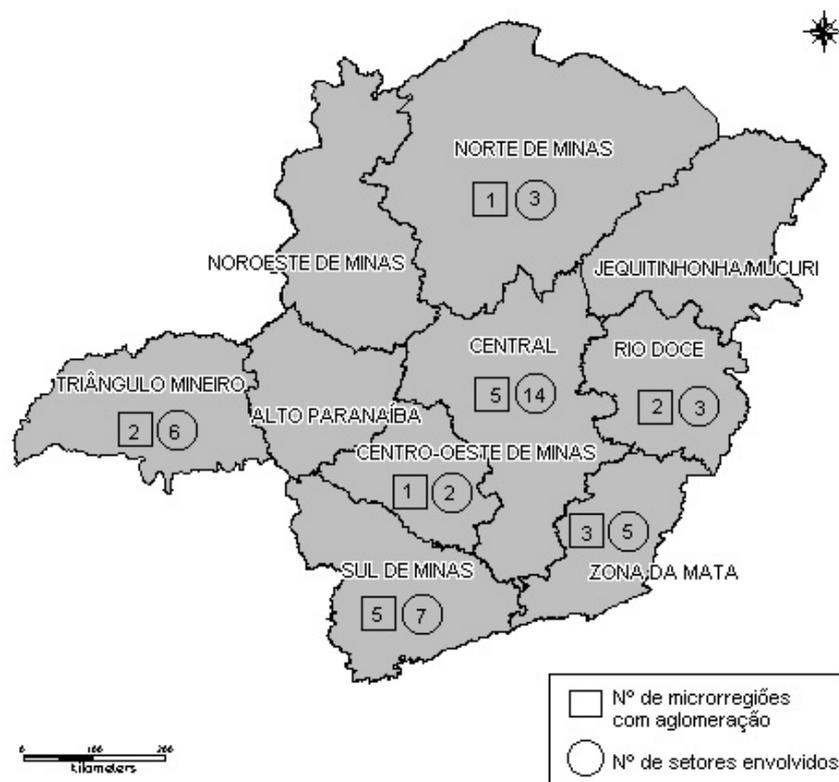
Dada a ampla e expressiva base agropecuária do Estado, o parque industrial mineiro está aquém de sua potencialidade e não tem sido capaz de utilizar a vantagem comparativa da produção estadual na consolidação de um segmento agroindustrial líder no País. À exceção de laticínios, em todos os demais segmentos observam-se lacunas a serem ocupadas, desde o cafeeiro e de carnes, passando por couros, óleos e massas, sucos e conservas, açúcar e álcool.

O outro pilar do setor industrial mineiro é a mineração. Os minérios são a principal base produtiva de Minas Gerais, por fornecer os insumos do complexo metal-mecânico e pela sua presença marcante na pauta de exportações, mesmo em estágios de menor elaboração industrial.

O diagnóstico atual indica que, pelo menos nos próximos dez anos, deverá ser mantida a produção da grande maioria das substâncias minerais atualmente exploradas no Estado. Das sete principais substâncias extraídas em Minas (ferro, ouro, zinco, níquel, nióbio, fosfato e calcário), seis têm perspectivas favoráveis de mercado – oferta, demanda e preços. Além disso, a mineração é praticada em Minas Gerais por empresas de grande porte, nível “classe mundial”, operando em estruturas oligopólicas de mercado e direcionadas para a demanda internacional. A única exceção é o níquel, cujas reservas podem ser exauridas no período de dez anos.

Assim, o “carro-chefe” da indústria em Minas Gerais é o complexo metal-mecânico. Influenciada pela forte base mineradora, a participação do complexo metal-mecânico de Minas Gerais no produto industrial estadual passou de 37,5%, em 1960, para 51%, em 1999. A diversificação do complexo se fez notadamente a partir das indústrias automotiva e mecânica que, no caso desta última, foi realizada em bases mais frágeis, sendo gravemente afetada pela crise dos anos 80. Atualmente esse segmento ainda sofre os efeitos do ajuste produtivo em curso.

Um olhar local sobre o setor produtivo mineiro revela aproximadamente 40 aglomerações produtivas nas diversas regiões do Estado (MAPA 3), com múltiplas dimensões econômicas e variados estágios de cooperação, atualização tecnológica e capacitação gerencial. Ao lado do predomínio das aglomerações em indústrias maduras, tais como a têxtil e de confecções, de calçados, madeira e mobiliário, extrativa mineral e de materiais de construção, emergem aglomerações em atividades de maior conteúdo tecnológico, tais como biotecnologia, material de transporte, química, material elétrico e de comunicação.



MAPA 3 - Aglomerações Produtivas Locais em Minas Gerais
FONTE - Minas Gerais do Século XXI - Volume II

Nos índices do comércio exterior brasileiro, Minas Gerais posiciona-se como segundo principal estado exportador, apresentando uma pauta concentrada em produtos básicos, com cerca de 43% do valor total exportado em 2000 (notadamente minério de ferro e café), seguindo-se os manufaturados com 33% do total. Comparado com outras pautas exportadoras estaduais, a mineira apresenta a vantagem de ser principalmente originária do complexo metal-mecânico, setores onde a vantagem competitiva do Brasil é pouco contestada. Por outro lado, observa-se que os produtos mineiros exportados têm um conteúdo de valor agregado menor que os provenientes de outros estados, como São Paulo e Rio Grande do Sul.

É importante ressaltar, enfim, que é do conjunto heterogêneo de atividades designadas como “serviços” (produtivos e outros serviços) que origina a maior parcela do PIB mineiro (cerca de 48% do total) e onde está a maior parte da População Economicamente Ativa - PEA, quase 58% do total. Se acrescentarmos a ocupação oferecida pela construção civil, o setor terciário mineiro responde por 64% da ocupação total.

1.2. A Infra-estrutura e o Meio-ambiente

A infra-estrutura é elemento estratégico na produção de praticamente todos os bens e serviços de uma economia e, portanto, a insuficiência e a ineficiência na sua provisão restringem a capacidade de desenvolvimento econômico e social. De outro lado, o meio ambiente figura como elemento chave para um desenvolvimento em bases sustentáveis, que respeite as gerações futuras legando-lhes um espaço em boas condições de habitabilidade.

A situação infra-estrutural de Minas Gerais é bastante heterogênea, tanto do ponto de vista dos seus diferentes componentes como em relação às condições de acesso das várias regiões e estratos da população. Conseguiu-se, por um lado, um nível razoável de acesso da sociedade aos serviços básicos de **energia e de telecomunicações**, mas, de outro, agravaram-se carências significativas no acesso aos serviços de **saneamento, de transporte e de logística**.

A atual situação das diversas modalidades de transporte apresenta-se como um dos principais "gargalos" ao desenvolvimento do Estado. A situação da modalidade rodoviária é de extrema precariedade em Minas Gerais, impactando negativamente na qualidade de vida das pessoas, nos custos de produção e na decisão locacional de novas empresas. Aproximadamente 76% das rodovias estaduais e federais que cortam Minas Gerais estão em situação deficiente ou ruim, segundo a classificação da Confederação Nacional de Transportes - CNT. Na modalidade ferroviária, o aumento observado da sinistralidade, além de impactar negativamente os custos e a eficiência logística, tem implicações ambientais altamente indesejáveis. No caso da integração multimodal, a falta de coordenação entre os estados, juntamente com a ausência de regras para as ferrovias operadas pelo setor privado, são os maiores impedimentos ao seu desenvolvimento. Portanto, o incipiente desenvolvimento da integração intermodal está, em larga medida, associado aos problemas institucionais que tornam o processo burocrático e oneroso.

No setor de transportes, do ponto de vista institucional, a máquina estadual não se encontra alinhada aos preceitos do recente modelo de atuação no setor, que demanda um novo papel regulador, articulador e gerencial do Estado Federativo em determinados modais e segmentos, com a busca de parcerias com o setor privado.

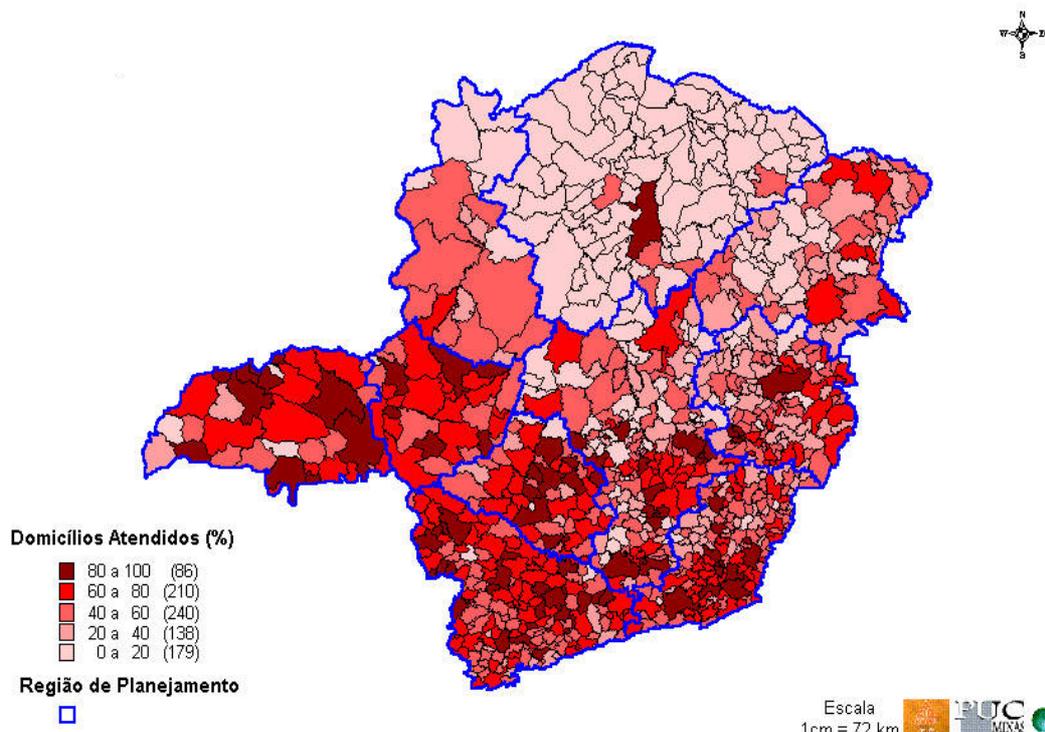
No setor de energia elétrica, o acesso dos consumidores aos serviços é uma realidade, tanto que, com um pequeno aumento no atendimento na área da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, Minas alcançará a pretendida universalização plena em sua área de concessão, o que representa a quase totalidade do Estado. Outro ponto focal é a capacidade de transmissão da CEMIG que, se aprimorada, poderá viabilizar, por exemplo, a irrigação nas Regiões Noroeste e Norte de Minas.

A oferta de gás natural, ainda incipiente no Estado, pode representar uma oportunidade de promover um setor industrial moderno e competitivo.

Nas telecomunicações, após a reestruturação e privatização do sistema Telebrás, houve avanço na universalização dos serviços de telefonia pelo atendimento direto às famílias ou por meio de terminais públicos. A situação de Minas Gerais assemelha-se à do restante do País, onde cerca de 22% das famílias são atendidas com terminais residenciais e as restantes por terminais públicos, cada vez mais próximos de suas residências.

O grande desafio das telecomunicações é a inclusão digital e a universalização do acesso às redes públicas de informações. Os ganhos decorrentes em termos educacionais, de atenuação das desigualdades regionais e de integração e eficácia dos serviços públicos são inestimáveis.

No saneamento reside outro importante gargalo infra-estrutural do Estado. De modo geral, as Regiões do Jequitinhonha/Mucuri, do Norte e do Noroeste apresentam as maiores carências se comparadas com as Regiões Central, do Triângulo, do Alto Paranaíba e do Sul de Minas (MAPA 4). Esse quadro reflete as desigualdades de riqueza entre regiões e tem alta correlação com os indicadores regionais de saúde, principalmente em relação às doenças evitáveis com o saneamento.



MAPA 4 - Esgoto / Instalação Sanitária - Rede Geral - Municípios segundo percentual de domicílios atendidos, 2000.

FONTE - Minas Gerais do Século XXI - Volume II

Apesar do acesso ao saneamento ter evoluído na última década, a questão ainda é severa em algumas localidades. No caso do abastecimento de água verifica-se, além da grande defasagem nos municípios delimitada pelo eixo noroeste-sudeste, a presença de diversos outros municípios com baixa cobertura de atendimento espalhados por outras partes do território estadual.

A situação do esgotamento sanitário é ainda mais dramática. Aqui também se observa que, além da heterogeneidade da cobertura, as defasagens do atendimento são igualmente generalizadas. Apenas 10% dos municípios apresentam uma cobertura considerada satisfatória (mais de 80% de atendimento domiciliar), enquanto que a grande maioria se encontra abaixo da faixa de 60% de cobertura (MAPA 4).

Em relação aos componentes **água e esgotamento sanitário** pode-se dizer que o Governo Estadual exercita, em alguma medida, uma política de saneamento por meio da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, com maior ênfase no abastecimento de água. Essa empresa pública estadual é a concessionária de abastecimento de água em 61,2% dos municípios mineiros. Em relação ao esgotamento sanitário, ela atua em 6% dos distritos, incluindo Belo Horizonte e outros municípios de médio e grande portes, que abrangem boa parte da população mineira.

No caso dos demais segmentos, o Governo Estadual encontra-se praticamente ausente. Em **drenagem urbana**, dos 853 municípios de Minas Gerais, 671 (79%) relataram oferecer tal serviço, que é essencialmente realizado pela administração direta do Poder Público Municipal (99,5% dos municípios com serviço de drenagem). Da mesma forma, o serviço de **limpeza pública** é predominantemente prestado pela administração direta municipal em 838 de 912 distritos (91,9%).

No que se refere à situação ambiental do Estado, os indicadores apontados em 1992 pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM registravam passivos ambientais já consideráveis, tais como a alta contaminação por tóxicos em 66% das águas superficiais monitoradas. Algumas bacias hidrográficas, como as dos rios Doce, das Velhas e do São Francisco carecem de uma ação intensiva do Estado.

A degradação do meio ambiente decorreria dos três padrões de crescimento econômico vivenciados: do padrão histórico primário (exportador), com o uso predatório e indiscriminado dos recursos naturais em ritmo superior ao suportável pela regeneração; da substituição das exportações, mediante instalações de grandes plantas industriais intensivas na utilização de recursos naturais (matérias-primas, solos, energia e mão-de-obra a baixo custo); e da promoção de exportações intentada nos últimos vinte anos, com a implantação de projetos em busca de divisas, que nem sempre atendiam aos objetivos sociais.

A implantação da Agenda 21 em Minas Gerais e, ainda, a participação do Estado no II Programa Nacional de Meio Ambiente objetivaram o atendimento aos requisitos mínimos relativos à estruturação e capacidade

executiva do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Institucionalmente, portanto, o Sistema de Meio Ambiente Estadual encontra-se bem organizado, sendo primordial o trabalho intensivo em gestão, com vistas a agilizar os processos de licenciamento e de fiscalização, implementar a cobrança pelo uso das águas e consolidar um banco de dados com informações ambientais.

1.3. A Dimensão Social

Se na economia o papel do Estado é fundamentalmente de facilitador, promotor e coordenador do desenvolvimento sustentável, nas políticas sociais, o Estado é o principal ator, seja incentivando e articulando a participação da sociedade civil organizada, seja provendo os serviços e equipamentos sociais imprescindíveis ao bem-estar da população.

Quanto ao papel dos entes federados, a descentralização proposta a partir da Constituição de 1988 inaugurou uma nova etapa na gestão estadual. Os anos 90 se caracterizaram principalmente pela consolidação desse novo desenho, com a criação de diversos mecanismos institucionais, que transferiram grande parte dos recursos financeiros para os municípios. Nesse sentido, o desenho de gestão proposto para o Estado se caracteriza muito mais por um Estado regulador, planejador e coordenador de políticas sociais do que por um Estado responsável pelo provimento direto de bens e serviços.

Ao analisarmos o comportamento de alguns dos principais componentes sociais de Minas Gerais – educação, saúde, segurança pública, trabalho, combate à pobreza e habitação – a constatação inicial aponta novamente para as desigualdades regionais e, no caso da segurança pública, para uma evolução dos crimes considerados violentos.

Fato marcante no final da última década é a perda relativa de qualidade na educação fundamental, sobretudo no ensino público, em comparação a outros estados. De forma inovadora, Minas foi o primeiro estado brasileiro a propor e implementar, na década de 90, uma reforma educativa integrada e consistente, primeira no País com foco gerencial e não na ação pedagógica. Essa reforma baseou-se no princípio da autonomia escolar e na promoção e gerenciamento da qualidade. Foi acompanhada de mudanças estruturais no relacionamento entre a Secretaria de Estado da Educação, as escolas e as comunidades, com significativo aumento de recursos financeiros para o funcionamento das escolas e para os salários dos professores e dirigentes.

Essa política logrou resultados significativos, evidenciados pelo expressivo aumento das médias do desempenho dos alunos nos testes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB de 1995 e de 1997. Em consequência de uma posição média no cenário nacional, Minas passou a ocupar os primeiros lugares em ensino fundamental, de forma consistente.

A partir de 1995, a reforma inicial começou a sofrer alterações como aprofundamentos, mudanças de rumo e alguns retrocessos. No todo, essas alterações parecem não ter sido suficientes para fazer continuar o avanço nos ganhos de qualidade obtidos inicialmente – conforme revelam os resultados do SAEB de 1999 e 2001: “Minas pára de melhorar e piora na mesma proporção que os demais estados”.

Atualmente, a questão da qualidade do ensino fundamental e médio é crítica no Brasil e em Minas Gerais. A universalização avançou de forma expressiva na década passada e Minas Gerais situa-se no topo de uma distribuição em termos de qualidade. Mas, ainda assim a qualidade do ensino fundamental e médio está longe de qualquer parâmetro razoável de qualidade. Mais de 50% dos alunos não atendem aos requisitos nacionais básicos nos vários níveis de ensino e quanto mais elevado o nível, menor o índice de pessoas qualificadas.

Pouco menos de 20% dos concluintes de ensino médio em escolas públicas da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH (89% no caso das escolas particulares) – que constituem a elite dos que chegam a esse nível – postulam vagas em instituições como a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Dados relativos aos vestibulares da UFMG permitem inferir que alunos com escores inferiores a 400 pontos no SAEB não conseguem ingressar nos cursos competitivos daquela instituição. Ora, os dados do SAEB mostram que menos de 1% dos alunos das **redes públicas** em Minas alcançam esse padrão – o que não os qualifica para nenhum curso competitivo da UFMG.

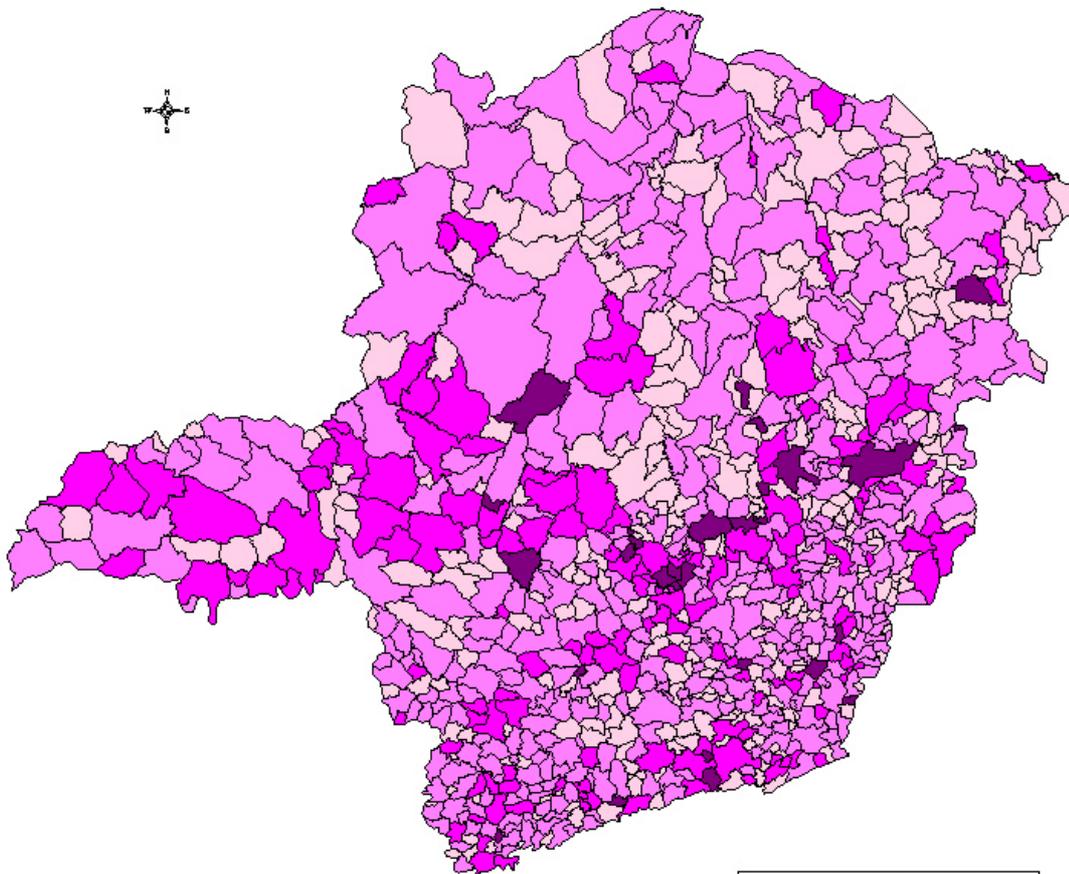
A universalização do ensino alcançada, de fato um êxito para o País, ainda não conseguiu reduzir as desigualdades de renda relacionadas à educação. Como a qualidade do ensino das redes públicas é baixa, o ciclo de baixa renda e de menor educação alimentam-se um ao outro e assim permanecem.

Em relação à municipalização do ensino fundamental, Minas encontra-se estagnada, sendo, no Brasil, um dos três estados em que a rede estadual é superior à rede municipal de ensino fundamental.

Na saúde, Minas Gerais obteve avanços nas últimas décadas, desencadeados, sobretudo, pelas mudanças no desenho do Sistema de Saúde Nacional. Houve redução significativa de mortes por doenças infecciosas e parasitárias, má nutrição e por problemas relacionados à saúde reprodutiva. Tal situação pode ser melhor visualizada ao se analisar resultados obtidos por meio da cobertura populacional do Programa de Saúde da Família do Estado. A pesquisa apontou que em Minas essa cobertura é de 23% enquanto que no Brasil é de 16%, sendo 11% na Região Sudeste; que a redução da taxa de mortalidade infantil foi de 28,8 em 1997 para 26,3 em 1999 por 1.000 nascidos vivos; e que a redução da taxa de mortalidade materna foi de 86,59 em 1998 para 41,88 em 1999 por 100.000 nascidos vivos.

Por outro lado, a taxa de mortalidade por doenças não definidas praticamente não se alterou, oscilando de 15,47% em 1994 a 16,13% dos óbitos em 1999, sendo que a taxa de homicídio para homens de 20 a 29 anos, grupo de risco mais elevado, aumentou 50% no período, passando de 23,74 em 1994 para 35,54 em 1999 por 1.000. Apesar da melhoria no quadro geral da saúde, um dado interessante, entretanto, mostra que a perda, em termos de renda e produção de riqueza, decorrente de problemas de saúde, é maior em Minas em relação à média brasileira.

Na segurança, ao longo da década de 90, observou-se uma mudança no padrão de criminalidade no Estado, revelando forte tendência de evolução de crimes violentos, em especial, contra a propriedade, fenômeno que não acontecia de maneira uniforme, concentrando-se, principalmente, nos municípios mais populosos e nas regiões mais industrializadas (MAPA 5). Para se traçar o retrato da criminalidade, foram observadas a incidência de crimes ocorridos no período de 1986 a 2000 como: taxa de crimes violentos (elevação de 98 para 357 ocorrências por 100.000 habitantes); crimes contra pessoas (estabilidade das taxas em torno de 55 ocorrências para 100.000 habitantes); crimes contra o patrimônio (elevação de 41 para 174 ocorrências por 100.000 habitantes); crime de estupro (tendência de queda); crime de roubo à mão armada (aumento de 300 % no período). Assim, Minas Gerais vem experimentando, com algum atraso, um fenômeno já recorrente em São Paulo e no Rio de Janeiro, que pode ser traduzido, de forma genérica, pela idéia de "mudança do perfil da criminalidade violenta", agora primordialmente centrada nos crimes contra o patrimônio. Esse fenômeno aponta, por um lado, para a prevalência de crimes vinculados a uma espécie de organização mais elaborada do "mercado da atividade criminoso". Exemplos desse "novo" tipo de criminalidade podem ser encontrados no tráfico de drogas, nos crimes de natureza financeira, como fraudes, crimes de colarinho branco, dentre outros e, principalmente, nos crimes de roubo, que supõem um mercado de receptação e de distribuição de itens roubados. De outro lado, esse fenômeno exige um redesenho do sistema de justiça criminal, historicamente constituído em torno dos crimes contra a pessoa.



Escala aproximada - 1 : 6.388.000

Fonte: DATASUS - www.datasus.gov.br
Elaboração: PPGTIE - PUC MINAS

Taxas padronizadas - 1998 (por 100 mil habitantes)	
20 a 91,9	(28)
10 a 20	(158)
1 a 10	(369)
0 a 1	(298)

MAPA 5 - Mortes por Causas Violentas - Taxa Padronizada - Minas Gerais, 1998.

FONTE - Minas Gerais do Século XXI - Volume II

Uma segunda questão, em equacionamento desde do início de 2003 com a criação da Secretaria de Estado de Defesa Social, refere-se à enorme inadequação sistêmica do aparato de segurança pública em Minas Gerais, polarizado entre as duas organizações policiais e entre os seus desacordos históricos de natureza simbólica, operacional, ética e doutrinária, carente de um arcabouço institucional em nível de Secretaria de Estado que reunisse essas duas organizações sob um único comando. Consolidar o processo de adequação sistêmica da segurança é condição *sine qua non* para a eficácia das políticas de segurança.

Por fim, a questão mais premente na segurança, e específica de Minas, refere-se ao imenso vácuo a ser preenchido no sistema prisional,

praticamente inoperante e com efeitos absurdamente danosos à operacionalidade do sistema como um todo.

Em relação ao nível de pobreza, Minas Gerais destacou-se em 1999 como o Estado de maior proporção de famílias pobres entre as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. As desigualdades regionais do Estado - com altos níveis de pobreza no Norte de Minas, Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em alguns enclaves na Zona da Mata e em outras regiões - determinam esse quadro desfavorável de famílias pobres em Minas Gerais. O IDH mineiro é fortemente influenciado pelas condições de pobreza de algumas regiões do Estado, o que justifica a premência de uma política consistente de combate à pobreza.

Por fim, a questão habitacional. Os dados mostram um déficit de mais de 600 mil moradias apurado em 2001 pela Fundação João Pinheiro. O componente que contribui de forma mais significativa no déficit habitacional é o de famílias conviventes, o qual demanda ampliação do número de moradias. Isso é verdade tanto para o Estado como um todo, incluindo as áreas rural e urbana, quanto para a RMBH. O segundo maior peso se verifica no componente ônus excessivo com aluguéis. O fenômeno verifica-se nas áreas urbanas do Estado e, principalmente, na RMBH. O peso maior do déficit habitacional rural situa-se na coabitação e nos domicílios rústicos.

Assim, as políticas habitacionais direcionadas às áreas urbanas devem priorizar as famílias de baixa renda que despendem um valor excessivo com o aluguel e aquelas que, não tendo onde morar, compartilham um mesmo domicílio com outras famílias. Nas áreas rurais, as políticas devem ser voltadas para os domicílios rústicos e para as famílias conviventes, aliando instrumentos de fixação nas áreas rurais e minimizando o efeito do êxodo rural ao longo do tempo.

1.4. A Perspectiva Regional

Seja na dimensão social, seja na dimensão econômica, é por demais conhecido o quadro das desigualdades regionais em Minas Gerais. De fato, ao serem examinados os indicadores econômicos e demográficos, destaca-se a Região Central na produção de praticamente metade do PIB estadual (45,6%), onde está 35% da população residente no Estado, sendo a ela assegurada uma renda *per capita* 31% superior à média estadual.

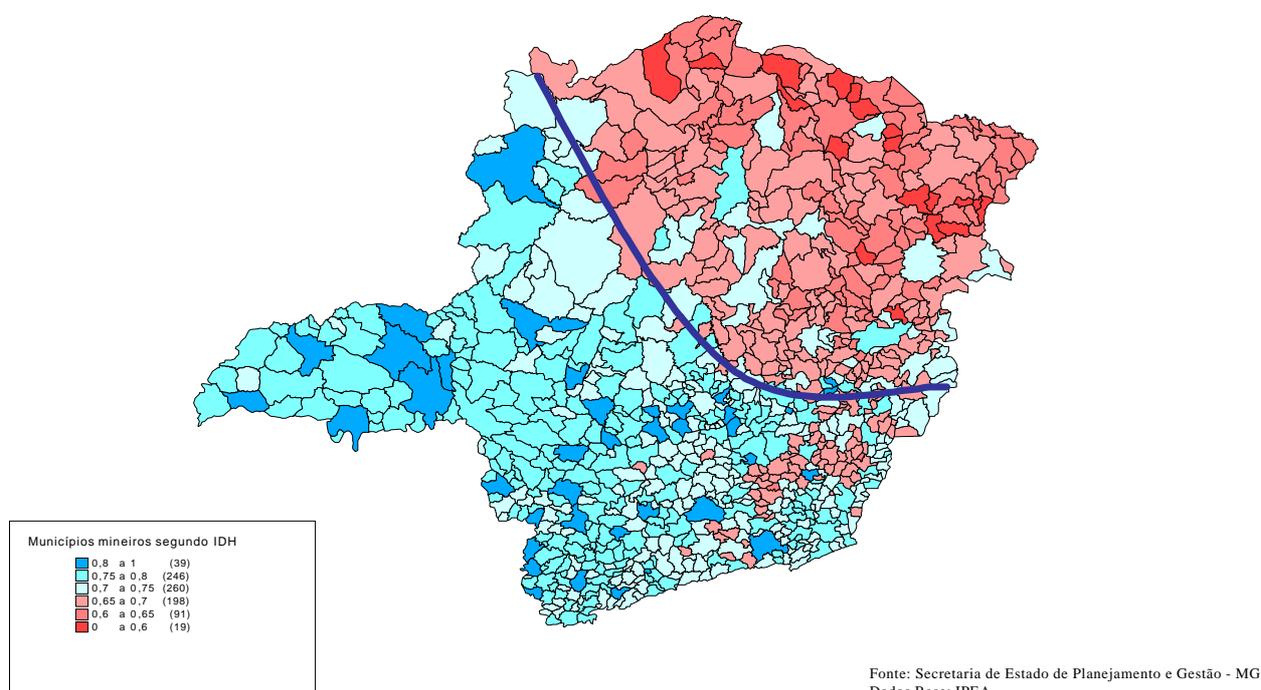
A Região Sul de Minas Gerais é a segunda no ranking regional do PIB, responsável por 13% desse agregado, seguida pela Zona da Mata (8,5% do PIB estadual), pelas Regiões do Triângulo Mineiro e do Rio Doce (cada uma responsável por cerca de 8,0% do PIB) e pelas Regiões Centro-Oeste e Alto Paranaíba, as quais contribuem com 4,9% e 3,5%, respectivamente, do PIB estadual.

No extremo oposto, a Região Noroeste e a Jequitinhonha/Mucuri têm participações inexpressivas no PIB gerado, valendo salientar que se tratam de realidades bastante diferentes. A Região do Jequitinhonha/Mucuri, além de uma participação pouco expressiva na geração do PIB, responde pelo menor PIB por habitante, pouco mais de 35% da média estadual. Já a Região Noroeste registra o menor PIB regional, mas também exibe a menor área e abriga o menor contingente populacional (1,9%), equivalendo o seu PIB por habitante a 90% da média do Estado. A dramaticidade da pobreza no Jequitinhonha/Mucuri é mais bem entendida quando se compara a distância de seu PIB *per capita* com o mesmo indicador paulista que é cinco vezes maior. Tal disparidade é a mesma observada entre as rendas por habitante na Itália e no Brasil. Em situação semelhante encontra-se a Região Norte de Minas, com uma participação no PIB estadual de 4,7%.

Em termos espaciais, predomina a heterogeneidade intra-regional em Minas Gerais, onde “focos de dinamismo” convivem com espaços de baixo dinamismo. Nas regiões mais deprimidas, registra-se um quadro bastante contundente de baixas condições urbanas, baixa organização produtiva e de competitividade e de pouca infra-estrutura.

A ausência de equipamentos sociais nas regiões mais pobres do Estado acentua o círculo vicioso de baixo desenvolvimento e condições de vida. Quanto ao saneamento, o acesso ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário é muito heterogêneo nas regiões do Estado. A ausência de esgotamento sanitário conduz a um risco 97% maior de o indivíduo adoecer.

A Região Central, em função das aglomerações urbanas, a do Norte de Minas e a do Jequitinhonha/ Mucuri têm as maiores carências. O Estado pode claramente ser dividido em duas regiões por uma linha imaginária (em formato de hipérbole). Acima desta linha, os indicadores de analfabetismo e de mortalidade infantil observados, aliados à baixa renda *per capita* produzem um dramático mapa de IDH. Registre-se que tais indicadores vêm sofrendo melhorias expressivas nos últimos anos, sem que, contudo, fosse revertida a imagem de desigualdade (MAPA 6).



MAPA 6 - Municípios segundo Índice de Desenvolvimento Humano - Minas Gerais, 2000

1.5. As Oportunidades

Diante do diagnóstico exposto, pode-se identificar as principais e inadiáveis oportunidades das quais Minas deve tirar proveito. Seriam oportunas ações em áreas onde existem estrangulamentos que restringem seu desenvolvimento, bem como em áreas em que a capacidade instalada do Estado determina importantes vantagens comparativas, que devem ser ampliadas, por meio de ações coordenadas do poder público e da sociedade civil.

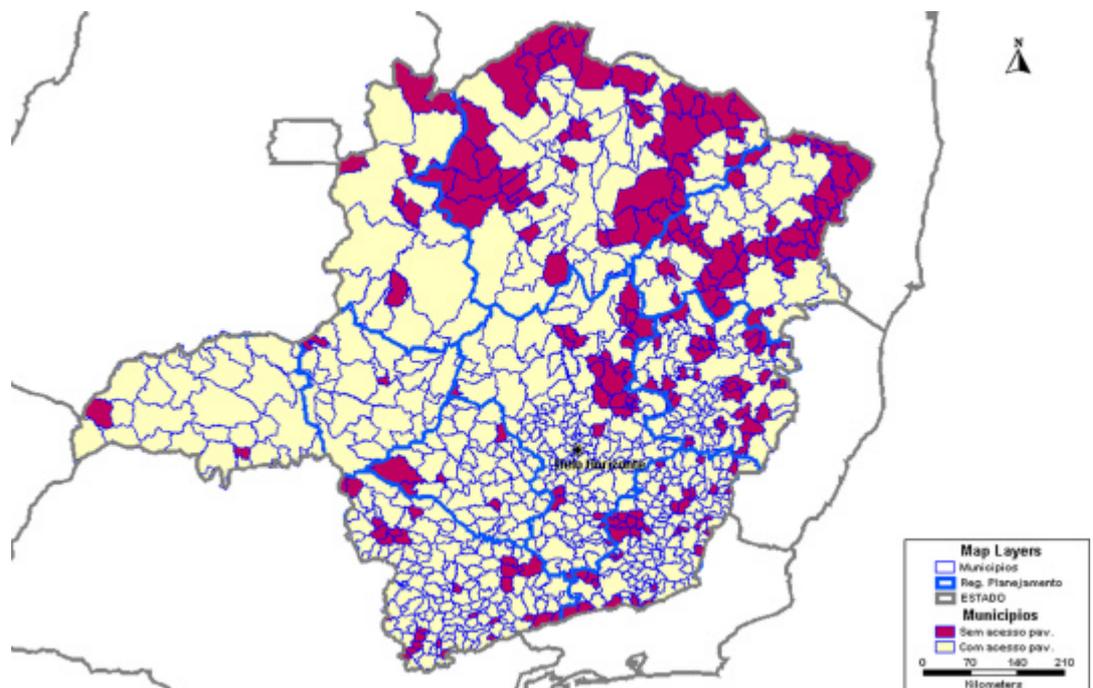
Está na segurança pública uma primeira oportunidade que o Estado deve explorar, já que existe a possibilidade de Minas se tornar, indiscutivelmente, exemplo de excelência para o País na questão da segurança. Corroboram tal afirmação o fato de o Estado, dentre aqueles com densas aglomerações urbanas como o Rio de Janeiro e São Paulo, estar em posição comparativamente vantajosa. As circunstâncias são favoráveis, uma vez que suas instituições não perderam a credibilidade e as normas sociais fundamentais à segurança ainda vigoram no Estado. Uma questão específica, de solução plausível no curto prazo, é a do déficit de vagas nas unidades prisionais. Deve-se, portanto, enxergar a questão da segurança como a chance impreterível de Minas tornar-se o exemplo nacional de um grande estado, com áreas de alta concentração de habitantes e com uma população que convive com um elevado sentimento de segurança.

Nessa mesma direção, outras políticas sociais, como educação, saúde, e as políticas de combate à pobreza determinam a factibilidade de incremento do capital social instalado em Minas Gerais. A integração dessas políticas em torno de uma unidade única, a família, e seu enfoque regional representam a possibilidade de obtenção de ganhos de escopo, escala e eficácia nas ações, com impactos mensuráveis no IDH do Estado.

Associado diretamente à saúde da população, o saneamento, em especial no componente esgotamento sanitário, figura como um gargalo no Estado, de responsabilidade precípua do poder público. É imprescindível avançar na universalização do saneamento básico no Estado, buscando reduzir as desigualdades e minimizar a incidência de doenças evitáveis com saneamento.

Nas telecomunicações e energia o ambiente atual, felizmente, é de universalização do acesso, representando oportunidades sob outra dimensão. Estratégico para o Estado é a constituição de uma rede pública de informações, disseminada em locais públicos e em residências, por meio da qual políticas possam ser integradas e cidadãos tenham acesso a informações e serviços. No setor de energia, o foco, como mencionado, deve ser o atingimento de “100% de eletrificação” no Estado, com aumento da capacidade de transmissão e ampliação da disponibilidade de outras fontes de energia como o gás, objetivando atender às necessidades do setor produtivo.

Transporte e logística foram os últimos componentes infra-estruturais contemplados nesse breve diagnóstico. O principal gargalo infra-estrutural do Estado são as dramáticas condições de nossas rodovias, a ausência de uma maior integração intermodal e logística eficaz. Nesse grave contexto, torna-se inadiável a recuperação das principais rodovias do Estado e a pavimentação asfáltica das rodovias de acesso aos municípios não atendidos (MAPA 7). De igual forma é oportuno o desenvolvimento de plataformas logísticas, com especial atenção para a RMBH - aproveitando a capacidade ociosa do aeroporto de Confins - e para a Região do Triângulo, em função de sua localização estratégica.



MAPA 7 - Distribuição espacial dos municípios sem acesso rodoviário pavimentado - Minas Gerais, 2002

FONTE - Minas Gerais do Século XXI - Volume II

O momento também é de repensar o modo de financiamento dos componentes infra-estruturais, em particular, e de outros bens e serviços públicos. As Parcerias Público-Privadas (PPPs) e outros modos de financiamento que não onerem sobremaneira o poder público estadual representam a alternativa plausível para recuperar e desenvolver a infraestrutura e outros bens públicos. Desenvolver *expertise* em PPPs e disseminá-la em toda a máquina pública por meio de uma unidade de PPP, é condição indispensável para atenuar os gargalos e construir no Estado uma infraestrutura determinante para o seu desenvolvimento.

No setor produtivo figuram oportunidades específicas nas cadeias agroindustriais e nas aglomerações produtivas locais, sem negligenciar o

Capítulo 2

Cenários Exploratórios do Estado de Minas Gerais 2003 - 2020



2. Cenários Exploratórios do Estado de Minas Gerais 2003- 2020



2.1. Natureza e Finalidade dos Cenários Exploratórios de Minas Gerais⁸

Os cenários exploratórios apresentados neste Capítulo são imagens consistentes de futuros plausíveis para Minas Gerais no horizonte dos próximos 20 anos, visando possibilitar uma *análise prospectiva do Estado, ou seja, uma reflexão sistemática que visa orientar a ação presente à luz dos futuros prováveis*⁹. Em nossas sociedades modernas, a reflexão prospectiva se impõe em razão dos efeitos conjugados de dois fatores principais:

a) em primeiro lugar, a aceleração das mudanças técnicas, econômicas e sociais exige uma visão a longo prazo, pois "quanto mais rápido andamos, mais distante os faróis devem alcançar"; e

b) em segundo lugar, os fatores de inércia ligados às estruturas e aos comportamentos mandam "semear hoje para colher amanhã".

Contudo, se o mundo muda, a direção dessa evolução não parece assegurada. As mutações são portadoras de múltiplas incertezas que todo governo e toda a sociedade devem integrar em sua estratégia: incertezas de natureza econômica, sócio-culturais, tecnológicas, políticas e assim por diante.

Esta análise prospectiva, no entanto, não pretende eliminar essa incerteza através de uma predição ilusória. Ela visa somente, e já é muito, organizá-la e reduzi-la tanto quanto possível a um número finito de alternativas que sejam inteligíveis e administráveis. Além disso, possibilita a antecipação de oportunidades, ameaças e desafios que devem ser focalizadas nas

⁸ A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão agradece a participação de: Professor Antônio Carvalho Neto – PUC/MG; Dr. Carlos Eduardo Orsini – INDI; Dr. Iran de Almeida Pordeus – SEF-MG; Dr. Ramon Victor César – SETOP-MG; Professor Luis Aureliano Gama de Andrade – cientista político e membro do CDES; Dr. Fernando Prates – Fundação João Pinheiro e, particularmente, do Dr. João Camilo Penna e do Professor Eduardo Rios Neto – CEDEPLAR/UFMG, ambos membros do CDES, cujas contribuições foram fundamentais para a elaboração deste documento.

⁹ GODET, Michel - Méthode des Scénarios, in Futuribles, Nov. 1983.

agendas estratégicas do Governo do Estado e dos demais atores integrantes da sociedade mineira.

A técnica de elaboração de cenários, que instrumentaliza esta análise prospectiva, foi formalmente desenvolvida após a Segunda Guerra Mundial e demonstrou, desde essa época, elevada eficácia como instrumento de antecipação de tendências e mudanças.

Atualmente a metodologia de cenários é amplamente empregada no planejamento estratégico de governos e organizações, não como ferramenta de previsões mas como uma forma de antecipação dos futuros possíveis, preparando a organização para enfrentá-los. Neste sentido, constitui uma ferramenta de aprendizado organizacional.

A metodologia adotada no presente estudo aplica as melhores práticas existentes neste campo, especialmente as abordagens desenvolvidas por Michel Godet e por Peter Schwartz, este último fundador da Global Business Network (GBN).

A técnica de construção de cenários compreende, na sua essência, as seguintes etapas:

1. identificação do foco principal (o objeto a ser cenarizado, no caso o Estado de Minas Gerais);
2. identificação dos condicionantes do futuro (elementos motrizes de grande relevância e com forte influência na determinação dos eventos futuros relacionados ao objeto);
3. seleção dos invariantes (condicionantes do futuro de baixa incerteza que deverão permanecer inalteráveis no horizonte considerado);
4. seleção das incertezas críticas (condicionantes do futuro de elevada incerteza e de alto grau de impacto no futuro);
5. seleção e combinação das variáveis mais representativas das incertezas críticas;
6. definição da lógica dos cenários;
7. descrição dos cenários;
8. análise de consistência; e
9. quantificação de variáveis-chave.

Um cenário pode ser definido como “a descrição de um futuro possível, imaginável ou desejável para um sistema e seu contexto, e do caminho ou

trajetória que o conecta com a situação inicial deste sistema e contexto”¹⁰. Cenários, portanto, são enredos sobre a maneira como o mundo (ou uma parte dele) poderá se transformar no futuro.

2.2. Condicionantes do Futuro do Contexto Mundial

O futuro do Estado de Minas Gerais está relacionado a um conjunto de variáveis, parte das quais decorre da economia e das relações sociais, assim como de fatores políticos e institucionais brasileiros e mineiros. Para antecipar o comportamento das variáveis mais impactantes no Estado durante as próximas décadas, será indispensável identificar condicionantes do futuro, no contexto mundial - particularmente no que se refere à dinâmica da economia e aos espaços do mercado internacional para trocas comerciais entre nações e entre blocos econômicos - e no ambiente socioeconômico e político do Brasil e suas relações de interdependência com o Estado de Minas Gerais.

2.2.1. O Contexto Mundial

A economia mundial está passando por grandes transformações estruturais que provocam uma ampla reorganização das relações econômicas, sociais e políticas mundiais. Esse processo, chamado globalização, caracteriza-se por uma forte integração dos mercados, intensificando os movimentos comerciais e de capitais entre as nações e a formação de grandes blocos econômicos, como a União Européia. Cada vez mais os grandes problemas do planeta ultrapassam os limites nacionais afetando a capacidade de ação dos estados nacionais independentes. Neste contexto, muitas economias emergentes, devido às suas dimensões mais reduzidas, passaram nas duas últimas décadas por períodos de grande crescimento, seguidos por outros de intensa turbulência, provocados pela magnitude e volatilidade dos fluxos internacionais de capitais.

O avanço da globalização, no entanto, provoca uma fragmentação do espaço, gerando uma certa desterritorialização das nações envolvidas. Essa combinação dos efeitos da globalização no espaço leva a uma redução do peso unificador dos estados-nação nos territórios nacionais, aumentando a autonomia relativa e as possibilidades dos microespaços interagirem e articularem-se com outras regiões e localidades, para além da sua vizinhança e entorno institucional. Em certa medida, o contexto

¹⁰ Belfort A. & Porto C. (org.) – 2002 – “Metodologia de Análise e Construção de Cenários”, Macroplan Prospectiva & Estratégia.

mundial caracteriza-se por um claro descompasso entre a integração econômica e a fragmentação política.

Também avançam na contracorrente deste movimento de integração econômica mundial as recentes decisões protecionistas do governo norte-americano, ampliando as barreiras tarifárias e não tarifárias para produtos de países emergentes, como o Brasil. Além do impacto geral no sistema econômico mundial e nas negociações dentro da Organização Mundial do Comércio - OMC, a postura protecionista dos Estados Unidos representa uma contradição com as suas iniciativas em favor da criação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA, na medida em que avança na direção oposta da redução das barreiras comerciais.

No terreno político e militar, vê-se a desproporcional força dos EUA, reforçando a hegemonia unipolar de uma nação frente a um movimento geral de perda de capacidade de ação dos estados-nação, nos territórios nacionais. O final da guerra fria e o desmonte da União Soviética quebraram o equilíbrio de forças que predominou durante todo o período do pós-guerra, gerando um vácuo de poder e excessivo fortalecimento da hegemonia norte-americana. Poucas vezes na história, um país concentrou, ao mesmo tempo, a liderança econômica, a influência cultural e a hegemonia política como os Estados Unidos neste início de século, emergindo como um novo império.

A decisão unilateral dos Estados Unidos (com o apoio da Grã-Bretanha e da Espanha) de invadir o Iraque provocou uma forte divisão no interior do G8 (grupo dos sete países mais ricos mais a Rússia) e da Aliança Atlântica, desagregando os antigos sistemas de negociação e poder e abrindo possibilidades para um novo arranjo político global. Os princípios da soberania nacional e da não intervenção nos assuntos internos dos países foram quebrados por uma decisão unilateral da maior potência do planeta, ao mesmo tempo em que se abre uma forte dissidência com tradicionais aliados europeus, especialmente França e Alemanha, criando um ambiente de desconfiança e tensão no G8. Por outro lado, não é surpresa a intensificação e multiplicação das iniciativas terroristas, expressão da impotência dos mais fracos. Dependendo da evolução do quadro no Oriente Médio após a guerra no Iraque, assim como dos próximos lances da diplomacia americana e européia, pode haver um reforço da hegemonia unipolar dos Estados Unidos ou a formação de novos blocos de poder, abrindo espaços para as nações emergentes.

Ao mesmo tempo em que se evidencia o “império americano”, surgem novos e crescentes sinais de uma reorganização da economia e da política internacionais, com a emergência da China assumindo um papel de liderança regional e procurando inserir-se nas instituições internacionais, como a Organização Mundial do Comércio - OMC. Além da China, grandes países emergentes, como a Rússia, Índia e o Brasil, tendem a ter uma crescente presença na economia mundial e um espaço político importante no jogo e na hegemonia internacionais.

No terreno econômico, registra-se uma retração da economia americana, ameaçando a economia mundial com uma grande recessão e a adoção de medidas protecionistas pelo governo dos Estados Unidos. Tal retração encerra um longo ciclo de expansão econômica da década de 90, alimentado pelos aumentos da produtividade da nova economia centrada na tecnologia da informação, nos serviços avançados e de qualidade, e apoiado no endividamento externo e das famílias norte-americanas. Os EUA convivem hoje com déficits anuais no balanço de pagamentos da ordem de US\$ 450 bilhões e uma dívida externa de US\$ 2 trilhões.

Os incidentes de Nova York e os escândalos de maquiagem da contabilidade de grandes conglomerados internacionais provocaram uma quebra de confiança no sistema financeiro e empresarial, em um momento em que a economia norte-americana já apresentava claros sinais de esgotamento de seu ciclo de expansão, por meio de um processo generalizado de inflação nos preços dos ativos financeiros, intitulado de "exuberância irracional" pelo então Presidente do *Federal Reserve* – Alan Greenspan. As medidas adotadas pelo governo norte-americano, com investimentos públicos pesados e redução das taxas de juros e dos impostos, não surtiram os efeitos esperados. Todavia, já se percebe sinais de esgotamento do processo de depreciação dos ativos financeiros, com uma perda de riqueza estimada em US\$ 5 trilhões, ao longo dos dois últimos anos, aproximando a economia real dos mercados financeiros e criando as bases para uma retomada do crescimento econômico.

A economia japonesa e a da União Européia, apesar de suas dimensões, não demonstraram capacidade de sustentar o crescimento durante os últimos dois anos, por razões internas e também pela desaceleração da economia norte-americana, que registra atualmente uma recuperação muito lenta, incapaz de reduzir as taxas de desemprego e de liderar a expansão da economia mundial.

Desta forma, o contexto internacional está condicionado por um conjunto de tendências e de eventos conjunturais que irão pesar sobre futuros alternativos, dependendo da natureza e intensidade das mudanças e dos seus desdobramentos em curto e médio prazos. De forma sistemática, apresenta-se a seguir os principais condicionantes do futuro do contexto mundial, diferenciados segundo o grau de incerteza do seu desempenho – invariantes ou incertezas críticas.

2.2.2. Condicionantes Mundiais de Baixa Incerteza: Invariantes

Dentro do processo de mudança e reestruturação da economia e sociedade globais existem algumas tendências consolidadas e com trajetória, em grande medida, pré-determinada. Podem ser definidos como **condicionantes de baixa incerteza ou invariantes** nos próximos 20 anos (embora com ritmos diferenciados nos cenários) os seguintes fatores:

- acelerada produção científica e tecnológica e mudança do padrão de competição entre as empresas e, também, entre os espaços econômicos;
- maior integração dos mercados e maior internacionalização da produção com o avanço dos blocos regionais;
- esgotamento do atual sistema de regulação econômica mundial;
- acentuação do desafio da sustentabilidade e dos cuidados com o meio ambiente, aumentando as pressões por produção mais limpa;
- manutenção de guerras, tensões e conflitos regionais;
- envelhecimento da população com grande aumento de despesas com previdência e saúde;
- elevação dos fluxos turísticos, especialmente das modalidades voltadas para a natureza e a cultura; e
- expansão das redes mundiais de informações e serviços.

2.2.3. Condicionantes Mundiais de Alta Incerteza: Incertezas Críticas

O futuro da economia, da sociedade e do sistema político mundial, relacionado de forma mais direta aos países emergentes, depende de como se comportam, no horizonte dos cenários, algumas variáveis-chave de grande impacto no comportamento dos estados-nação. De forma simplificada e agregada, podem ser definidas duas grandes incertezas críticas, relativamente interligadas, cujo desempenho têm grande impacto nas economias emergentes como o Brasil.

- **Como evoluirá o sistema de regulação econômico-comercial?**

A mudança dos padrões de concorrência e organização da economia mundial, em acelerado processo de globalização, e a alteração das relações entre as nações tornaram obsoleto o modelo tradicional de regulação, embora não tenham ainda sido criadas novas regras e mecanismos de organização, incluindo a gestão de crises de confiança (FMI, Banco Mundial e Acordo da Basileia), os mecanismos de regulação comercial na OMC, as negociações em torno dos conflitos étnico-religiosos e a postura em relação às questões ambientais. O

comportamento futuro desta variável crítica depende do jogo de poder e da hegemonia política nas decisões globais.

- **Como se dará a inserção dos países emergentes na cena política e econômica mundial?**

Existe um movimento de emergência econômica de um conjunto restrito de países de elevado potencial (as chamadas “baleias”: China, Índia, Rússia e Brasil) que combinam grandes e diversificados mercados internos com uma razoável base tecnológica e industrial. Estes países podem aumentar seus mercados domésticos, o que é necessário ao bem-estar de seus povos, e elevar suas participações no comércio internacional, incluindo não apenas produtos primários, mas também produtos de maior valor agregado e de conteúdo tecnológico. Porém, esse movimento depende diretamente da capacidade de superação dos estrangulamentos internos e externos, da ampliação de seus ritmos de desenvolvimento e de sua inserção no contexto econômico mundial.

Diversas possibilidades no contexto mundial se configuram com a interseção destas variáveis-chave. Entretanto, entre os caminhos prováveis ganha relevância o espaço aberto para as economias emergentes no comércio internacional e a capacidade destes países de aproveitar estas oportunidades. Independente dos cenários, é bastante razoável considerar que “janelas de oportunidades” se abrirão para esses países nos contextos econômico e comercial. Contudo, a amplitude destas e o seu aproveitamento variam significativamente de um cenário a outro, dependendo da ampliação do comércio mundial, do volume de investimentos aportados, dos ritmos e da forma de desenvolvimento de cada economia emergente etc.

Nos cenários mundiais, as duas hipóteses são: de um lado, a economia mundial apresenta uma evolução bastante favorável, com intensificação e liberalização das trocas comerciais, aumento de investimentos em países emergentes e amplas oportunidades de inserção comercial para a economia brasileira; de outro lado, os países desenvolvidos se mostram cada vez mais protecionistas e as trocas comerciais se intensificam no interior dos blocos econômicos. As “janelas de oportunidade” são escassas e há forte competição entre as nações emergentes na ocupação desses espaços, abertos no comércio internacional.

De todo modo, mesmo em um contexto mundial mais restritivo, o Brasil é um dos poucos países emergentes com chances de se inserir competitivamente no cenário externo, em função de fatores internos como a amplitude do seu mercado; o seu capital institucional e amadurecimento político; e a consolidação de atividades produtivas mundialmente competitivas em termos de preço, qualidade e tecnologia. Além disto, a característica de “*Global Trader*” da economia brasileira gera oportunidades de negociações comerciais favoráveis com os três grandes

blocos econômicos mundiais (ALCA, União Européia e Ásia) e os “países baleia” mencionados acima.

2.3. Condicionantes do Futuro do Contexto Nacional

2.3.1. O Contexto Nacional

Durante a década de 90, apesar do baixo crescimento econômico, o Brasil passou por um intenso processo de modernização da sua base produtiva, associado à abertura da economia e estimulado pela estabilidade econômica. Forçados pela exposição à concorrência externa, alguns setores produtivos entraram em crise mas a maioria conseguiu recuperar mercados, por intermédio de um grande esforço de modernização e elevação da produtividade. Além disso, os avanços notáveis nas tecnologias da informação facilitaram a modernização econômica num ambiente de intensa concorrência. A abertura econômica foi acompanhada de uma mudança do papel do Estado, reduzindo drasticamente suas atividades diretamente produtivas, com a privatização de antigas empresas estatais, e criando agências independentes de regulação.

A década caracterizou-se, também, pela crescente integração do Brasil na economia mundial, combinando a abertura comercial com negociações bilaterais e a formação do bloco econômico-comercial regional, o MERCOSUL. Em relação à ALCA - Área de Livre Comércio das Américas, as negociações com os Estados Unidos estão em andamento. No entanto, as divergências, sobretudo entre Brasil e EUA, parecem distantes de uma solução até 2005, ainda que esta seja a data acordada para a entrada em vigor da ALCA. A pauta de pleitos do Brasil junto aos EUA é ampla, incluindo desde redução drástica nas tarifas impostas ao suco de laranja e ao aço, até redução dos subsídios à produção interna de álcool e de açúcar, dentre outros. Além disso, a postura protecionista assumida pelo governo do Presidente George Bush constitui mais um complicador. Com efeito, os EUA tentam atrair parceiros para a ALCA por meio da formalização de acordos bilaterais, como fez com o Chile e México. Já o Brasil avança nas negociações com a União Européia e, bilateralmente, com a Rússia e a China. Recentemente Brasil e EUA intensificaram os esforços diplomáticos para reverter essa situação a qual caminhava para um impasse, culminando com um encontro dos seus presidentes.

Apesar dos ganhos de produtividade na década passada e da estabilização econômica, a política econômica adotada gerou, também, estrangulamentos, devido à manutenção de elevados déficits fiscais e comerciais, que provocaram um grande endividamento interno e externo e, hoje, constituem restrições importantes ao desenvolvimento brasileiro.

Além disso, há problemas estruturais que podem comprometer a competitividade sistêmica do Brasil no contexto internacional em acelerada mudança. Tais restrições estruturais residem principalmente nos baixos níveis de escolaridade e de qualificação da mão-de-obra e nas limitações do sistema de inovação e desenvolvimento tecnológico. Embora tenham ocorrido algumas conquistas e avanços setoriais muito importantes, a superação destes entraves demandam soluções de longo prazo.

Soma-se a essas restrições o processo de degradação da infra-estrutura econômica (especialmente transporte, mas também energia), o complexo e inadequado sistema tributário brasileiro (com alta e distorciva carga tributária e na área fiscal com alta relação custo/benefício) e a ultrapassada legislação trabalhista, resultando em um elevado “Custo Brasil”, que inibe a capacidade de inserção competitiva brasileira no mercado mundial. Ademais, destaca-se a dificuldade de atração de investidores privados, nacionais ou estrangeiros, afastados pelo “Custo Brasil” e por desrespeito a contratos em decisões judiciais controversas. A atração de investimentos é certamente um dos mais graves problemas no momento atual.

A persistência de dificuldades nas finanças públicas, de juros elevados e das baixas taxas de crescimento econômico levaram à manutenção, nas últimas décadas, de altas taxas desemprego, da pobreza e das desigualdades sociais que continuam tornando o Brasil um país extremamente contraditório e explosivo. Por conta disso, persistem as tensões sociais, ao mesmo tempo em que cresce a violência urbana desordenada. O crime organizado aumenta na escala e na ousadia das suas operações, criando um clima geral de insegurança na sociedade e, portanto, elevando ainda mais o “Custo Brasil”. A violência constitui hoje um dos mais complicados e graves problemas da sociedade brasileira. Por outro lado, a construção de um processo democrático, na década de 90, contribuiu para absorver essas pressões sociais, além de trazer um ganho institucional de extremo valor para o processo de desenvolvimento do País.

Desta forma, o Brasil apresenta um quadro de relativa estabilização dos preços, de reestruturação produtiva e de modernização econômica, além da mudança nos padrões de atuação do estado, combinada com a persistência de graves estrangulamentos financeiros e econômicos, vulnerabilidade externa e desigualdades sociais e regionais.

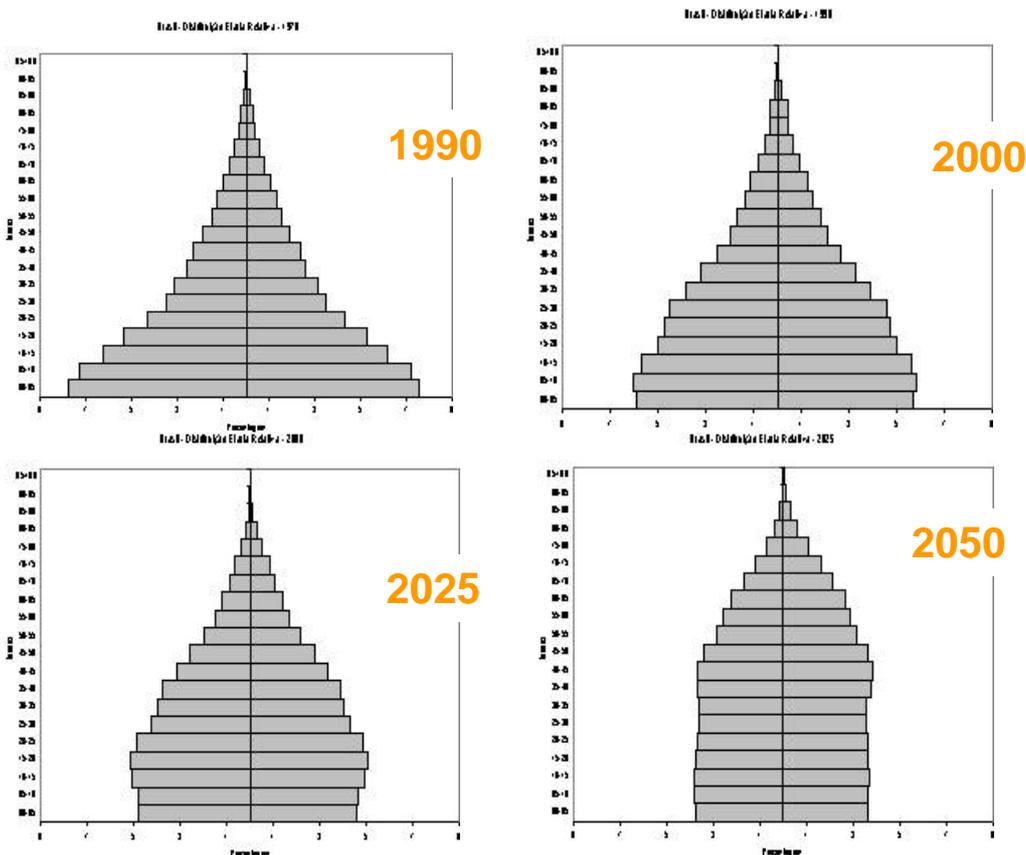
A análise demonstra que o Brasil apresenta, nesse início de século XXI, várias tendências e movimentos fortes de mudança – tanto estruturais quanto conjunturais – que podem ser determinantes para o seu futuro. Alguns destes processos apresentam relativa estabilidade e previsibilidade no futuro – invariantes – e outros são altamente incertos – incertezas críticas –, abrindo alternativas futuras para o País.

2.3.2. Condicionantes Nacionais de Baixa Incerteza: Invariantes

Do conjunto de tendências e mudanças potenciais identificadas no Brasil, destacam-se alguns fatores relativamente estáveis e com possível permanência nas próximas décadas. Considerando as suas características, alguns processos em curso podem ser definidos como pré-determinados, constituindo **condicionantes de baixa incerteza ou invariantes**, no período de tempo analisado. São eles:

- redefinição do papel do Estado, reduzindo a participação na provisão direta de bens e serviços públicos;
- amadurecimento político da sociedade, com consolidação da democracia e dos valores republicanos;
- mudança no perfil demográfico com envelhecimento da população, provocando modificações nas estruturas de mercado e de consumo; pressões sobre a previdência; aumento da poupança interna; e alterações no perfil das demandas sociais, sobretudo na área de serviços de saúde;

Projeção da Pirâmide Etária Brasileira



- essencialidade da educação para a competitividade e empregabilidade, fortalecendo a expansão da demanda de ensino médio, educação profissional e ensino superior;
- reestruturação produtiva da economia brasileira como resultado do efeito combinado da abertura externa e da modernização tecnológica;
- interiorização do desenvolvimento brasileiro, como parte da própria expansão da fronteira econômica de desenvolvimento dos eixos de integração;

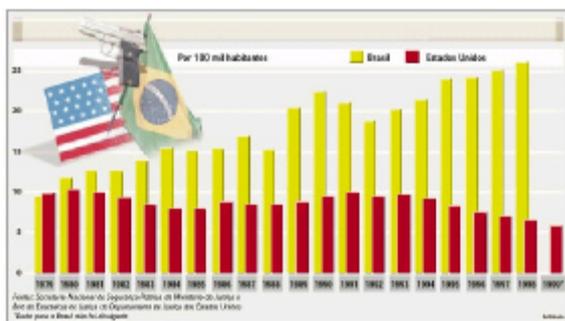
Eixos de Integração e Desenvolvimento Nacional



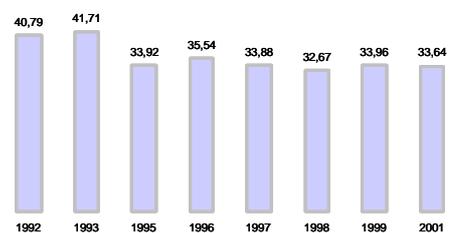
- mudança nas relações de trabalho, com a redefinição e flexibilização do emprego formal e a introdução de mecanismos mais flexíveis de relações de trabalho e novas formas de contrato, tais como: sistemas cooperativos de produção e trabalho autônomo ou por conta própria;
- alta relevância do esforço exportador para sustentação do crescimento do País;

- crescentes pressões pela resolução e/ou controle de questões ambientais; e
- consolidação do combate à pobreza e à violência como as questões estratégicas prioritárias no campo social.

Índices de Criminalidade e Pobreza



A evolução da pobreza segundo o IPEA (1992 – 2001) Em %



2.3.3. Condicionantes Nacionais de Alta Incerteza: Incertezas Críticas

O futuro do Brasil é influenciado pelos fatores externos que decorrem do contexto mundial. Estes delimitam um conjunto de fatores impulsionadores e limitadores do desenvolvimento brasileiro. Além disto, há os processos de mudança endógenos, tanto no terreno econômico e social quanto no político, e suas interconexões e complementaridades com significativa capacidade de influência no comportamento futuro das variáveis-chave nacionais.

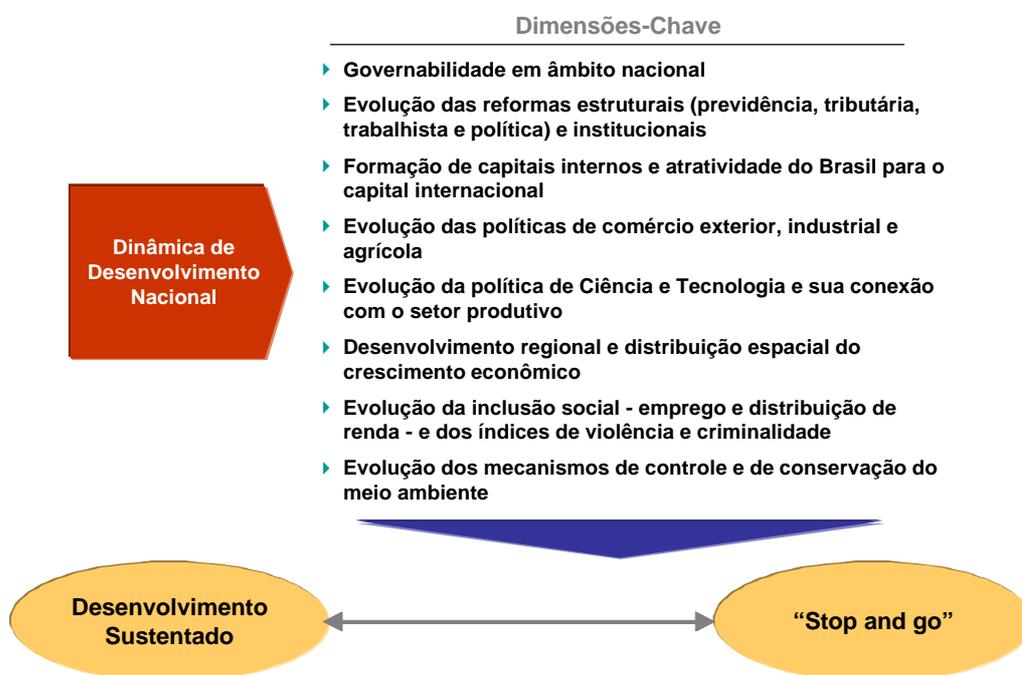
De maneira análoga, as alternativas futuras do Estado de Minas Gerais decorrem das formas como combinam-se, no tempo, as hipóteses de comportamento de todo o conjunto de incertezas críticas, tanto exógenas (mundiais e nacionais) quanto endógenas; sempre considerando que as perspectivas mineiras dependem, antes de tudo, do seu próprio desempenho interno e, principalmente, das escolhas políticas e das ações dos seus líderes políticos, empresariais, acadêmicos e sindicais, da confiança criada e do desempenho participativo da sociedade em geral.

Para a geração dos cenários do Estado de Minas Gerais, duas macroincertezas críticas foram consideradas, por combinarem elementos de outras variáveis, de um lado, e por apresentarem alto grau de impacto e determinação sobre o futuro do Estado, de outro. Considerando a dimensão nacional, a grande incerteza que se coloca é:

- Qual será o padrão de desenvolvimento nacional predominante nos próximos 20 anos?

Esta macro-variável combina diversos elementos (incertezas críticas), em dimensões distintas, que se entrelaçam e se interconectam para formar hipóteses alternativas sobre o futuro do Estado de Minas Gerais. Sua amplitude e complexidade podem ser demonstradas na figura a seguir:

Incerteza Crítica 1 - Brasil



Neste caso, a *dinâmica de desenvolvimento nacional* pode assumir estados possíveis em um eixo contínuo delimitado por dois extremos:

Desenvolvimento Sustentado: No contexto mundial, há grandes oportunidades para os países emergentes e o Brasil insere-se internacionalmente de modo competitivo, intensificando a sua participação no comércio internacional. No contexto nacional, o País ingressa em um círculo virtuoso de desenvolvimento econômico com ampliação do mercado interno e aumento da competitividade externa. A qualidade de vida melhora, devido à ampliação qualitativa dos serviços educacionais e de saúde, diminuição da pobreza, à redução dos níveis de violência e marginalidade e das desigualdades sociais e

regionais, ao maior controle da pressão antrópica e à melhor conservação do meio ambiente.

“Stop and Go”: No contexto mundial, com o crescimento econômico baixo e pequena disponibilidade de capitais, as oportunidades externas para os países emergentes são escassas e o Brasil não consegue ocupar espaços significativos no comércio mundial. No contexto nacional, registra-se um crescimento econômico baixo e instabilidade, intercalando períodos de crise e de crescimento com manutenção dos estrangulamentos estruturais, perda de competitividade, limitada integração econômica externa e mercado interno pouco dinâmico. A instabilidade econômica traz como conseqüências a ampliação da pobreza e das desigualdades sociais, o aumento da violência e das tensões e conflitos sociais, além de menor atenção à conservação do meio ambiente. O Brasil “patina”, repetindo a evolução da economia observada nas décadas de 80 e 90.

Como vimos, a *dinâmica do desenvolvimento nacional* é uma variável multidimensional. Podemos desdobrá-la conforme suas dimensões-chave que assumem diversos estados em um **eixo contínuo**, delimitado por dois extremos: *Desenvolvimento Sustentado* e *Stop and Go*:

1. Governabilidade em âmbito nacional

- No extremo mais positivo do *eixo*, a hipótese adotada é que a consolidação do processo democrático proporciona instituições políticas que garantem, aos presidentes eleitos, condições de realizarem seus projetos estratégicos para o País pelo embate democrático.
- No outro extremo, a hipótese é que o País não desenvolve instituições capazes de proporcionar maiorias congressuais aos governantes eleitos, gerando governos fracos e incapazes de exercer um papel de liderança necessário para a construção do futuro do Brasil.

2. Evolução das reformas estruturais (previdência, tributária, trabalhista e política) e institucionais

- De um lado do *eixo*, as reformas estruturais e institucionais são realizadas, proporcionando um ambiente econômico e institucional favorável ao crescimento econômico sustentável, com distribuição de renda e desenvolvimento

institucional. A reforma previdenciária permite o equacionamento de déficits, evitando uma trajetória explosiva e, reforçando, desta forma, o clima de confiança na solidez da economia brasileira. A reforma tributária proporciona uma maior equidade e racionalidade ao sistema tributário, e a trabalhista permite a incorporação, ao mercado formal de trabalho, de milhões de trabalhadores, hoje no mercado informal, favorecendo a inclusão social, além de permitir uma ampliação da base do sistema previdenciário oficial, aumentando sua arrecadação.

- Do outro lado do eixo, as reformas estruturais e institucionais não são implementadas e o Brasil, gradualmente, vai sendo imobilizado pelo peso de um sistema previdenciário deficitário e de legislações tributária e trabalhista gravosas para a competitividade da economia. Os déficits da previdência crescem exponencialmente à medida que a população envelhece e os governos estaduais são os mais atingidos por sucessivas crises de insolvência.

3. Formação de capitais internos e atratividade do Brasil para o capital internacional

- Na hipótese mais positiva, o ambiente propício ao investimento, a perspectiva de um futuro melhor e a existência de instituições confiáveis vão gradualmente proporcionando um clima favorável ao aumento da poupança agregada e à atração de capitais externos.
- Na outra hipótese - persistência de crises econômicas sucessivas e falta de uma estratégia de crescimento clara, aumentam a incerteza e insegurança das empresas e famílias, fazendo com que a poupança agregada persista nos mesmos níveis da década de 90. O clima de instabilidade econômica e regulatória constitui um empecilho à atração dos capitais internacionais.

4. Evolução das políticas de comércio exterior, industrial e agrícola

- No extremo mais favorável do eixo, a existência de uma estratégia de crescimento clara e a recuperação financeira

do governo proporcionam condições favoráveis à adoção de políticas de comércio exterior, industrial e agrícola, voltadas para o crescimento e a integração econômica. Os investimentos públicos e privados em infra-estrutura são retomados devido à definição de marcos regulatórios confiáveis.

- No outro extremo, o governo não é capaz de articular políticas de comércio exterior, industrial e agrícola, devido ao desequilíbrio macroeconômico recorrente. Os investimentos em infra-estrutura permanecem reduzidos persistindo sérios pontos de estrangulamento na economia, elevando o “Custo Brasil”.

5. Evolução da política de ciência e tecnologia e sua conexão com o setor produtivo

- Na hipótese mais favorável, diante do dinamismo maior da economia, o Governo e as empresas dispõem de mais recursos para investirem em ciência e tecnologia. O processo de integração da economia nos mercados internacionais e as políticas adotadas pelo Governo vão gradualmente possibilitando a integração das empresas com os centros de pesquisa, na medida em que elas adotam estratégias competitivas mais agressivas.
- Na hipótese menos favorável, as políticas de ciência e tecnologia articuladas pelo Governo são tímidas e com uma articulação restrita com o setor produtivo.

6. Desenvolvimento regional e distribuição espacial do crescimento econômico

- De um lado a economia brasileira cresce e ocorre um processo de desconcentração gradual, reforçado por políticas de incentivo a projetos estruturadores nas áreas mais carentes das Regiões Norte e Nordeste do País.
- No outro extremo, o baixo investimento e conseqüente reduzido crescimento não favorecem a desconcentração da

riqueza nacional, persistindo os atuais níveis de desigualdade na distribuição regional da renda.

7. Evolução da inclusão social – emprego e distribuição de renda – e dos índices de violência e criminalidade

- Na hipótese mais favorável, a retomada do crescimento econômico associada a políticas de inclusão social e educacionais possibilita a redução do desemprego, uma gradual melhoria da distribuição de renda e a redução dos índices de criminalidade.
- Na outra hipótese, a estagnação da economia faz com que os níveis de desemprego se deteriore, agravando o quadro social e, apesar de alguns progressos na política educacional, aumentam as já elevadas desigualdades na distribuição pessoal de renda, resultando em aumento da tensão social e da criminalidade.

8. Evolução dos mecanismos de controle e de conservação do meio-ambiente

- No extremo mais positivo, o País adota políticas ambientais voltadas para a exploração sustentável dos recursos naturais, garantindo a conservação do meio ambiente para as próximas gerações. Especialmente no caso da água, o Brasil mantém esse recurso estratégico devido a uma política eficaz de gestão dos recursos hídricos, resultando em uma melhoria significativa dos Índices de Qualidade das Águas – IQA e aumento da vazão dos rios.
- No outro extremo, a presença dos problemas econômicos e sociais não permitem ao Brasil adotar políticas voltadas para a sustentabilidade ambiental. Os indicadores ambientais mantêm-se estagnados.

2.4. Condicionantes do Futuro do Estado de Minas Gerais

2.4.1. O Contexto Mineiro¹¹

Como vimos no Capítulo 1 Minas Gerais chegou ao final do século XX com um quadro econômico e fiscal preocupante. Embora sua economia tenha apresentado, nos últimos anos, um desempenho acima da média nacional, está emitindo sinais de perda de dinamismo, já evidenciados há alguns anos pela queda no nível de investimentos públicos e privados. Apesar da falta de intensa atividade econômica, os indicadores sociais progrediram nos últimos anos, resultando em uma melhoria expressiva do IDH no Estado.

A economia mineira é muito dependente da nacional, devido ao alto grau de integração alcançado com a do Estado de São Paulo – principal centro industrial do País. No entanto, sua especialização na produção de bens intermediários possibilita, em momentos de crise, que a indústria recorra ao mercado externo, amortecendo os movimentos da economia brasileira. Desta forma, Minas Gerais destaca-se como segundo principal estado exportador brasileiro, com uma pauta concentrada em produtos básicos. Comparada com outras pautas exportadoras estaduais, a mineira apresenta a vantagem de ser, principalmente, originária do complexo metal-mecânico, onde a vantagem competitiva do Brasil é pouco contestada.

Atualmente, o principal estrangulamento da economia estadual é a máquina pública, que está próxima da inviabilidade, limitada em sua capacidade de financiamento e de provisão de serviços essenciais como infra-estrutura de saneamento, transporte e de logística. Além disto, nos últimos anos, ocorreu uma brutal redução das intenções de investimento no Estado e persiste uma imensa desigualdade regional registrada tanto nos indicadores econômicos quanto no Índice de Desenvolvimento Humano.

Sob a ótica prospectiva, destaca-se como promissor no Estado o vetor da industrialização do agronegócio, a mineração como centro da base produtiva mineira, o complexo metal-mecânico e outras cadeias como a têxtil e de construção civil. Também, há um promissor pólo de biotecnologia e de serviços na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O quadro atual de Minas Gerais demonstra que, neste início de século XXI, vários desafios e tendências, tanto estruturais quanto conjunturais, se colocam como movimentos fortes de continuidade, de um lado, e de

¹¹ Texto baseado no estudo "Minas Gerais do Século XXI", Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002.

mudança, de outro, que podem ser determinantes para o futuro do Estado. Alguns processos apresentam relativa previsibilidade – invariáveis e outros são altamente incertos – incertezas críticas, abrindo várias alternativas para os próximos anos.

2.4.2. Condicionantes Estaduais de Baixa Incerteza: Invariantes

Os **invariantes** são tendências ou processos em curso, relativos à economia estadual, que se supõem inalteráveis ou altamente previsíveis no horizonte dos cenários. Como um estrato do território nacional, Minas Gerais contempla características semelhantes à economia brasileira, seja por sua base produtiva agroindustrial, seja pelo seu extenso território e diversidades microrregionais.

Minas Gerais pode ser considerada uma síntese do Brasil. Em função da sua posição geográfica e da sua diversidade produtiva, social e cultural, registra uma enorme interação produtiva e intensas trocas comerciais e culturais com o restante do País. Especialmente, tem como vizinhos outros sete estados brasileiros, dentre eles economias importantes como São Paulo e Rio de Janeiro, além da sua proximidade com a capital federal. No campo da liderança política, historicamente, Minas Gerais teve, ao longo da segunda metade do século XX, forte influência no cenário político nacional, o que de certa forma contribuiu, na segunda metade do século passado, para atrair investimentos estatais no setor produtivo (USIMINAS, AÇOMINAS e CVRD), em infra-estrutura (rodovias e ferrovias), beneficiando a economia estadual e em educação (UFMG, UFV, UFJF, UFLA, UFU e UFOP). Nesse sentido, os **invariantes identificados para o contexto nacional são certamente aplicados ao contexto mineiro.**

Se, de um lado, as intensas trocas comerciais e culturais de Minas Gerais com o restante do País aumentaram as vinculações entre as trajetórias de crescimento do Brasil e de Minas Gerais, fazendo com que ciclos expansionistas na economia nacional favorecessem o desenvolvimento do Estado, por outro, Minas Gerais pode ter a sua trajetória de crescimento descolada do crescimento nacional no futuro, para mais ou para menos, em função de sua capacidade própria de promoção do desenvolvimento.

Assim, somam-se aos invariantes registrados para o contexto brasileiro, algumas características específicas do Estado de Minas Gerais. São elas:

- bases produtivas agropecuária e mineral (que servem de estrutura a todo o complexo metal-mecânico) fortes;
- estrutura produtiva com forte presença de setores exportadores, que podem se voltar mais ainda para o exterior, em períodos de pouco dinamismo do mercado doméstico; e

- base técnico-científica razoavelmente desenvolvida em setores com forte potencial de dinamismo, tais como biotecnologia, microinformática etc.

2.4.3. Condicionantes Estaduais de Alta Incerteza: Incertezas Críticas

O segundo eixo determinante dos cenários futuros de Minas Gerais diz respeito ao contexto endógeno, associando possibilidades relacionadas à capacidade da sociedade mineira de se estruturar política, econômica e socialmente.

Dentre os desafios e os processos de mudança em curso, pode-se destacar uma macro-variável que, de certa forma, combina elementos multidimensionais relativos às peculiaridades de Minas Gerais. Considerando a dimensão estadual, a grande incerteza que se coloca é:

- **Como evoluirá o ambiente econômico, político e institucional mineiro nos próximos 20 anos?**

Esta macro-variável comporta diversas incertezas críticas menores, divididas em dimensões distintas, que se interconectam para formar hipóteses alternativas sobre o futuro do Estado de Minas Gerais. Sua amplitude e complexidade podem ser demonstradas na figura abaixo:

Incerteza Crítica 2 – Minas Gerais



O ambiente econômico, político e institucional mineiro pode assumir estados possíveis em um **eixo contínuo** delimitado por dois extremos: “**Eficiente e Competitivo**” e “**Ineficiente e Fragilizado**”, que estão detalhados em cada uma das dimensões-chave abaixo:

1. Padrão de liderança de Minas Gerais no contexto político e econômico nacional

- Na hipótese do extremo mais positivo do eixo, as lideranças políticas e empresariais mineiras influenciam ativamente nas decisões políticas e econômicas nacionais e ocupam postos-chave nas instituições federais públicas e privadas possibilitando a defesa dos interesses legítimos do Estado. A atuação dessas lideranças é fundamentada pelo conhecimento técnico e por valores éticos.
- No outro extremo, Minas Gerais retrai-se para uma posição provinciana, limitando sua atuação política às fronteiras estaduais e às questões locais. Além disso, aumenta o hiato entre a ação política e o embasamento técnico.

2. Reforma do Estado no tocante à gestão pública e ao equacionamento fiscal

- No ponto extremo do eixo, na hipótese do cenário “Eficiente e Competitivo”, o “Choque de Gestão” é bem sucedido e atinge a todos os poderes de forma ampla e generalizada. O equacionamento fiscal é alcançado de forma estrutural, com obediência total à Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, é formada uma nova mentalidade no serviço público, baseada no empreendedorismo e voltada para resultados. A mudança de comportamento do setor público, associada à criação de um novo marco legal, favorece o estabelecimento de frutíferas Parcerias Público-Privadas - PPP. Como resultado, ocorre grande redução da relação custo/benefício do serviço público estadual.
- Alternativamente, o “Choque de Gestão”, frágil e parcial, fica restrito a algumas ilhas de excelência e o desequilíbrio fiscal permanece, ocorrendo déficits maiores em alguns períodos. Não avança a mudança de comportamento do setor público e, como consequência, apesar da aprovação formal do novo marco legal, não ocorre a disseminação de Parcerias Público-Privadas voltadas à infra-estrutura e às atividades sociais.

3. Capacidade de recuperação, modernização e expansão da infra-estrutura

- De um lado, a recuperação das capacidades de investimento público e de articulação com a iniciativa privada proporciona o equacionamento dos gargalos atuais e a modernização e expansão da infra-estrutura e dos serviços de logística, fortalecendo o sistema multimodal de transporte e as redes de telecomunicações, energia e saneamento de Minas Gerais.
- De outro lado, as restrições de investimentos públicos e privados no setor conduzem ao agravamento dos seus estrangulamentos, levando à perda de competitividade da economia mineira.

4. Volume e foco dos investimentos privados no Estado

- No extremo mais positivo do eixo, Minas Gerais recebe um volume expressivo de inversões privadas em setores estratégicos, tais como microeletrônica, biotecnologia, agroindústria e em infra-estrutura, por meio de parcerias público-privadas.
- Na outra extremidade, o volume de investimentos privados é reduzido e grandes empresas migram de Minas Gerais para outros estados com economias comparativamente mais dinâmicas.

5. Evolução do sistema de ensino e sua articulação com as políticas de ciência e tecnologia

- Na situação extrema da hipótese “Eficiente e Competitivo”, o sistema educacional tem grande salto de qualidade e quantidade tanto no ensino fundamental e médio quanto no ensino superior. Conta com uma rede de ensino integrada entre si e fortemente articulada com a política de ciência e tecnologia do Estado, ambas com atenção voltada às necessidades do setor produtivo. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG é fortalecida com recursos advindos da transferência de 1% da receita líquida do Estado. Além disso, ganha dinamismo o parque tecnológico de Belo Horizonte.
- Na situação extrema da hipótese “Ineficiente e Fragilizado”, ocorrem apenas melhorias incrementais na ampliação do ensino fundamental e médio, bem como ganhos pontuais de qualidade no ensino superior. As universidades caminham de forma isolada, com prioridade para as vocações locais e sem articulação com a política de ciência e tecnologia, nesse caso pouco efetiva.

6. Perfil do sistema produtivo mineiro em relação à competitividade, escala e densidade tecnológica

- De um lado, o sistema produtivo estadual conta com empresas competitivas em processos de fabricação, gestão, marketing e forte preocupação com a conservação do meio ambiente. Os setores tradicionais ganham dinamismo e escala e é crescente a introdução de indústrias intensivas em tecnologia. Além disso, o meio empresarial mineiro caminha para maior verticalização dentro do Estado, produzindo bens de uso final.
- Do outro lado, o setor produtivo perde dinamismo e competitividade e acaba permitindo a saída de importantes empresas que se instalam em outros estados.

7. Evolução das disparidades regionais

- No extremo da hipótese “Eficiente e Competitivo”, Minas Gerais consegue reduzir drasticamente suas disparidades regionais, devido à melhora significativa dos indicadores econômicos e sociais das Regiões do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Mucuri e à incorporação das microrregiões estagnadas ao processo de desenvolvimento da economia mineira.

- No outro extremo do eixo, mantêm-se os atuais níveis de desigualdade regional, permanecendo os estrangulamentos econômicos e sociais nas regiões mais carentes.

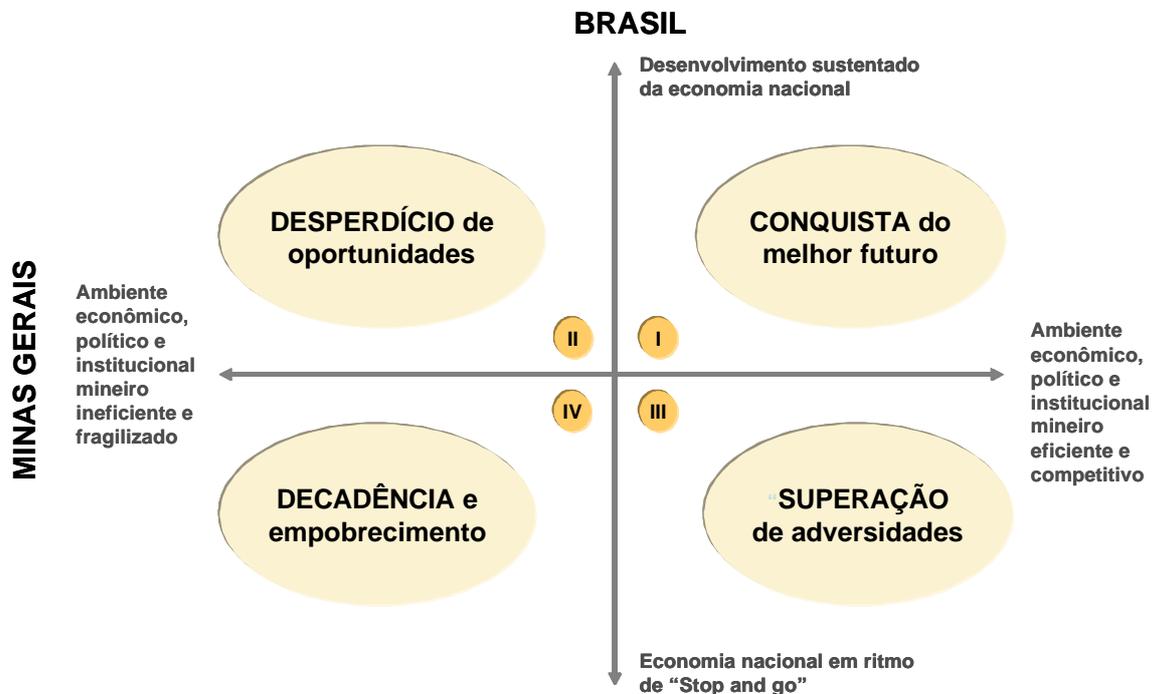
8. Evolução dos índices sociais e ambientais do Estado

- Na alternativa mais positiva, o círculo virtuoso de desenvolvimento econômico e social propicia a elevação significativa dos índices sociais do Estado, em função de saltos qualitativos em distribuição de renda, educação, saúde, habitação e segurança. Especialmente, os indicadores de criminalidade e de marginalidade sofrem acentuada redução, devido à ação efetiva das organizações do sistema de defesa social. Devido à adoção de políticas ambientais eficazes, voltadas para o uso sustentável de seus recursos naturais, Minas Gerais garante o equilíbrio ambiental, particularmente no que se refere às águas.
- Na alternativa oposta, a qualidade de vida do povo mineiro não apresenta melhorias significativas devido à perda de qualidade do serviço de saúde, à manutenção do déficit habitacional e ao aumento da tensão social, traduzida por elevados índices de criminalidade e de marginalidade. A ausência de políticas direcionadas à sustentabilidade ambiental provoca estagnação dos indicadores ambientais e de qualidade das águas.

2.5. Cenários Exploratórios do Estado de Minas Gerais 2020

As duas grandes incertezas críticas, mencionadas nos capítulos anteriores, formam dois eixos ortogonais, cujas correlações das hipóteses configuradas em cada estado possível diferenciam os quadros futuros possíveis de Minas Gerais. Dessa forma, os cenários do Estado de Minas Gerais para o horizonte 2003-2020 são esquematicamente construídos a partir da combinação destas duas variáveis-chave, como mostra a figura a seguir:

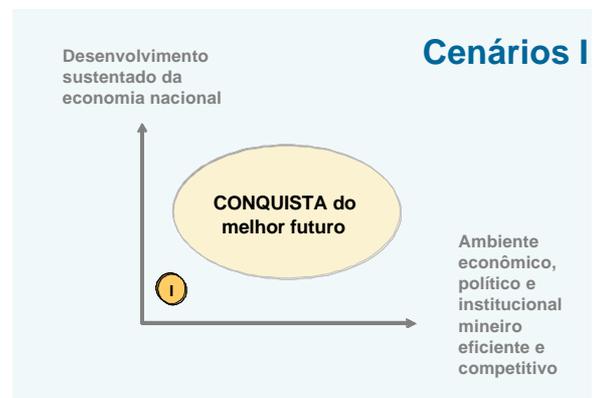
Cenários do Estado de Minas Gerais 2003-2020



Cenário I: Conquista do Melhor Futuro

Inserido em um contexto mundial favorável, e com o Brasil evoluindo de forma positiva e plena de oportunidades, o Estado de Minas Gerais constrói uma trajetória de prosperidade econômica, melhoria social e revigoramento político, ocupando espaços e assumindo posição de liderança na esfera nacional.

Neste cenário, o contexto mundial exibe condições favoráveis, registrando aumento da regulação e crescimento da economia e do comércio mundiais e boas oportunidades para países emergentes como o Brasil. Internamente, são implementadas reformas estruturais e políticas ativas (sociais, regionais e



ambientais), possibilitando ao País elevar seus níveis de poupança interna e reduzir o chamado “Custo Brasil”. Esses fatores positivos provocam a retomada da entrada de capital externo em larga escala. Concomitantemente, o Brasil amplia a integração econômica externa com o fortalecimento do Mercado Comum do Cone Sul - MERCOSUL e a formação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA em condições positivas para o País, mantendo ainda os acordos comerciais com grandes blocos.

Neste quadro, a economia brasileira registra taxas elevadas de crescimento sustentado e aumento da competitividade como resultado dos investimentos, das políticas de desenvolvimento regional e distribuição de renda e da dinâmica dos mercados (interno e externo). A qualidade de vida apresenta grande melhoria, combinando diminuição da pobreza e das desigualdades sociais com melhores serviços de educação e saúde e gerenciamento eficaz do meio ambiente.

É neste contexto positivo que Minas Gerais consegue ocupar espaços e assumir uma posição de liderança na esfera nacional. A ação conjunta e colaborativa entre lideranças políticas, empresariais e da sociedade em geral dinamiza a economia à medida que os setores público e privado estreitam seus laços, estabelecendo parcerias estruturantes voltadas para o setor produtivo e para a competitividade sistêmica do Estado. Do lado do setor público, predominam a eficiência e a eficácia da gestão, proporcionadas por um “Choque de Gestão” amplo em todos os poderes e pelo equacionamento fiscal do Estado de forma estrutural, com obediência à totalidade da Lei de Responsabilidade Fiscal. As instituições de regulação e de fomento ao desenvolvimento ganham força e se consolidam, proporcionando credibilidade e ambiente propício aos investimentos. Já na esfera do setor privado, desenvolve-se uma geração de empresários e organizações da sociedade civil com forte vocação empreendedora, da qual resulta o aporte de volumes expressivos de inversões fortemente estruturadoras nos segmentos produtivos e em infraestrutura e serviços públicos, essas últimas por meio de Parcerias Público-Privadas.

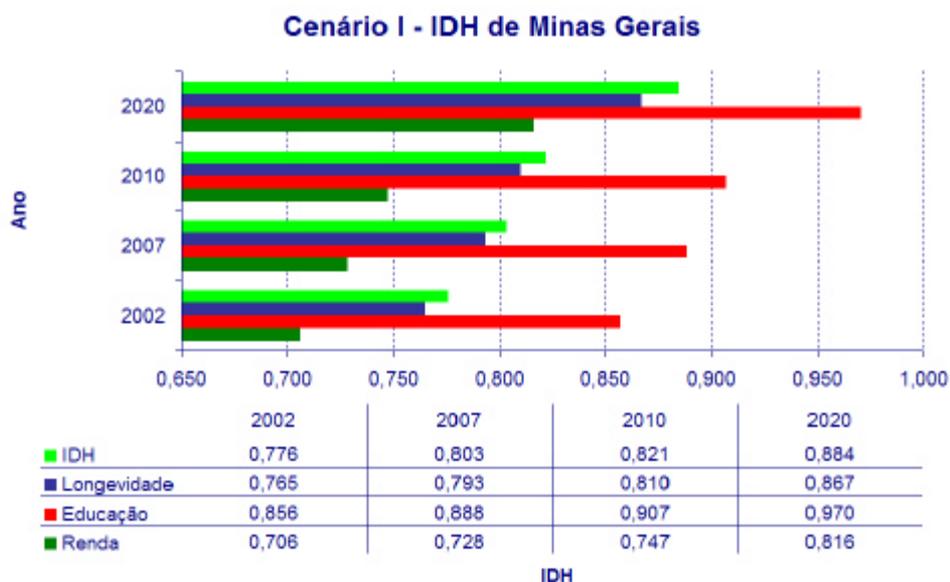
Desse modo, registra-se a recuperação, modernização e expansão da infra-estrutura (telecomunicações, energia, transportes e saneamento) e dos serviços de logística de Minas Gerais. O sistema produtivo mineiro ganha competitividade e dinamismo, com crescente densidade tecnológica, aumento de escala, maior sustentabilidade, oferecendo ao Estado, ao País e ao mundo produtos de maior valor agregado. Minas apresenta alto crescimento econômico, superior à média nacional, **aumentando sua participação no Produto Interno Bruto - PIB Brasileiro.**

Especialmente, Minas Gerais consegue diminuir progressivamente suas dramáticas desigualdades regionais com políticas específicas de redução dos estrangulamentos nas regiões mais carentes e fortalecimento das vocações e economias locais.

O sistema de ensino tem grande salto de qualidade e quantidade de modo a constituir uma população ativa e capacitada profissionalmente. As universidades localizadas no Estado consolidam grupos de pesquisa e a interação com o setor produtivo agrega dinamismo ao desenvolvimento científico e tecnológico regional. O Parque Tecnológico de Belo Horizonte, como também outros pólos tecnológicos, apresentam produtos e empresas competitivas e inovadoras.

Na área social, aumenta o acesso da população a serviços de saúde de qualidade ao mesmo tempo em que se expandem e melhoram as condições de habitação e de qualidade de vida do povo mineiro. Com crescimento econômico, aumento da renda, redução das desigualdades regionais e sociais e uma eficaz ação do aparato de defesa social, a violência é controlada e reduzem-se significativamente os índices de criminalidade e marginalidade no Estado de Minas Gerais.

Neste cenário, o Índice de Desenvolvimento Humano tem, ao final de 20 anos, uma melhoria significativa passando dos atuais 0,773 para 0,884, nível equivalente ao de Portugal em 2000. Se comparado à projeção tendencial do IDH das unidades da federação (detalhada no Anexo), o IDH projetado para Minas Gerais é igual o de São Paulo e situa-se entre os mais elevados do Brasil. Dessa forma estaremos concretizando a visão do governo atual de tornar “Minas Gerais o melhor Estado para se viver”.



Cenário II: Desperdício de Oportunidades

Mesmo inserido em um contexto mundial favorável, e com o Brasil evoluindo forma positiva e plena de oportunidades, o Estado de Minas Gerais não consegue superar seus estrangulamentos e segue experimentando uma trajetória de baixo crescimento, precariedade social e enfraquecimento político, perdendo espaços e posições na economia nacional.

Neste cenário o contexto mundial apresenta condições favoráveis, registrando aumento da regulação e crescimento da economia e do comércio mundiais e boas oportunidades para países emergentes como o Brasil. Internamente, são implementadas reformas estruturais e políticas ativas (sociais, regionais e ambientais), possibilitando ao País elevar seus níveis de poupança interna e reduzir o chamado “Custo Brasil”. Esses fatores positivos provocam a retomada da entrada de capital externo em larga escala. Concomitantemente, o Brasil amplia a integração econômica externa com o fortalecimento do MERCOSUL e a formação da ALCA em condições positivas para o País, mantendo ainda os acordos comerciais com grandes blocos.

Neste quadro, a economia brasileira registra taxas elevadas de crescimento sustentado e aumento da competitividade como resultado dos investimentos, das políticas de desenvolvimento regional e distribuição de renda e da dinâmica dos mercados (interno e externo). A qualidade de vida apresenta grande melhora, combinando diminuição da pobreza e das desigualdades sociais com melhores serviços de educação e saúde e aumento da conservação do meio ambiente.

No entanto, em função das condições e restrições endógenas predominantes no Estado, Minas Gerais perde oportunidades no cenário nacional. Os principais estrangulamentos econômicos, infra-estruturais, logísticos, políticos, administrativos e institucionais mineiros não são superados. O “Choque de Gestão” pública é parcial e ineficaz, e o equilíbrio fiscal do Estado apresenta-se instável e ocasional, intercalando períodos de déficits razoáveis com alguns anos de equilíbrio precário das contas públicas. O setor público estadual pesa negativamente para a competitividade sistêmica do Estado. A economia mineira vai perdendo força como efeito da fragmentação interna e dos estrangulamentos infra-estruturais, enquanto outros estados brasileiros apresentam ganhos de competitividade e capturam as melhores oportunidades.

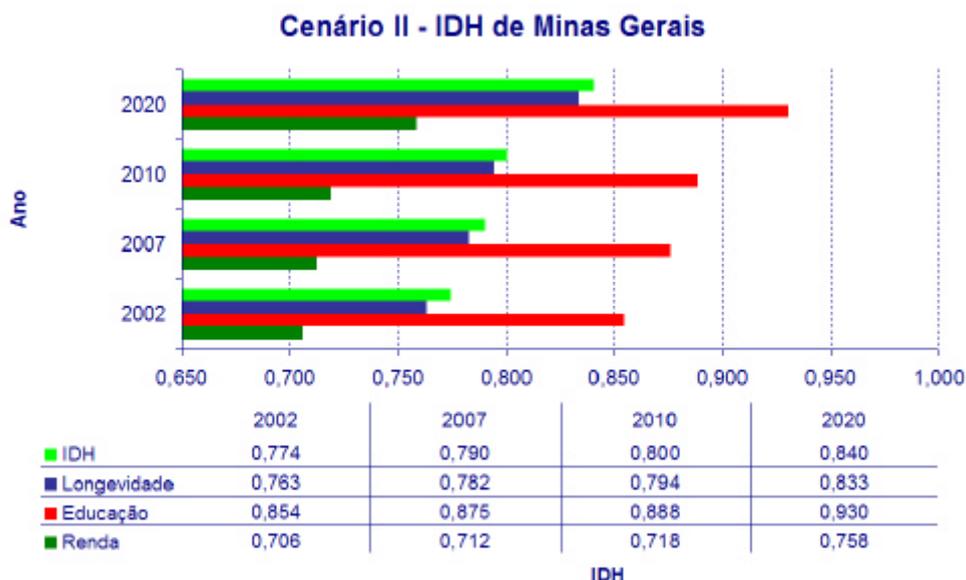


Desta forma, Minas Gerais atrai volumes decrescentes de investimentos privados para setores produtivos na medida em que apresenta desvantagem comparativa em relação a outros estados. A infra-estrutura mineira recebe investimentos públicos de forma intermitente, conseguindo, com muito dificuldade, equacionar apenas os principais gargalos existentes. A articulação entre setor público e privado não prospera visto que ocorre um enfraquecimento e fragmentação das lideranças empresariais e das organizações da sociedade civil mineira e oportunidades mais interessantes são destinadas para outras unidades da Federação. Apesar das condições favoráveis da economia nacional, que de certa forma, estimulam a economia mineira, o setor produtivo mineiro vai perdendo competitividade e dinamismo em relação ao resto do País. Exceção feita aos segmentos voltados para exportação, serviços e pequenos negócios destinados ao mercado doméstico. Deste modo, Minas Gerais apresenta crescimento econômico de baixo a médio, bem abaixo da média nacional, com **significativa redução da sua participação no PIB brasileiro.**

Espacialmente, ocorre pequena melhoria dos níveis de desenvolvimento regional, porém sem redução das desigualdades regionais, permanecendo os desequilíbrios existentes entre as regiões mais promissoras e mais deprimidas do Norte do Estado.

Na área social, o sistema educacional alcança a universalização do ensino fundamental e grande ampliação do ensino médio, ao passo que ocorrem apenas melhorias incrementais de qualidade. A construção de uma rede de ensino integrada e articulada com políticas de ciência e tecnologia não logra êxito, predominando as ações isoladas das entidades de educação superior na tentativa de avançar, mesmo com poucos recursos, no desenvolvimento das vocações regionais. Na saúde, são ampliadas as condições de acesso aos serviços públicos, mas estes perdem em qualidade. A qualidade de vida do povo mineiro tem pequena melhoria, embora permaneçam estrangulamentos na área habitacional e de saneamento. A insegurança e a violência crescem, embora parcialmente contidas por ações repressoras das instituições públicas.

Neste cenário o Índice de Desenvolvimento Humano do Estado apresenta melhoria ao final de 20 anos, chegando a 0,840, nível equivalente ao da Argentina em 2000. No entanto, se comparada tal projeção à projeção das demais unidades da federação, detalhada no Anexo, Minas Gerais cairia do 11º lugar (em 2000), no Brasil, para o 14º (em 2020), sendo superado pelo Amapá e por Roraima.



Cenário III: Superação de Adversidades

Enfrentando um contexto mundial desfavorável, e com o Brasil registrando baixo e instável crescimento econômico, intercalando períodos de crise e de crescimento o Estado de Minas Gerais, bem estruturado, se destaca e ocupa os escassos espaços de oportunidades. Assume uma posição competitiva diferenciada na esfera nacional, exibindo índices razoáveis de crescimento econômico, melhoria social e revigoração político assumindo posição de liderança na esfera nacional.



Neste cenário, o contexto mundial, exibe um quadro bastante instável, de crescimento econômico baixo inclusive nas trocas comerciais e pouca disponibilidade de capital, com escassas oportunidades para os países emergentes.

Internamente, as dificuldades persistem, inclusive no que se refere à governabilidade do Brasil, o que dificulta, quando não inviabiliza, a implementação das reformas e mantém os estrangulamentos econômicos e financeiros e, portanto, reduzida capacidade de investimentos e políticas sociais de pouco alcance. Como resultado, o País convive com baixa

competitividade (alto “Custo Brasil”) e limitada confiança dos investidores internacionais, com persistência de alto risco Brasil, provocando baixa entrada de capital externo. O MERCOSUL e a ALCA não avançam significativamente, levando o Brasil a manter as negociações bilaterais em um comércio mundial em retração e com elementos protecionistas. E, na arena internacional, o Brasil não consegue ocupar as limitadas oportunidades abertas aos países emergentes.

Neste quadro, o Brasil registra um crescimento econômico baixo e instabilidade, intercalando períodos de crise e de crescimento, com manutenção dos estrangulamentos estruturais, perda de competitividade, ampliação da pobreza e das desigualdades sociais e aumento da violência. Os indicadores ambientais mantêm-se nos níveis atuais. O País “patina”, repetindo taxas médias de crescimento econômico semelhantes às das décadas de 80 e 90.

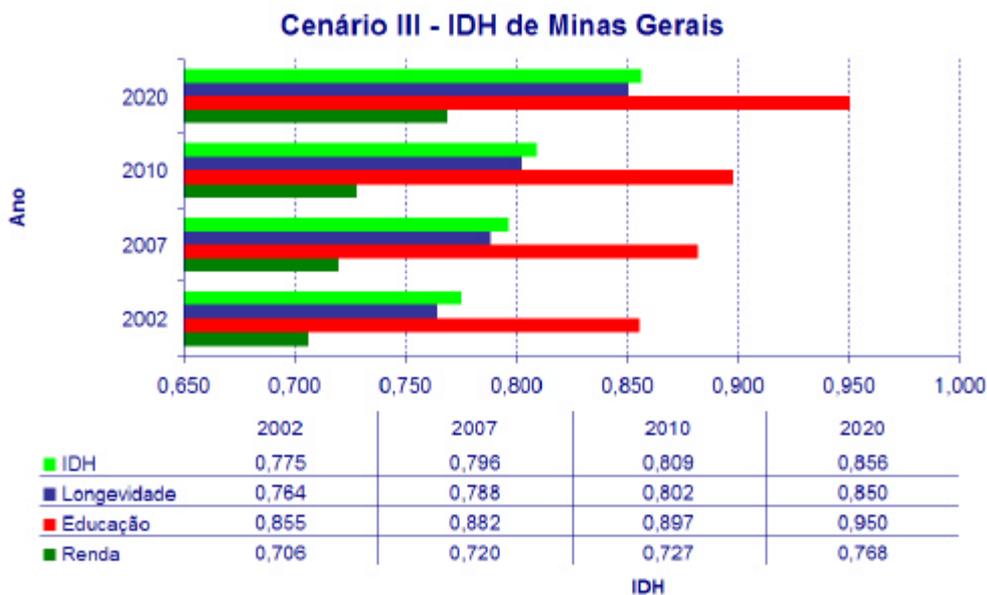
Entretanto, as condições internas a Minas Gerais são positivas e, mesmo em um contexto nacional adverso, a economia mineira, bem estruturada, se destaca e ocupa os escassos espaços, assumindo uma posição competitiva diferenciada na esfera nacional. O setor público mineiro, passa por um rigoroso “Choque de Gestão” que atinge a todos os poderes, e equaciona de forma estrutural e definitiva as finanças públicas. Minas é um dos poucos estados da Federação que exhibe total obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal. As instituições de regulação e de fomento ao desenvolvimento se consolidam, proporcionando credibilidade e ambiente propício aos investimentos. Mesmo em meio a um quadro nacional de poucos investimentos – os Estados mais bem estruturados e competitivos vencem a disputa pelos escassos recursos –, o setor privado é pujante e se faz presente em Minas Gerais. Uma massa crítica de lideranças empresariais e organizações da sociedade civil com forte caráter empreendedor aporta volumes razoáveis de inversões fortemente estruturadoras nos segmentos produtivos e em infra-estrutura e serviços públicos por meio de parcerias público-privadas.

Desse modo, são equacionados os principais gargalos de infra-estrutura, bem como são ampliados e melhorados os serviços de logística associados aos fluxos de mercadorias voltadas à exportação. O sistema produtivo mineiro ganha competitividade e dinamismo, com aumento de escala e produtos de maior valor agregado. Neste cenário, Minas apresenta crescimento econômico médio, mas bem superior à média nacional, **umentando significativamente sua participação no PIB brasileiro.**

Especialmente, políticas estruturantes na esfera regional, focadas na redução dos estrangulamentos nas regiões mais carentes e fortalecimento das vocações e economias locais, têm efeito positivo sobre a distribuição regional da riqueza, reduzindo progressivamente as desigualdades regionais.

Na área social, mesmo em um quadro de escassez de recursos públicos, o sistema educacional tem grande salto de quantidade e razoável melhora

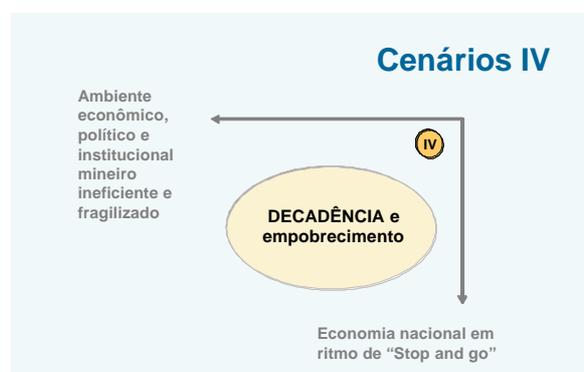
qualitativa no ensino fundamental e médio e conta com uma rede de ensino superior articulada e voltada para as vocações produtivas locais do Estado. Na saúde, aumenta o acesso e a qualidade dos serviços, ao mesmo tempo em que vai se equacionando progressivamente o déficit habitacional do Estado. A qualidade de vida do povo mineiro registra melhorias, atenuam-se os níveis de criminalidade e marginalidade e o Índice de Desenvolvimento Humano ao final de 20 anos atinge 0,856, nível superior ao da República Checa em 2000. Comparando esses níveis com a projeção detalhada no Anexo, o IDH de Minas Gerais passa do 11º para o 8º lugar entre as unidades da federação.



Cenário IV: Decadência e empobrecimento

Enfrentando um contexto mundial desfavorável, e com o Brasil registrando baixo e instável crescimento econômico, intercalando períodos de crise e de crescimento o Estado de Minas Gerais não consegue superar seus estrangulamentos e segue experimentando uma trajetória de baixo crescimento, precariedade social e enfraquecimento político.

Neste cenário, o contexto mundial, exibe um quadro bastante instável, de crescimento



econômico baixo inclusive nas trocas comerciais e pouca disponibilidade de capital, com escassas oportunidades para os países emergentes.

Internamente, as dificuldades persistem, inclusive no que se refere à governabilidade do Brasil, o que dificulta, quando não inviabiliza, a implementação das reformas e mantém os estrangulamentos econômicos e financeiros e, portanto, reduzida capacidade de investimentos e políticas sociais de pouco alcance. Como resultado, o País convive com baixa competitividade (alto “Custo Brasil”) e limitada confiança dos investidores internacionais, com persistência de alto risco Brasil, provocando baixa entrada de capital externo. O MERCOSUL e a ALCA não avançam significativamente, levando o Brasil a manter as negociações bilaterais em um comércio mundial em retração e com elementos protecionistas. E, na arena internacional, o Brasil não consegue ocupar as limitadas oportunidades abertas aos países emergentes.

Neste quadro, o Brasil registra um crescimento econômico baixo e instabilidade, intercalando períodos de crise e de crescimento, com manutenção dos estrangulamentos estruturais, perda de competitividade, ampliação da pobreza e das desigualdades sociais e aumento da violência. Os indicadores ambientais mantêm-se nos níveis atuais. O País “patina”, repetindo taxas médias de crescimento econômico semelhantes às das décadas de 80 e 90.

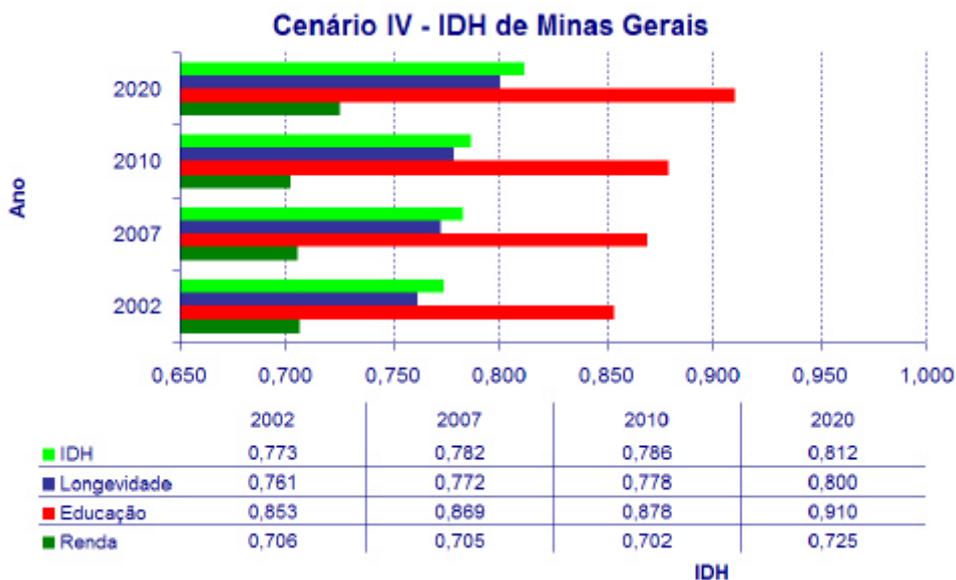
Em Minas Gerais, o quadro econômico, político e institucional não é diferente. Persistem os estrangulamentos na gestão pública na medida em que o necessário “Choque de Gestão” pública fica restrito a algumas ilhas de excelência nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e o desequilíbrio fiscal do Estado permanece, intercalando períodos de maiores e menores déficits. A competitividade da economia mineira é reduzida como efeito da fragmentação e da ineficácia das instituições de regulação e de fomento ao desenvolvimento e do quadro de baixo crescimento da economia nacional.

Desta forma, Minas Gerais não consegue atrair investimentos privados nos setores produtivos e na infra-estrutura, o que combinado com restrições de investimentos públicos acaba por agravar e deteriorar as condições de infra-estrutura no Estado. O governo, as empresas privadas e as organizações da sociedade civil enfraquecidos não conseguem estabelecer vínculos ou parcerias frutíferas com vistas ao desenvolvimento. O sistema produtivo mineiro perde competitividade e dinamismo, fazendo com que a sociedade mineira conviva no horizonte dos cenários com baixo crescimento econômico, pouco abaixo da média nacional, deterioração das instituições e instabilidade política. **Minas Gerais tem sua participação no PIB brasileiro levemente reduzida.**

Especialmente, Minas não consegue reduzir suas dramáticas desigualdades regionais, permanecendo os desequilíbrios e as condições de precariedade e miséria nas regiões mais deprimidas do Norte e Jequitinhonha e Mucuri.

Na área social, o sistema educacional apresenta melhorias incrementais, tanto na ampliação do ensino médio e fundamental quanto na qualidade do ensino superior. A construção de uma rede de ensino integrada e articulada com as políticas de ciência e tecnologia não logra êxito, predominando as ações isoladas das entidades de educação superior na tentativa de avançar, mesmo com poucos recursos, no desenvolvimento das vocações regionais. Há uma pequena melhoria no acesso da população aos serviços públicos de saúde, mas estes perdem em qualidade. A qualidade de vida do povo mineiro se deteriora, assim como permanecem os déficits habitacionais e de saneamento nos limites do Estado. Com crescimento econômico baixo e perda de renda, a violência cresce fazendo com que sejam elevados os índices de insegurança e criminalidade, de um lado, e de repressão, de outro.

Neste contexto, o Índice de Desenvolvimento Humano não apresenta melhoria significativa passando dos atuais 0,773 para 0,812 em 2020, índice semelhante ao do Kuwait em 2000. O IDH de Minas Gerais cai para a 23ª posição entre as unidades da federação, conforme se observa comparando a tabela abaixo com a projeção detalhada no Anexo. No entanto, mesmo esta evolução modesta é suficiente para classificar o Estado em nível de alto desenvolvimento humano (IDH = 0,800).



Quadro Comparativo dos Cenários de Minas Gerais 2003-2020

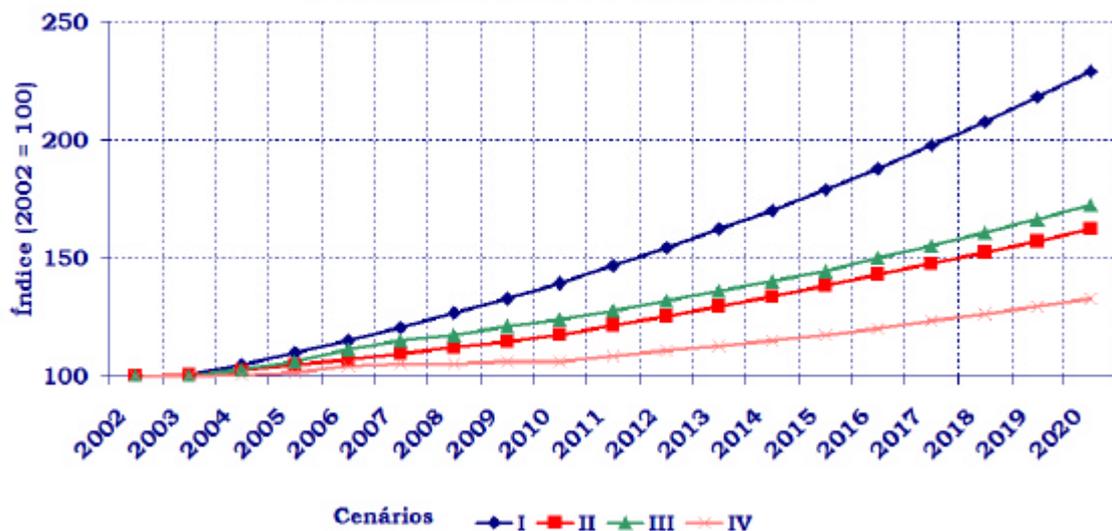
Cenários	Cenário I Conquista do melhor bom futuro	Cenário II Desperdício de oportunidades	Cenário III Superação de adversidades	Cenário IV Decadência e empobrecimento
Variáveis				
Contexto nacional	Crescimento sustentado	Crescimento sustentado	“Stop and Go”	“Stop and Go”
“Choque de Gestão”	Amplio e generalizado	Parcial e ineficaz	Amplio e generalizado	Restrito a ilhas de excelência
Equacionamento fiscal	Estrutural (100% LRF)	Frágil e instável	Estrutural (100% LRF)	Manutenção dos desequilíbrios
Inversões privadas em Setores Produtivos e/ou infra-estrutura	Volumes expressivos e fortemente estruturadores	Volumes decrescentes e apenas em setores produtivos	Volumes razoáveis e fortemente estruturadores	Forte redução dos investimentos
Infra-estrutura e serviços de logística	Recuperação, modernização e expansão	Equacionamento dos principais gargalos existentes	Equacionamento dos principais gargalos existentes e expansões localizadas	Agravamento e deterioração
Perfil do sistema produtivo	Competitivo, dinâmico, com densidade tecnológica, escala, sustentabilidade e maior valor agregado	Competitivo nos segmentos voltados para exportação e serviços e pequenos negócios para o mercado interno	Competitivo, dinâmico, com escala e maior valor agregado	Perda de dinamismo e competitividade
Crescimento econômico	Alto MG aumenta sua participação no PIB do Brasil	Baixo a médio MG reduz significativamente sua participação no PIB do Brasil	Médio MG aumenta significativamente sua participação no PIB do Brasil	Baixo MG reduz levemente sua participação no PIB do Brasil
Desenvolvimento regional	Melhoria dos níveis com redução significativa das desigualdades	Pequena melhoria dos níveis, sem redução das desigualdades	Melhoria dos níveis com redução progressiva das desigualdades	Manutenção dos níveis e das desigualdades regionais
Educação e ciência e tecnologia	Grande salto de qualidade e quantidade. Articulação com o setor produtivo.	Salto de quantidade e melhorias incrementais na qualidade do ensino fundamental e médio. Ações isoladas no ensino superior	Grande salto de quantidade e razoável melhoria qualitativa do ensino fundamental e médio. Articulação com o setor produtivo	Melhorias incrementais na quantidade do ensino fundamental e médio e na qualidade do ensino superior
Saúde	Ampliação do acesso e melhoria da qualidade	Ampliação do acesso e perda de qualidade	Ampliação do acesso e melhoria da qualidade	Pequena melhoria do acesso e perda de qualidade
Níveis de marginalidade e criminalidade	Redução significativa	Elevados níveis de insegurança e repressão	Atenuação	Elevados níveis de insegurança e repressão
IDH	Melhoria significativa	Elevação	Elevação	Leve crescimento

Quantificação dos Cenários

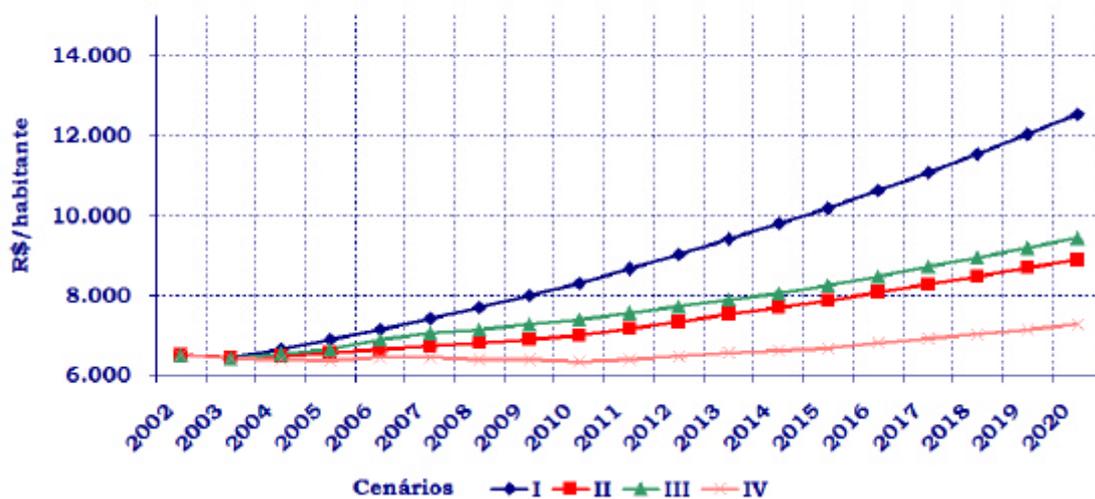
Variável	Unidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2010	2020	
População MG ¹	hab milhares	18.122	18.336	18.557	18.785	18.966	19.154	19.758	21.504	
Cenário I	PIB Brasil	R\$ milhares	1.218.301	1.226.829	1.266.701	1.317.369	1.370.064	1.424.866	1.607.404	2.448.884
	Crescimento	%	1,5%	0,7%	3,3%	4,0%	4,0%	4,0%	4,1%	4,3%
	PIB – MG	R\$ milhares	117.697	118.050	123.250	129.234	135.499	142.059	164.116	269.622
	Crescimento	%	2,0%	0,3%	4,4%	4,9%	4,8%	4,8%	4,9%	5,1%
	MG/Br (%)	%	9,66%	9,65%	9,73%	9,81%	9,89%	9,97%	10,21%	11,01%
	PIB <i>per capita</i>	R\$	6.494	6.438	6.641	6.879	7.144	7.416	8.306	12.538
	IDH	Índice de 0 a 1	0,774	0,779	0,785	0,791	0,797	0,803	0,821	0,884
Cenário II	PIB Brasil	R\$ milhares	1.218.301	1.226.829	1.266.701	1.317.369	1.370.064	1.424.866	1.607.404	2.448.884
	Crescimento	%	1,5%	0,7%	3,3%	4,0%	4,0%	4,0%	4,1%	4,3%
	PIB – MG	R\$ milhares	117.697	118.050	120.337	123.174	126.046	128.950	138.237	191.013
	Crescimento	%	2,0%	0,3%	1,9%	2,4%	2,3%	2,3%	2,3%	3,3%
	MG/Br (%)	%	9,66%	9,65%	9,50%	9,35%	9,20%	9,05%	8,60%	7,80%
	PIB <i>per capita</i>	R\$	6.494	6.438	6.484	6.557	6.646	6.732	6.996	8.883
	IDH	Índice de 0 a 1	0,774	0,777	0,780	0,783	0,786	0,790	0,800	0,840
Cenário III	PIB Brasil	R\$ milhares	1.218.301	1.219.519	1.237.812	1.262.568	1.306.758	1.332.893	1.389.624	1.735.872
	Crescimento	%	1,5%	0,1%	1,5%	2,0%	3,5%	2,0%	1,4%	2,2%
	PIB – MG	R\$ milhares	117.697	117.815	120.934	124.868	130.806	135.022	145.772	202.923
	Crescimento	%	2,0%	0,1%	2,6%	3,3%	4,8%	3,2%	2,6%	3,4%
	MG/Br (%)	%	9,66%	9,65%	9,77%	9,89%	10,01%	10,13%	10,49%	11,69%
	PIB <i>per capita</i>	R\$	6.494	6.425	6.517	6.647	6.897	7.049	7.378	9.436
	IDH	Índice de 0 a 1	0,774	0,778	0,782	0,786	0,792	0,796	0,809	0,856
Cenário IV	PIB Brasil	R\$ milhares	1.218.301	1.219.519	1.237.812	1.262.568	1.306.758	1.332.893	1.389.624	1.735.872
	Crescimento	%	1,5%	0,1%	1,5%	2,0%	3,5%	2,0%	1,4%	2,2%
	PIB – MG	R\$ milhares	117.697	117.815	118.298	119.489	122.456	123.666	125.052	156.211
	Crescimento	%	2,0%	0,1%	0,4%	1,0%	2,5%	1,0%	0,4%	2,2%
	MG/Br (%)	%	9,66%	9,65%	9,56%	9,46%	9,37%	9,28%	9,00%	9,00%
	PIB <i>per capita</i>	R\$	6.494	6.425	6.375	6.361	6.456	6.456	6.329	7.264
	IDH	Índice de 0 a 1	0,774	0,775	0,776	0,778	0,780	0,782	0,786	0,812

Fonte – CEDEPLAR/UFMG – Pronex

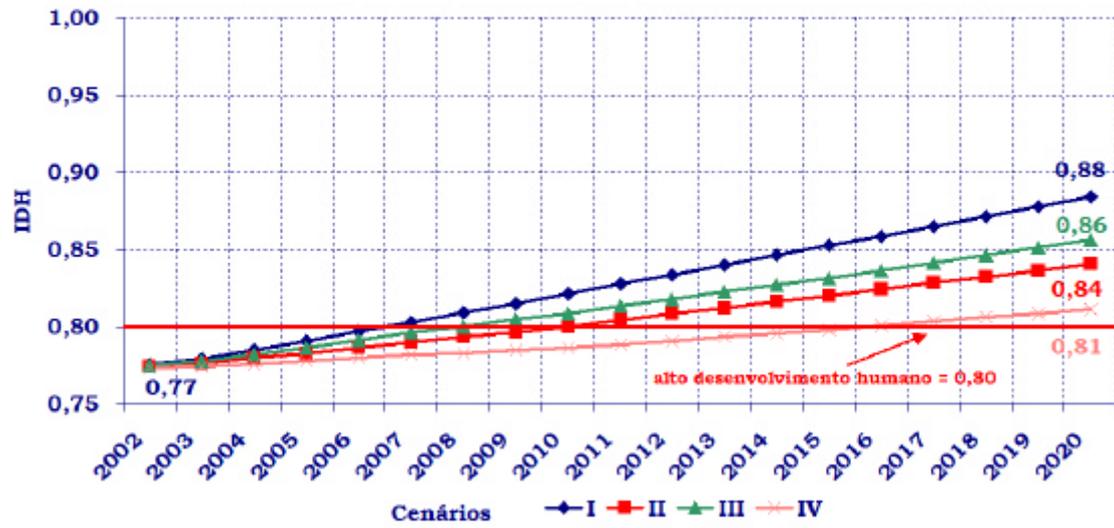
Projeção do PIB de Minas Gerais

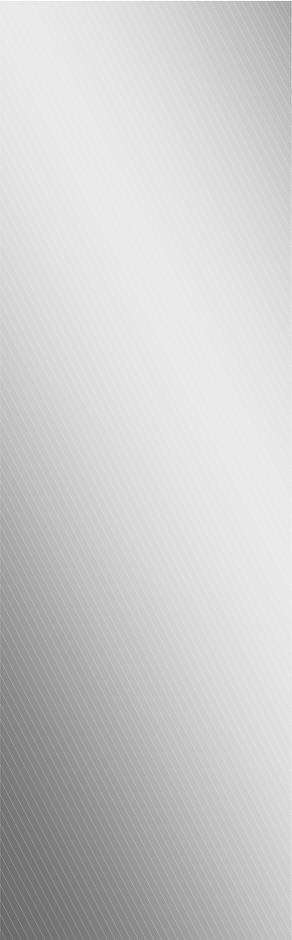


Projeção do PIB per capita de Minas Gerais



Projeção do IDH de Minas Gerais





Capítulo 3

*Aspirações para o Futuro de Minas
Gerais a Longo Prazo*

3. Aspirações para o Futuro de Minas Gerais a Longo Prazo¹²



O desenho da imagem do futuro desejado para Minas Gerais é uma construção idealizada, elaborada, no presente, para cobrir possibilidades e riscos e é baseada: em experiências pessoais, formas e forças que vieram do passado; na situação atual da cultura, instituições, investimentos, tecnologia; e ainda em anseios, considerando fortemente as mensagens recebidas dos líderes, da mídia e dos formadores de opinião. A cada momento, decidi-se sobre o passo seguinte e sobre ações futuras cujas decisões são, em síntese, moldadas pelas **expectativas** criadas.

O futuro, portanto, é uma construção coletiva de uma sociedade, inspirada por seus líderes, que conferem **confiança** necessária às ações.

As aspirações aqui anunciadas são atemporais e representam, de um lado, o sonho e a ousadia e, de outro, uma realidade desejada, mas factível, a ser edificada com grande esforço, coragem e trabalho de toda a sociedade mineira, ao longo das próximas décadas.

Construir uma sociedade confiante no futuro, onde todos lutam por um objetivo comum, assumindo e enfrentando todas as adversidades, para ver em longo prazo seus anseios e aspirações atendidas, e **“fazer de Minas Gerais o melhor Estado para se viver”** é a síntese dos desejos dos mineiros.

No futuro, **Minas Gerais retoma a posição no cenário nacional** que já teve em épocas passadas. Nossos líderes trabalham para o povo mineiro e para o Brasil e se impõem nacionalmente, com respeitabilidade e legitimidade política, participando de maneira inequívoca das decisões nacionais. Nossos gestores públicos combinam espírito democrático e habilidade política com planejamento, compromisso e eficiência. À medida que a economia estadual cresce relativamente acima da média nacional, novos mitos construtores são gerados pela mídia, como: “Minas voltou!” em substituição aos antigos “a voz de Minas é o silêncio”, ou “o mineiro prefere o eterno ao moderno”. O Estado coloca-se como líder nas esferas política, social, econômica e ambiental.

Essa liderança é respaldada pela confiança depositada em uma sociedade que honra seus compromissos e que vê retomados os créditos, tornando-se um **espaço econômico cada vez mais atrativo aos investidores**. A

¹² Texto baseado nas “Cartas do Futuro” escritas por João Camilo Penna, Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto, Patrícia Helena Gambogi Boson e Miracy Gustin para servirem de ponto de partida na formulação de uma imagem do futuro desejado para Minas Gerais num horizonte de longo prazo.

gestão pública se reestrutura, reduzindo fortemente a relação custo/benefício do investimento público, ao mesmo tempo em que ocorre a aproximação entre os setores público e privado, predominando o diálogo construtivo do Governo com a livre iniciativa e o estabelecimento de frutíferas e sólidas parcerias. A economia mineira conta com capitais públicos e privados e um círculo virtuoso consolida-se.

O Estado cresce de forma contínua e sustentada, atingindo, no longo prazo, um **PIB per capita comparável ao de países mais desenvolvidos dentre os emergentes**. Isso porque, com ações firmes e muitas vezes duras e sacrificantes, foram debelados os maiores estrangulamentos que restringiam o desenvolvimento. O círculo virtuoso de crescimento reflete-se em indicadores sociais extremamente positivos, com o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH alcançando, em 20 anos, valores comparáveis aos de Portugal em 2000 e da Espanha em 1990. Níveis satisfatórios de educação moderna e eficiente, dinamização da arte e da cultura, erradicação da fome e da subnutrição e garantia de habitação e de emprego mostram a medida do sucesso mineiro no campo social.

As **políticas sociais ativas de emprego**, o microcrédito, o combate à fome e a bolsa-escola são aliadas ao sentimento solidário do mineiro que, em uma parceria virtuosa, colocam o Estado no cenário mundial em relação ao desenvolvimento de modelos de intervenção comunitária no combate à pobreza.

Como o acesso ao emprego formal torna-se cada vez mais difícil, o Governo do Estado, em conjunto com universidades, organizações não governamentais e instituições de formação profissional e de apoio às empresas, volta-se para a capacitação profissional de grupos desempregados, especialmente de jovens, e para a constituição de cooperativas populares, que se dedicam à geração de renda.

Na educação, uma intervenção decisiva na política de desenvolvimento do Estado aliou o conhecimento à produção, aprofundando a terceira revolução industrial baseada em produtos e serviços de maior valor agregado, inclusive com a verticalização em clusters e cadeias produtivas para chegar ao produto final ao consumidor, acelerando o progresso de forma social e ambientalmente responsáveis.

As universidades federais localizadas no Estado se integram ao processo de desenvolvimento e de planejamento governamental, gerando impactos nas regiões em que estão localizadas. A universidade estadual dedica-se às vocações do Estado e a suas demandas regionais. As instituições de Belo Horizonte na área de formação gerencial levam tecnologia de ponta em gestão às empresas mineiras.

Há uma verdadeira revolução no ensino público em Minas Gerais: não só todas as crianças estão na escola, como a grande maioria dos jovens mineiros possui o ensino médio. Os municípios implantam, em regiões urbanas de maior exclusão social, escolas de horário integral, o que elimina a vulnerabilidade de crianças e de jovens ao crime e ao tráfico de

drogas. O ensino fundamental tem nove anos, com menores índices de repetência e de evasão escolar. Os professores são continuamente recapitados e valorizados. O jovem mineiro tem senso crítico e espírito inovador.

Minas Gerais é conhecida como um **celeiro do capital humano no País**, não só pela tradicional vocação para o trabalho e criatividade do mineiro, mas também por sua alta escolaridade média.

O estímulo ao conhecimento permitiu, sobretudo, o fortalecimento da capacitação tecnológica da indústria de bens essenciais à vida - notadamente a biotecnologia, como também da tecnologia da informação, de materiais, energia, das tecnologias de gestão, de produção e da tecnologia ambiental, todas ancoradas no desenvolvimento continuado de uma infra-estrutura eficiente, estruturada à luz de padrões de qualidade. Além de produção científica e de tecnologias de uso universal, buscou-se dar ênfase a tecnologias de interesse específico de Minas Gerais, por meio de instituições como o Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER e a associação Universidade – Empresa, as quais tiveram grande êxito nesse campo. O Parque Tecnológico no Campus da UFMG, construído em parceria com o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG e outras entidades, tornou-se um dos mais importantes geradores de tecnologia no Brasil.

Na **saúde, imperam a qualidade dos serviços públicos e o acesso a esses por toda a população**. Os profissionais do serviço público recuperaram a sua auto-estima, sendo respeitados e valorizados. O controle da AIDS no Estado é modelo para o País, que é pioneiro no mundo. As ações nesta área são cada vez mais preventivas e educativas, aumentando significativamente a expectativa de vida no Estado.

O povo mineiro é saudável e conta com uma **rede de assistência social ao idoso**, que lhe permite viver sem maiores preocupações, usando, por mais tempo, sua plena capacidade intelectual e de trabalho.

Na segurança, apesar dos distúrbios sociais que ainda não foram extirpados, **há menor violência e mais dignidade no tratamento das pessoas em conflito com a lei**. Os índices de criminalidade declinam significativamente. A violência contra a mulher diminuiu sensivelmente, graças à eficácia das delegacias de mulheres e aos programas educativos. Nas áreas mais críticas, nota-se a constituição de um **capital social local**, que resiste às investidas do tráfico e de outros tipos de violência, formado com base na interatividade e no acesso a direitos, cujos fatores impulsionadores são a organização da população, o fortalecimento de vizinhanças, o acesso à educação e à saúde e as atividades de geração de renda. Há também o apoio de uma efetiva **polícia comunitária preventiva**, que acompanha o fortalecimento das organizações sociais, resultando no decréscimo dos índices de violência que afetam as comunidades mais pobres. A informatização e inteligência instaladas das

polícias é usada não só em ações corretivas e preventivas, como também na prestação de serviços de cidadania ao povo mineiro.

As demandas de desenvolvimento econômico e social do Estado exigiram a implantação de uma **infra-estrutura viária adequada**, que considerasse o panorama vigente de trocas intra-estaduais e que contemplasse o transporte multimodal (rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário), “unindo Minas em si, ao Brasil e ao mundo”. Também foram desenvolvidas tecnologias aliadas às riquezas hídrica, eólica, ao uso da energia (solar e da biomassa), e foram construídos gasodutos que atendem todo o Estado. Além disso, a produção de carvão vegetal tornou-se competitiva e sustentável e foi estimulada a produção de álcool combustível.

Tudo isso foi conquistado **sem prejuízo dos recursos naturais**, que conta com a garantia de água em quantidade e qualidade e com uma relação inteligente construída com a natureza, que culmina numa política ambiental densa, criativa e responsável, ajustada na manutenção da rica fauna e flora do Estado. São adotados os valores de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que trabalhamos arduamente na melhoria da gestão ambiental de forma a agilizar a avaliação ambiental dos processos de implantação e de operação de empreendimentos. Ademais, no longo prazo, Minas Gerais reúne condições para se tornar o maior Estado hospedeiro do mercado de Certificados de Redução de Emissões de CO₂.

Sob o ponto de vista regional, as **regiões menos desenvolvidas do Estado tiveram um salto qualitativo e quantitativo de desenvolvimento**. Os Índices de Desenvolvimento Humano já não se apresentam como uma vergonha para algumas regiões de Minas, antes chamadas de grotões. Ganham destaque a produção sofisticada de cachaça na região de Salinas, das pedras preciosas na região de Teófilo Otoni, do artesanato em cerâmica e do pólo moveleiro de floresta plantada do Jequitinhonha e da grande exploração sustentada do cerrado para alimentos, fármacos e cosméticos.

O Governo mineiro, em convênios com o Governo federal e junto aos municípios, levou à frente uma **política de regularização fundiária e de titulação**. Também ganhou relevância a constituição do “capital social” nas regiões de exclusão, dando maior estabilidade à população e permitindo a fixação dos grupos populacionais com melhorias em sua moradia e entorno. A **rede de cidades médias está consolidada**, com qualidade de vida e crescimento econômico e cultural que propiciam a dinamização de vários pólos urbanos, especialmente distribuídos no Estado.

Na **Região Metropolitana de Belo Horizonte, está o cérebro do Estado**, um centro irradiador e aglutinador e um pólo de serviços de alta qualidade, com vida cultural exuberante e referência internacional. Os municípios do entorno da capital combinam o crescimento industrial com a preservação ambiental. Próximo ao aeroporto de Confins há um grande centro industrial, com várias empresas de informática e de biotecnologia ao seu redor.

Em termos de cultura, Minas continua sendo plural e incentivando suas várias manifestações. O turismo interno adquiriu mais força e hoje a Estrada Real é conhecida não só no Brasil como no exterior. O turismo também é nosso negócio, associado ao fortalecimento e competitividade do agronegócio e do complexo metal-mecânico, com cadeias produtivas verticalizadas no Estado e de maior valor agregado. Minas Gerais tem uma ***economia particularmente rica e diversificada***, com características regionais e investimentos produtivos estruturadores, melhor distribuídos no seu espaço geográfico.

Este é o Estado que aspiramos ver construído em longo prazo.



Capítulo 4

Visão de Futuro para 2020

4. Visão de Futuro para 2020



Visão de Futuro para 2020

A visão de futuro que nos inspira é **tornar Minas Gerais o melhor Estado para se viver**. Esse será o objetivo final de todo o esforço do nosso governo.

De fato, é inconcebível que o Estado seja hoje a 2ª ou 3ª maior economia do País e esteja em 11º lugar no desenvolvimento humano medido pelo IDH. No horizonte do atual governo, é improvável chegar ao primeiro lugar. Mas, com trabalho, pode-se melhorar bastante a posição de Minas neste conceito. Caso contrário, ter-se-á como consequência o fracasso. De pouco ou nada adiantará atrair alguns bilhões de dólares em investimentos privados, ou conseguir imprimir maior velocidade às decisões e ações do governo se isto não se traduzir, objetivamente, em melhoria sustentável da qualidade de vida do povo mineiro.

Essa responsabilidade, que é do Estado, não depende apenas da equipe de governo. Ela exige “a formação de uma grande aliança para o desenvolvimento de Minas, congregando esforços do Poder Público Estadual e Municipal, do setor privado e dos setores organizados da sociedade mineira”¹³.

Mas um requisito é essencial para que essa aliança funcione e seja bem sucedida: **é preciso, antes de tudo, recuperar a auto-estima dos mineiros, reconquistar seu orgulho pelo Estado e a confiança na sua capacidade de construir o futuro.**

Esse é o desafio imediato do atual governo e envolve não somente as forças vivas da nossa sociedade e do setor privado, mas também a de todos os que integram a administração pública, desde seus dirigentes de maior hierarquia, perpassando por todos os servidores públicos. Contagiar a sociedade e a administração pública deste sentimento positivo, de auto-estima e de confiança, no fazer um futuro melhor é compromisso estratégico de toda a equipe de governo.

Este contágio, que conta com uma ambiência extremamente favorável, não se dará com discursos e intenções. Ele exige resultados concretos – adiante priorizados – e também uma conduta exemplar da liderança, isto é, da equipe de governo, da qual espera-se integração, foco, senso de

¹³ Plano de Governo Aécio Neves 2003/2006 – p. 12 – Estratégias para o Desenvolvimento

apresentadas, a seguir, as Opções Estratégicas e a Agenda de Prioridades.



Capítulo 5

Opções Estratégicas

5. Opções Estratégicas



Tendo em mente a Visão de Futuro e os desafios imediatos que se apresentam, as três grandes opções estratégicas que irão estruturar as iniciativas e ações do Governo de Minas, no mesmo nível de importância, são as seguintes:

- **promover o desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis;**
- **reorganizar e modernizar a administração pública estadual; e**
- **recuperar o vigor político de Minas Gerais.**

Em primeiro lugar, o Governo almeja ajudar o País a reencontrar a rota do crescimento sustentável no seu sentido amplo, com mais justiça e bem-estar social, bem como pavimentar o caminho para que Minas e seus cidadãos possam ter uma vida melhor. Mais do que isso, é compromisso do Governo **viabilizar um novo modelo de desenvolvimento** que priorize o capital humano (educação, saúde, trabalho, meio ambiente, ou seja, qualidade de vida); fomente o desenvolvimento econômico (atividades exportadoras, substituição competitiva de importações e aumento da participação no mercado interno nacional); reduza os desequilíbrios regionais; e garanta segurança à população.

Para tanto, será preciso organizar o Estado em novas bases, reforçando suas capacidades de regulação, coordenação e indução, em alianças e parcerias com o setor privado, municípios e setores organizados da sociedade. **Torna-se urgente fazer funcionar, reorganizar e modernizar o aparato institucional, colocando em prática um “Choque de Gestão”** em suas estruturas, sistemas e processos administrativos, que possibilite descomplicar procedimentos, racionalizar gastos e produzir mais resultados com os recursos disponíveis. Neste terreno, o engajamento e a participação efetiva de todos os servidores estaduais será decisiva.

Mas, para que essas duas opções se materializem, **é essencial recuperar o vigor político de Minas Gerais, condição indispensável ao reequilíbrio federativo em uma perspectiva de integração do País.** Neste sentido, o Governo de Minas não só estará presente nas discussões e decisões relativas às grandes questões e desafios nacionais, como nelas influenciará pelo exemplo de gestão pública empreendedora e orientada para o futuro que começa a ser construída.

Como se vê, essas opções determinam responsabilidades imensas, proporcionais à grande confiança que foi depositada ao Governador Aécio Neves nas eleições de 2002. E isto requer não só o comprometimento do Governador e de sua equipe, mas também um agudo senso de prioridade e muita coragem e competência para inovar e criar, fazer diferente e conseguir resultados expressivos, em um cenário de absoluta escassez de recursos com o qual, não se pode ter ilusões de conviver no horizonte deste mandato.



Capítulo 6

Objetivos Prioritários

6. *Objetivos Prioritários*



Para fazer face e viabilizar as três opções estratégicas referidas, a Agenda de Prioridades do Governo comporta 10 objetivos:

1. melhorar substancialmente a segurança dos mineiros, especialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte;
2. prover a infra-estrutura requerida por Minas Gerais, com ênfase na ampliação e recuperação da malha rodoviária e do saneamento básico;
3. melhorar e ampliar o atendimento ao cidadão, por meio da oferta de serviços públicos de qualidade, especialmente na educação, saúde e habitação;
4. intensificar a atuação do Governo na gestão do meio ambiente, transformando-a em oportunidade para o desenvolvimento sustentável do Estado;
5. contribuir para a geração de empregos através de iniciativas e do incentivo a atividades que incluam jovens, mulheres e o segmento populacional maduro no mercado de trabalho;
6. fomentar o desenvolvimento econômico estadual, com ênfase no agronegócio, de forma regionalizada e com mecanismos inovadores que não comprometam as finanças estaduais;
7. reduzir as desigualdades regionais com prioridade para a melhoria dos indicadores sociais da região Norte e dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri;
8. estabelecer um novo modo de operação do Estado, saneando as finanças públicas e buscando a eficácia da máquina pública, por meio de um efetivo “Choque de Gestão”;
9. viabilizar novas formas de financiamento dos empreendimentos, construindo um novo marco legal, orientado para as parcerias público-privadas; e
10. consolidar a posição de liderança política de Minas no contexto nacional.

As Orientações Estratégicas específicas para a realização de cada um desses objetivos são:

6.1. Melhoria da Segurança Pública

A segurança é e será uma das prioridades do Governo. A criação da Secretaria de Estado da Defesa Social já foi um passo importante para o ordenamento das ações das forças policiais e do corpo de bombeiros, objetivando maior eficácia e eficiência dessas corporações. Porém, essa ação é apenas o início de uma agenda que tem como meta reverter a tendência de agravamento dos índices de criminalidade no Estado, especialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Neste sentido, deve-se implantar um modelo inovador de segurança que integre as ações das polícias, os bancos de dados e as áreas de inteligência e incorpore novas configurações e paradigmas, em parceria com agentes da sociedade civil, empresas privadas e os Governos Federal e Municipais.

Paralelamente, deve-se consolidar o projeto inovador de controle de homicídios da RMBH e estendê-lo para outras 20 regiões do Estado, intensificando ações coordenadas que levem a resultados expressivos no curto prazo.

Além disso, deverá ser ampliada a quantidade de vagas nas penitenciárias para esvaziar delegacias superlotadas, e ser conferida atenção diferenciada à ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei. Não menos importante será a consolidação do comando do Governo nas unidades prisionais do Estado, sem regalias nem concessões.

Minas encontra-se em uma posição comparativamente vantajosa. As instituições mineiras não perderam a credibilidade e as normas sociais fundamentais à segurança ainda vigoram no Estado. Deve-se enxergar a questão da segurança como a oportunidade para fazer de Minas o exemplo nacional de um grande Estado, com áreas de alta concentração populacional, onde os cidadãos convivem com um elevado sentimento de segurança. Para a qualidade de vida dos mineiros esse é um objetivo fundamental.

Nesta agenda, duas linhas de ação são necessárias: melhorar a segurança pública e o sentimento de segurança dos mineiros, o que pode ser alavancado por um efetivo sistema de informação e de comunicação ao público.

6.2. Provisão da infra-estrutura com ênfase na malha rodoviária e no saneamento básico

O suprimento adequado de infra-estrutura constitui elemento decisivo de estímulo ao crescimento econômico, de atração de novos investimentos e de melhoria das condições sanitárias da população. Para tanto, é fundamental a expansão da oferta de energia elétrica e de gás natural, com destaque para a eletrificação rural, a montagem de sistemas de serviços e de logística eficientes e o investimento em saneamento básico. As malhas aquaviária, ferroviária e, sobretudo, a rodoviária requerem investimentos na busca da qualidade, para fazer chegar asfalto a 224 municípios, hoje precariamente atendidos, e recuperar as estradas existentes, garantindo tráfego adequado e seguro para pessoas e mercadorias.

Assim, é prioritário dar continuidade aos contatos que foram retomados com instituições financeiras internacionais e preparar os projetos adequados, para apresentá-los tão logo sejam recuperadas as condições de se obter créditos. Ao mesmo tempo, é crítico buscar parcerias – com o Governo Federal, prefeituras municipais ou agentes privados – viabilizando alternativas de financiamento, principalmente para a recuperação da malha rodoviária. Finalmente, será intensificado o trabalho de manutenção das condições de tráfego das nossas rodovias, independentemente do fato de elas serem de competência federal ou estadual. Cabe ressaltar que os projetos que levem em conta a isenção de ICMS deverão ter seus estudos aprofundados para não prejudicar a equação fiscal.

Com relação ao saneamento, buscar-se-á a ampliação da cobertura e a melhoria dos serviços de fornecimento de água tratada, de esgoto sanitário e de coleta de lixo, em todo o Estado de Minas Gerais e a redução da poluição provocada pela destinação inadequada de resíduos sólidos. As metas para a melhoria da infra-estrutura de saneamento básico são as seguintes:

- abastecimento de Água – urbana: de 90% para 100%;
- coleta de esgoto, de 82% para 95%, na RMBH e de 79% para 90% nos demais municípios do Estado, até 2006;
- tratamento de esgoto de 28% para 55% na RMBH, de 10% para 30% nos demais municípios de Minas Gerais, e projeto de atendimento às comunidades rurais, até 2006.

6.3. Melhoria e ampliação dos serviços públicos

A aguda escassez de recursos financeiros a que o Estado está submetido não justifica o afastamento do Governo do seu papel fundamental de atendimento ao cidadão. Tais dificuldades não devem constituir justificativa para que se deixe de prestar serviços à população. Não é por demais lembrar que, diariamente, milhares de crianças vão à escola, professores dão aulas, policiais patrulham as ruas, médicos atendem em hospitais e assim por diante.

Por isso, é prioridade a **ampliação da oferta, da qualidade e a regularização dos fluxos de recursos essenciais, para que os serviços sejam prestados**, em especial – mas não exclusivamente – nas áreas de educação, saúde, habitação e de segurança.

Além disso, é preciso que se dê **preferência a ações integradas entre as diversas áreas** e que tenham focos bem definidos como: famílias mais carentes; jovens; crianças e comunidades específicas, potencializando seus resultados e benefícios.

Na área da **educação**, a qualidade da educação fundamental e a universalização e melhoria do ensino médio são as prioridades principais. Além disso, será dada especial atenção à formação para o trabalho. Em áreas de maior incidência de criminalidade e que abrigam escolas será assegurado tratamento diferenciado – em articulação com a área de segurança – para garantir maior permanência e garantia do aluno na escola.

Quanto à **saúde**, as Orientações Estratégicas para suas ações referem-se, principalmente, à reorganização da oferta em relação à demanda, promovendo equidade, qualidade e ordenamento dos fluxos assistenciais e a promoção de ações integradas entre as diversas áreas do governo, de modo a potencializar seus resultados. Foram definidas três grandes prioridades: reduzir a mortalidade infantil; ampliar e qualificar os serviços das equipes de saúde da família; e prosseguir na descentralização do atendimento nas várias regiões do Estado.

Na **habitação**, o objetivo principal é a redução do déficit, quantitativo e qualitativo, fortemente concentrado nas camadas da população com renda mais baixa. O foco principal é o atendimento prioritário para a população com renda familiar mensal de até 3 salários mínimos, no desenvolvimento de parcerias amplas com as prefeituras municipais, o governo federal, os diversos agentes financeiros, o setor privado, a sociedade civil organizada, com organizações não governamentais, etc.

Um desafio particularmente relevante para todos que são gestores de entidades que prestam serviços estaduais ao público, com destaque para a área social, é **conseguir**, com melhor gerenciamento (priorização, organização e planejamento) e com muita criatividade e pró-atividade,

viabilizar formas consistentes para produzir mais com os recursos já disponíveis e/ou captar recursos para custear a ampliação da oferta, junto a fontes alternativas, inclusive no Governo Federal, no setor privado e nos organismos internacionais.

6.4. Meio ambiente permeando a atuação do governo

Ao Governo Estadual é possível fazer bem mais em termos de gestão ambiental, já que existem muitas competências instaladas e operantes em Minas e que há um grande potencial de mobilização e de articulação de iniciativas a ser explorado.

A gestão ambiental do Estado, além de modernizar os mecanismos de comando e de controle, deverá articular-se com as demais esferas de governo para promover o desenvolvimento sustentável, definindo metas de qualidade a serem alcançadas nas diversas regiões, tendo como referência espacial as bacias hidrográficas.

A sustentabilidade será considerada foco prioritário do planejamento estratégico do Estado, sendo a variável ambiental chave na formulação das políticas públicas setoriais.

Constituem pontos fundamentais da nova política ambiental: a gestão dos recursos hídricos, a melhoria da qualidade ambiental (despoluição), a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento florestal. A revitalização e desenvolvimento da bacia do rio São Francisco é considerada prioritária e condição necessária para a implementação do projeto de transposição de suas águas no Nordeste Brasileiro.

O negócio ambiental será explorado como uma oportunidade de desenvolvimento sustentável para o Estado, neste sentido, as reservas remanescentes da Mata Atlântica na Zona da Mata, por exemplo, constituem uma oportunidade de obtenção de receitas no mercado de créditos de carbono, dinamizando uma região hoje estagnada economicamente. O ecoturismo também constitui uma oportunidade de negócios nessa área.

A prioridade imediata é articular os diversos agentes atuantes nesse campo, fazê-los reduzir os prazos de resposta às demandas existentes, dialogar para integrar agendas e iniciativas, intensificando ações preventivas e corretivas, segundo um plano de ação concreto e objetivo que inclua negociações com a iniciativa privada com a finalidade de facilitar e estimular a regularização ambiental das empresas.

6.5. Contribuição para a geração de empregos

O novo desenvolvimento dá especial atenção aos modernos fenômenos do desemprego, da informalidade e da empregabilidade. As mudanças profundas ocorridas na economia mundial e no ajuste a que se submeteram as empresas em todo o mundo promoveram o reposicionamento de grandes faixas de trabalhadores, processo ainda em andamento e que, muitas vezes, contribui para aumentar a exclusão social. Mais uma vez, invoca-se a participação direta da sociedade civil organizada por meio de entidades empresariais e de trabalhadores, e de organizações não-governamentais, no enfrentamento dessas distorções, na preparação adequada do trabalhador para as novas exigências do trabalho, e no eficiente e rápido encaminhamento ao emprego.

Desta forma, o Estado deve incentivar atividades intensivas em mão-de-obra, especialmente nos setores de turismo, cultura, esportes, comércio e serviços, construção civil, agricultura irrigada e agronegócio, e mobilizar a sociedade civil no desenvolvimento e implementação de programas e ações para reduzir o desemprego. Destaca-se a atividade cultural que é fortemente intensiva em gestão, absorvendo, desta forma, mão-de-obra qualificada. Além disso, junto com os esportes, essa área é difusora de educação, contribuindo para a formação de capital humano.

A questão agrária é um item ainda não resolvido em Minas Gerais e que pode contribuir para a geração de trabalho e renda. O Estado conta hoje com cerca de 150 mil posseiros sem título, 350 mil meeiros, parceiros arrendatários, bóias-frias e 8 mil famílias aguardando, em estado precário, assentamentos em acampamentos. Assim, a reforma agrária é fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável, especialmente na geração de postos de trabalho, e deverá ser conduzida pelo Governo do Estado, por meio de uma ação complementar à do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, articulado com outros órgãos da administração pública estadual e com a garantia da promoção dos direitos humanos.

O Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – ITER, entidade responsável pela execução da política agrária do Estado, será peça fundamental neste processo, implementando políticas que visem à democratização do acesso e à fixação do homem à terra. Nesse sentido, uma política efetiva que viabilize a auto-sustentabilidade do agricultor deve utilizar-se da estrutura e competência da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER e ser colocada em prática através do cooperativismo no cultivo de hortas, pomares, lavouras comunitárias e criação de animais para consumo próprio, em um primeiro momento, e com a venda do excedente em um momento posterior.

Também, deve ser dedicado um **esforço diferenciado à atuação do Estado na melhoria do acesso a oportunidades de emprego**. Além do Programa Primeiro Emprego, outras iniciativas devem ser implementadas, como a estruturação de redes de intermediação e o apoio a pequenos e médios negócios, bem como a agricultura familiar, sempre em parceria com o setor privado e instituições do terceiro setor.

6.6. Fomento inovador ao desenvolvimento econômico

No momento histórico atua não existe mais espaço para o Estado empresário. O Estado tem que fazer o papel de facilitador, trazendo a iniciativa privada e aqueles que arrojam, investem e correm riscos para participar do processo de desenvolvimento de Minas Gerais. Por isso, é prioridade do governo criar e manter um ambiente atrativo e propício a investimentos produtivos e que seja acolhedor de novos empreendimentos e competências.

Este governo tem uma determinação muito clara - programar e preparar Minas para retomar o seu crescimento, sendo essa uma das razões principais dos duros ajustes administrativo e fiscal realizados para possibilitar o restabelecimento da capacidade do Estado de atrair investimentos.

O foco será, sobretudo, do desenvolvimento de parcerias. Poucas vezes na história de Minas Gerais verificou-se tantas oportunidades de formar alianças, com a compreensão tão clara de que não cabe apenas ao setor público a responsabilidade pela reconstrução do ambiente de negócios e do clima de desenvolvimento do Estado. A responsabilidade é de todos.

Neste sentido, os grandes aglomerados urbanos, sobretudo a Região Metropolitana de Belo Horizonte, deverão ter suas potencialidades exploradas. Reforçar o função da RMBH através da melhoria de sua infra-estrutura, em especial a de comércio exterior, de articuladora das diversas regiões do Estado e de canal de ligação de Minas com o mundo, serão base essencial ao desenvolvimento sustentável.

Outra **tarefa importante e urgente é descomplicar Minas Gerais, facilitando a vida do empreendedor**. Essa será uma marca deste governo, cuja construção requer o engajamento de toda a administração pública estadual.

Num plano mais estrutural, **cinco desafios** interdependentes colocam-se para um novo salto no desenvolvimento do Estado:

1. Agregar valor à produção estadual, enfatizando o agronegócio

A prioridade é o mapeamento, o fortalecimento e o adensamento de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais com maior potencial competitivo. O investimento em ciência e tecnologia e a atração de empresas estrangeiras líderes são essenciais a esse objetivo.

Em Minas, o setor agropecuário cresceu em média 10% ao ano, nos últimos cinco anos. Em 73% dos municípios mineiros o agronegócio é a base da economia. No entanto, o Estado continua a demonstrar certa assimetria entre a sua base produtiva agropecuária e a sua capacidade de processamento industrial, inserindo-se nacionalmente como importante fornecedor de produtos “*in natura*” para o resto do Brasil¹⁴. É necessário, portanto, agregar mais valor à produção por meio do estímulo à instalação de agroindústrias no Estado.

2. Incrementar a capacidade exportadora

Um primeiro passo já foi dado com a instalação do Conselho de Comércio Exterior - CONCEX mineiro. A implantação de um complexo industrial ancorado por plataformas logísticas, como a do aeroporto internacional de Confins, é outro desafio que se apresenta para esse Governo. Novas iniciativas focadas nesse resultado deverão ser planejadas e postas em prática em curto e médio prazos.

Essas iniciativas devem ser desenvolvidas em conjunto com o setor privado e através de projetos que reforcem os produtos tradicionais de Minas no mercado internacional, como por exemplo, os queijos (queijo padrão, queijo minas), pão de queijo, doces, cachaça, pedras preciosas e outros produtos industriais e agropecuários.

3. Mudar a escala e foco nas atividades de turismo

As mudanças quanto ao turismo devem ser feitas especialmente no eixo da Estrada Real (valorizando nosso patrimônio histórico), no turismo de negócios em Belo Horizonte e em outras rotas viáveis. Há também enorme potencial a ser explorado no turismo ecológico e cultural, campo fértil para parcerias com outros setores.

4. Incentivar os investimentos em C&T

Os investimentos em ciência e tecnologia apresentam-se como condição necessária para o desenvolvimento de Minas Gerais. Nesse campo, a **grande contribuição do Governo Estadual será a consolidação de um Sistema Estadual de Inovação**¹⁵ que viabilize uma maior articulação das competências instaladas nas universidades e centros de pesquisa e o sistema produtivo estadual, especialmente as cadeias produtivas mais relevantes e os arranjos produtivos baseados em atividades de alto conteúdo tecnológico (biotecnologia, eletroeletrônica e tecnologia da informação). Uma estratégia

¹⁴ Minas Gerais do Século XXI Volume I – pág. 54, § 3º.

¹⁵ Conceito desenvolvido no documento Minas Gerais do Século XXI Volume VII – capítulo 3.

estruturada nesse conceito, focada em algumas áreas específicas, possibilitará o aproveitamento de “janelas de oportunidades” existentes atualmente para o setor produtivo estadual.

Os órgãos de ciência e tecnologia do Estado necessitam de um “Choque de Gestão” de forma que venham a ter a estrutura e a dinâmica necessárias para a viabilização da agenda de desenvolvimento aqui proposta. A manutenção de um fluxo constante de recursos para o setor se constitui, também, em condição necessária para a consolidação do Sistema Estadual de Inovação.

Além da inovação tecnológica, o Governo deverá estar atento ao aprimoramento do sistema de normatização, fiscalização e certificação existente no Estado para garantir que também as empresas locais tenham condições de competir nos padrões exigidos atualmente no ambiente nacional e internacional em termos de tecnologia básica.

5. Ampliar a competitividade sistêmica do Estado

Além do esforço para aumentar o capital social, no que refere à segurança, educação, saúde, habitação e ao meio ambiente, e elevar os investimentos em infra-estrutura e em ciência e tecnologia, as demais contribuições do Governo para ampliar a competitividade sistêmica do Estado dependerão da sua capacidade de planejar, coordenar e implementar as ações do Setor Público Estadual em articulação com os programas, projetos e iniciativas do Governo Federal, Municípios, setor privado e terceiro setor.

A estratégia para maximizar a sinergia entre as diversas iniciativas, planejadas e em andamento atualmente, baseia-se na implantação de um modelo de planejamento com foco na gestão de projetos estruturadores e na coordenação da ação de governo; na modernização e fortalecimento do Sistema Estadual de Fomento; na criação de um marco legal para as Parcerias Público-Privadas; e no estabelecimento de relações ágeis, consistentes e confiáveis entre o Estado e os demais atores sociais. Assim será possível construir um ambiente que favoreça o investimento privado em Minas Gerais.

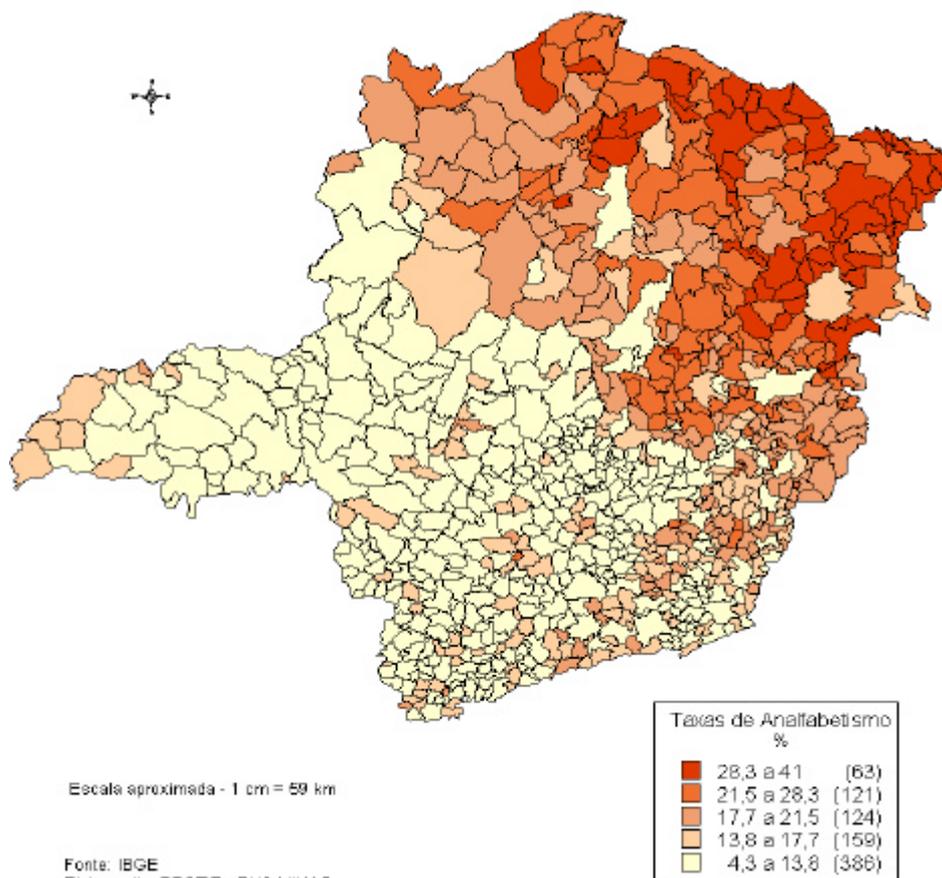
6.7. Redução das desigualdades regionais

O Estado de Minas Gerais reproduz, com grande fidelidade, um retrato do Brasil. Coexistem em seu espaço geográfico atividades e empresas que utilizam tecnologia de última geração e outras com enorme defasagem tecnológica e grandes dificuldades, buscando a sobrevivência em um mundo de acirrada competição. No campo, a situação não é distinta: produção agrícola competitiva convivendo com agricultura familiar, de subsistência, com carências enormes. Os

indicadores sociais demonstram a heterogeneidade das condições de vida nas diversas regiões do Estado.

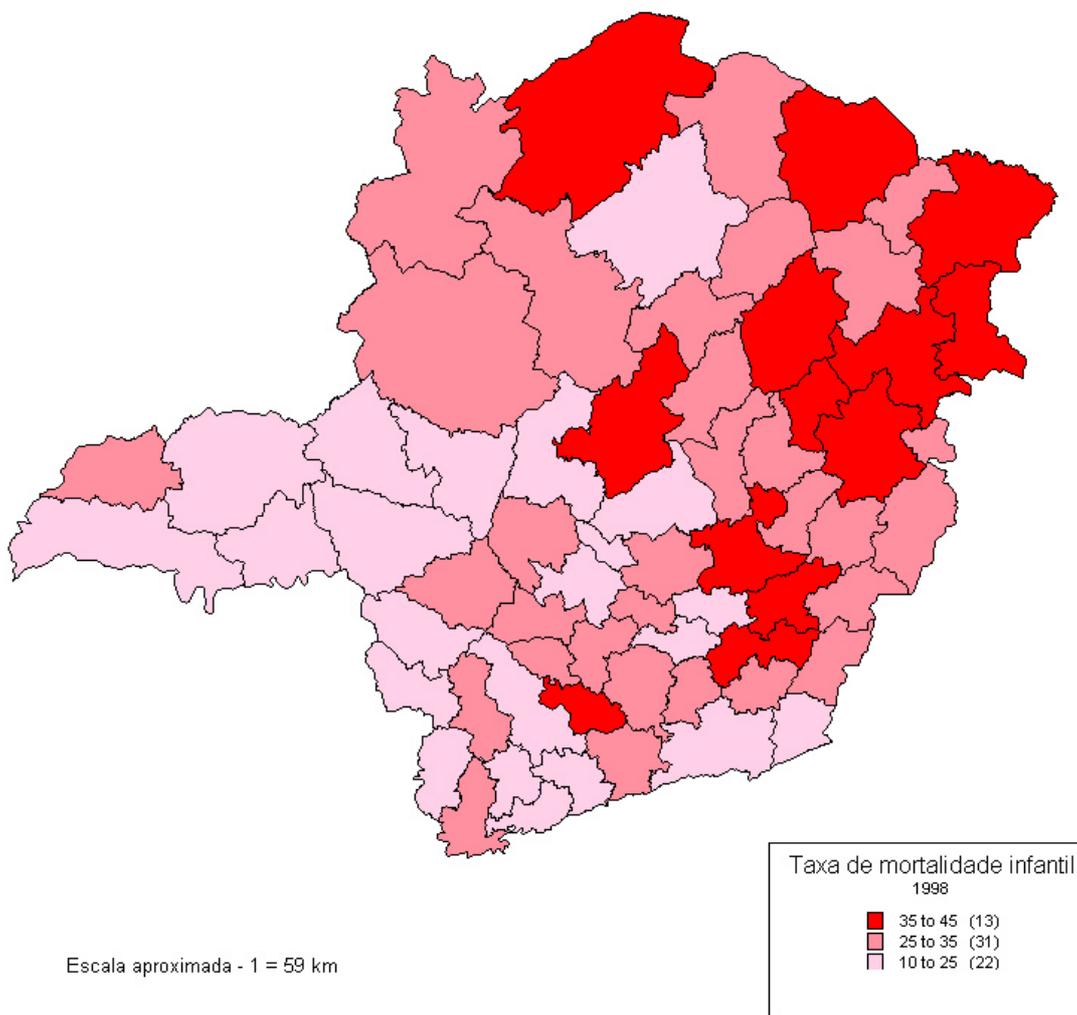
Ao considerar o IDH e outros indicadores sociais como reflexo da qualidade de vida dos mineiros, torna-se fundamental a implementação de políticas públicas diferenciadas regionalmente no Estado. É necessário salientar que a base de uma transformação social em Minas Gerais passa pela decisão corajosa e inovadora de focalizar e concentrar esforços e ações nas regiões dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, no Norte de Minas e na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O analfabetismo e a mortalidade infantil, variáveis que compõem o IDH, ilustram a clivagem observada, de sentido noroeste-sudeste do Estado, com os piores indicadores nos municípios dos vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas (MAPAS 9 e 10). Mesmo nessas regiões, existem fortes desigualdades entre os municípios. O acesso aos serviços de infra-estrutura – transportes, energia, telecomunicações e de saneamento – também segue a mesma tendência. A ausência desses serviços obviamente alimenta o círculo vicioso das péssimas condições sociais dessas regiões.



MAPA 9 - Municípios segundo Taxa de Analfabetismo da População de 10 anos ou mais - Minas Gerais, 2000.

FONTE - Minas Gerais do Século XXI - Volume II



MAPA 10 - Microrregiões segundo taxa de mortalidade infantil - Minas Gerais, 1998.
FONTE - Minas Gerais do Século XXI - Volume II

Na RMBH, porta do Estado para o mundo, existem igualmente marcantes desigualdades. Concentrando quase um quarto da população mineira – mais de quatro milhões e trezentos mil habitantes - a Região Metropolitana de Belo Horizonte defronta-se com os problemas típicos das grandes metrópoles brasileiras. Apesar do dinamismo e da importância econômica da Região Central, não se consegue gerar os empregos, ocupação ou renda para parcela expressiva da população residente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o que resulta em elevada taxa de desemprego. Com demanda crescente por serviços públicos como transporte, habitação, saneamento, saúde e educação, constata-se deterioração na qualidade de vida de seus habitantes e crescimento do contingente de excluídos. Assim, além de ações que resgatem a cidadania, a situação requer atenção especial, na medida em que passa a comprometer, também, a capacidade de atrair novos investimentos e de gerar emprego e renda.

Por isso, um projeto de desenvolvimento não pode deixar de reconhecer tal situação, devendo promover a retomada do crescimento mais equilibrado em todo o Estado. Importa recuperar e colocar em prática os dispositivos da Constituição Mineira (Art. 51) que preconizam o planejamento e a execução articulada de funções e de serviços públicos, em favor da população de cada complexo geoeconômico e social com a elaboração de Planos Diretores modernos que ordene o crescimento das cidades.

A implementação urgente de políticas regionais estruturadoras nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e no Norte de Minas, a concretização de uma rede de cidades médias capaz de concorrer com a RMBH, bem como o incentivo ao desenvolvimento de arranjos produtivos que valorizem o capital social são pré-condições ao desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades regionais no Estado.

Em um contexto de recursos escassos e de ajuste das finanças públicas, faz-se indispensável priorizar as regiões que apresentam as maiores carências, bem como os maiores aglomerados populacionais através do direcionamento do foco das políticas públicas para tais regiões e segmentos populacionais. Neste esforço, deverão ser exploradas e potencializadas as vocações naturais de cada uma das regiões, buscando ainda atividades que possibilitem maior efeito multiplicador sobre o emprego, a renda e a produção ou que agregue valor ao produto.

6.8. “Choque de Gestão”

Neste campo, quatro prioridades são fundamentais:

1. Antes de tudo, será preciso **alcançar o equilíbrio fiscal, praticando a disciplina financeira sem a menor concessão.** É oportuno reiterar que nos próximos quatro anos os orçamentos serão absolutamente realistas, constituindo-se num instrumento efetivo de alocação de recursos e de gerenciamento intensivo. O orçamento aprovado será cumprido. Assim, é importante e urgente aperfeiçoar os processos de planejamento e o orçamento do Estado, visando conferir-lhe transparência, precisão e foco. Cumpre lembrar que o **orçamento será um instrumento efetivo de gestão com programação e execução confiáveis e previsíveis**, o que significa menos riscos para os fornecedores, logo, com maiores margens para redução de custos. Para tanto, assume grande importância a integração de planejamento, orçamento e de gestão que proporcione a harmonização das leis orçamentárias anuais com o planejamento de médio prazo (PPAG) e de longo prazo (PMDI).

2. Em segundo lugar, se impõe **intensificar o esforço de geração de receitas e, especialmente, de melhoria da arrecadação da receita gerada, qualquer que seja sua natureza**. Existe uma clara distinção entre tributar e arrecadar. Tributar é criar impostos, taxas e contribuições. Arrecadar é tirar o maior proveito dos tributos existentes por meio de um gerenciamento intensivo. Precisa-se concentrar atenção na melhoria da arrecadação de tributos, inclusive estimulando todas as empresas sediadas em Minas a arrecadarem aqui. É prioritário, também, organizar e coordenar todo o esforço do Estado de captação de recursos junto ao governo federal e outros parceiros. Enfim, melhorar a geração de caixa.
3. Também é **dever prioritário de cada integrante deste Governo, desde o primeiro até o menor dos escalões, zelar por uma melhor qualidade do gasto**. Esse é um campo onde pode-se ter ganhos substanciais com medidas simples, desde que haja um melhor planejamento de prioridades, menor propensão à pulverização e maior atenção aos custos. Orçar em bases realistas para evitar a proliferação de obras paralisadas ou o “estouro” sistemático de orçamentos. Dessa forma, o planejamento, a transparência, a priorização e o aperfeiçoamento do controle dos gastos do Governo, ao lado da revisão da legislação - responsável pelo aumento, engessamento e rigidez de despesas - constituem aspectos dessa linha estratégica de ação. As regras e parâmetros de licitação, visando melhorar o foco e a qualidade das compras e das contratações também são questões que merecerão atenção prioritária por parte do Governo.
4. Por último, mas não menos importante, buscar-se-á, em sintonia com o Governo Federal, **uma solução para a questão previdenciária**, uma verdadeira “bomba-relógio”. Atualmente, 74% da arrecadação destina-se à folha de pagamento do Estado, onde 44% já são consumidos com o pagamento a inativos, com tendência de forte crescimento (em 2010 essa proporção poderá ser de 50%), o que certamente inviabilizaria todo o esforço de saneamento financeiro que está sendo feito.

Tão importante quanto a mudança de mentalidade e de comportamento, e do estabelecimento de uma clara agenda de prioridades, será **emprender um trabalho intensivo e extensivo de modernização e de inovação da gestão pública**. De nada adianta sanear as finanças e permanecer com os mesmos modos de operação e de gestão. Assim, deve-se conferir prioridade a:

1. **Máxima informatização de processos e de produtos, com ênfase no desenvolvimento do “governo eletrônico”**. Esse é um campo no qual a administração pública mineira está bastante atrasada em relação a de outros estados da Federação, dos quais, agora, pode adquirir experiências e soluções inovadoras

para implantá-las com menor custo e tempo. A meta, nesse campo, é chegar ao final do Governo tendo a administração pública de Minas Gerais se situado no grupo das mais informatizadas do País.

2. **Incorporação de modernos métodos de planejamento, organização e gestão à rotina da administração estadual.** Caberá aos Secretários de Estado liderar em suas respectivas pastas a implantação e a disseminação do planejamento estratégico e de prioridades; o uso sistemático de planos de contingência (“Plano B”); a medição e gerenciamento de riscos, custos e resultados; a adoção de novos modelos de gestão de pessoas, a revisão e simplificação de processos; e a massificação de programas de melhoria da qualidade e de produtividade nas unidades-fim. O Estatuto dos Funcionários Públicos de Minas Gerais tem que ser atualizado, uma vez que data de 1952, permitindo a introdução de técnicas modernas de gestão.
3. Disseminação da prática de **implementação e gerenciamento de projetos e de programas focados em resultados**, com atribuição de prioridade aos “Projetos Estruturadores” do Governo.
4. **Modernização da infra-estrutura física, tecnológica e organizacional da administração pública estadual.** Nesse terreno, a implantação de um Centro Administrativo do Poder Executivo Estadual em Belo Horizonte ganha relevância estratégica pelos seus efeitos multiplicadores e integradores, além da redução de custos que poderá propiciar em decorrência de racionalizações de várias ordens.

Esse modelo de administração que se quer implementar requer um novo tipo de gestão e um outro perfil profissional para os servidores públicos estaduais. Para isso, o Governo deve oferecer ao servidor condições para o seu desenvolvimento e para aplicação das competências e habilidades requeridas pela nova administração pública. Ao mesmo tempo, é fundamental que o Estado disponha de profissionais capazes de assumir compromissos com a obtenção de resultados, a racionalização de custos e o empenho profissional, bem como em relação à missão, aos valores e aos objetivos do serviço público.

Dentro da estratégia de valorização dos servidores, o Governo deve priorizar aqueles de carreira na ocupação de cargos gerenciais; implantar programas para o desenvolvimento de gerentes e de profissionais; zelar pelo aprimoramento e pela adequação de cargos, carreiras e remunerações e investir na melhoria dos processos de administração dos seus recursos humanos. Essas são as condições mínimas para o desenvolvimento de um programa efetivo de valorização do servidor público estadual.

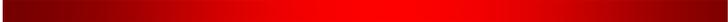
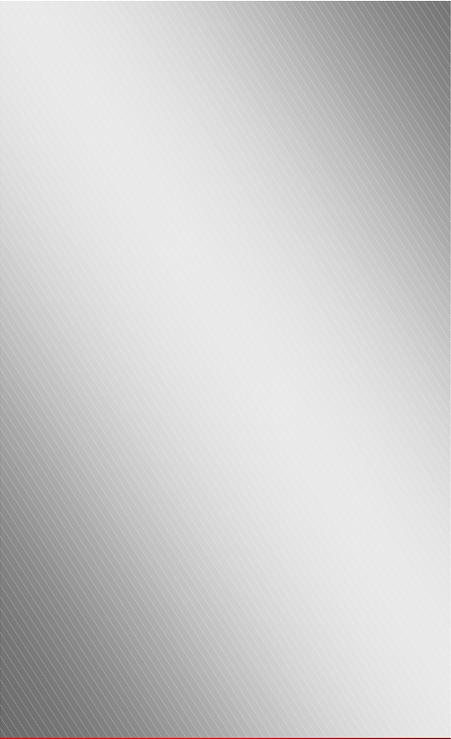
6.9. Viabilização de novas formas de financiamento dos empreendimentos públicos

Também aqui em Minas será preciso levar em conta um fenômeno que se observa atualmente nos países desenvolvidos. Há uma progressiva e acelerada defasagem entre as necessidades de investimentos públicos e as capacidades do governo para o seu atendimento por intermédio dos instrumentos tradicionais de financiamento. Existem ainda áreas em que a gestão privada, mesmo com financiamento público, se mostra mais eficiente. Hoje, mais do que nunca, a criatividade e a ética do gestor estadual são insumos fundamentais para viabilizar o financiamento de iniciativas de interesse público.

O Governo do Estado deve ajustar o seu marco legal e desenvolver um amplo processo de aproximação e de formação de alianças com o setor privado e com a sociedade organizada, instituindo **parcerias público-privadas**, buscando a complementação e o reforço, tanto em termos de recursos financeiros como em competência gerencial e profissional, no provimento da infra-estrutura e dos serviços.

6.10. Consolidação da liderança política de Minas no contexto nacional

Por último, mas não menos importante, será o fortalecimento político de Minas Gerais, ao qual será dedicada energia e empenho. É prioritário para este Governo fazer com que Minas volte a ser voz referencial nas questões nacionais, exemplo de ética, de responsabilidade e de competência administrativa; por um firme posicionamento em prol do reequilíbrio da Federação e a promoção de um novo modelo de Estado.



Anexos

Anexo – Iniciativas Estratégicas do Governo do Estado de Minas Gerais

Os dez Objetivos Prioritários definidos pelo governo de Minas Gerais foram desdobrados em Iniciativas Estratégicas em reunião do Colegiado de Gestão Governamental, no dia 06/05/2003, e em consultas posteriores aos Secretários de Estado. A versão inicial foi enriquecida pelas contribuições dos integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES.

Esse conjunto de Iniciativas, apresentado a seguir, serviu de subsídios para a definição dos Projetos Estruturadores – GERAES e para a elaboração dos programas do PPAG 2004-2007. Várias dessas Iniciativas já estão implementadas e/ou em implementação pelos agentes públicos e/ou privados envolvidos.

1. Melhoria da Segurança Pública

1.1 - Melhoria da Segurança Pública

1. Consolidar o projeto de controle de homicídios da RMBH e estendê-lo para outras 20 regiões do Estado, intensificando as ações coordenadas com vistas a obter resultados expressivos em curto prazo, principalmente com a consolidação do projeto “Fique Vivo”.
2. Implantar um modelo de segurança que integre as ações das polícias, os bancos de dados (SIDE) e as áreas de inteligência, considerando, inclusive, o treinamento conjunto.
3. Racionalizar as atividades operacionais da Polícia Militar e da Polícia Civil, nas seguintes ações:
 - lavratura de auto de prisão em flagrante na unidade mais próxima;
 - primeiras providências relativas ao fato criminoso, adotadas pelas diversas unidades policiais;
 - intensificar a ação do policiamento na rua.
4. Aumentar o enfrentamento integrado contra o crime organizado e promover campanhas efetivas de prevenção ao uso de drogas.
5. Ampliar a quantidade de vagas nas penitenciárias para esvaziar delegacias superlotadas, com as seguintes medidas:
 - Consolidar o comando do poder público nas unidades prisionais, sem regalias nem concessões;

- Incentivar os municípios na criação de APAC's (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado) ou similar;
 - fazer um mutirão de revisão criminal (execução de penas);
 - concluir as obras dos presídios em fase final de construção.
6. Ampliar o efetivo e reaparelhar as polícias e o Corpo de Bombeiros, que deverá ampliar sua ação no interior do Estado.
 7. Desenvolver políticas sociais focalizadas nas vítimas da violência (mulheres, crianças, adolescentes, idosos, etc.) em parceria com agentes da sociedade civil, organizações não governamentais e com prefeituras municipais.
 8. Promover a ressocialização de adolescentes em conflito com a lei.
 9. Ampliar a integração entre órgãos do Poder Executivo ligados à segurança, nos níveis federal, estadual e municipal e com órgãos de outros poderes como o Judiciário e o Ministério Público.
 10. Tornar efetivo o sistema de proteção de testemunhas e de pessoas sob ameaça.
 11. Criação de um Conselho de Defesa Social para formular as políticas de segurança pública, com execução pela Secretaria de Defesa Social.

1. 2 - Informação e Comunicação ao Público

1. Implantar um sistema de informação e de comunicação como público, por meio de:
 - centralização das informações disponíveis nas diversas unidades de policiais/bombeiros;
 - divulgação de informações unificadas nas mídias jornalística e publicitária.
2. Facilitar o acesso do público à informação, incentivando a relação de confiança entre o cidadão e a polícia.
3. Fortalecer os Conselhos Comunitários de Segurança Pública - CONSEP's, com:
 - estabelecimento de uma política de aproximação dos CONSEP's com as instituições policiais;
 - divulgação para o público das ações dos CONSEP's e de seus resultados.
4. Elaborar campanhas educativas.

2. Provisão de infra-estrutura com ênfase na malha rodoviária e no saneamento básico

1. Recuperar a malha rodoviária, inclusive as estradas vicinais, em parceria com municípios e fazer a ligação rodoviária pavimentada para todos os municípios mineiros.
2. Reforçar a infra-estrutura de energia elétrica no noroeste de Minas Gerais, atendendo à demanda reprimida e incentivando o desenvolvimento do agronegócio na região.
3. Universalizar a oferta de energia elétrica para domicílios rurais.
4. Potencializar os sistemas logísticos do Estado, com ênfase no Triângulo Mineiro e na plataforma logística da RMBH.
5. Finalizar a Via MERCOSUL - Fernão Dias/Alça Norte BH/Expansão 381(Vale do Aço).
6. Concluir as obras em rodovias federais, em parceria com o Governo Federal.
7. Identificar e propor soluções para gargalos da malha ferroviária e aquaviária, bem como incrementar a infra-estrutura aeroportuária.
8. Ampliar a oferta de gás natural no Estado, atendendo às Regiões do Sul de Minas e Triângulo, e aumentando a oferta na RMBH e fortalecendo a Companhia de Gás do Estado de Minas Gerais - GASMIG.
9. Promover a inclusão digital em Minas Gerais com a coordenação do Sistema de Ciência e Tecnologia, integrada principalmente com as áreas de educação, saúde, defesa social, desenvolvimento social e de esportes.
10. Investir em telecomunicações, com foco na extensão do sinal da REDE MINAS para todo o Estado.
11. Criar mecanismos e programas para a captação de recursos de agências multilaterais e fundos específicos.
12. Reativação da estrada de ferro Bahia - Minas, dentro do formato de Parcerias Público-Privadas - PPPs (Mucuri, Jequitinhonha e Norte de Minas).
13. Ampliar e melhorar a infra-estrutura de saneamento básico, através de ações que visem à universalização do abastecimento de água, além da ampliação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos.

3. Melhoria e ampliação dos serviços públicos

3.1 - Ações Integradas

1. Articular ações para o desenvolvimento socioeconômico de microrregiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano.
2. Priorizar as ações de saneamento nas áreas de maior vulnerabilidade social, incidência de endemias e doenças decorrentes da ausência de saneamento.
3. Desenvolver ações de combate à fome por meio de programas que incentivem a auto-suficiência alimentar e a geração de renda no meio rural.
4. Promover atividades físicas/desportivas nas escolas públicas integrando saúde, educação e desenvolvimento social (Projeto Agita Minas).
5. Criar o Código de Direito do Usuário do Serviço Público.
6. Incrementar no Estado um sistema de atendimento pré-hospitalar (serviços de resgate).
7. Qualificar os agentes comunitários para ações conjuntas em desenvolvimento e assistência social, educação e saúde.
8. Coordenar as ações de estágio e de extensão do ensino médio com os Centros Públicos de Promoção do Trabalho.
9. Ter um plano de segurança escolar integrado com a área de defesa social.
10. Ampliar e integrar a rede PSIU, o Centro Público de Promoção do Trabalho e o Banco do Povo.
11. Desenvolver a cultura do trabalho voluntário.

3.2 - Saúde

1. Regionalizar a oferta de serviços de acordo com a demanda, proporcionando ganhos de escala (Plano Diretor de Regionalização e Plano Diretor de Investimentos).
2. Enfatizar as ações preventivas mediante expansão do Programa Saúde da Família.
3. Ampliar a assistência farmacêutica, com ênfase em doenças crônico-degenerativas.
4. Promover a redução da mortalidade infantil por meio do Programa Viva Vida.
5. Implantar a coordenação e regulação dos serviços de saúde no espaço supra-municipal.
6. Reduzir a mortalidade infantil e materna por meio de ações estratégicas.

7. Fortalecer e melhorar a qualidade dos hospitais do SUS-MG.
8. Desenvolver um programa de educação permanente e de capacitação profissional para funcionários do SUS e da SES-MG.
9. Desenvolver um conjunto de ações voltadas para o conhecimento, prevenção e enfrentamento contínuo de problemas de saúde, selecionados e relativos aos fatores e às condições de risco.
10. Promover estudos diagnósticos e prospectivos para nortear a definição de prioridades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico em saúde.
11. Integrar as fundações (HEMOMINAS, FUNED E FHEMIG) à SES-MG, numa gestão participativa e colegiada.
12. Estimular a participação da sociedade civil por meio dos conselhos municipais e estadual de saúde.
13. Estabelecer parcerias com entidades de classe (ex: SESI) para a execução de campanhas e ações educativas de promoção da saúde.

3.3 – Educação

1. Ampliar o ensino fundamental para 9 anos com a incorporação de alunos aos 6 anos de idade.
2. Estruturar os Centros de Formação Técnica, em parceria com a iniciativa privada, entidades de classe e municípios (pós-médio).
3. Ampliar a jornada escolar: “Aluno em tempo integral”.
4. Desenvolver o programa “Escola ativa, comunidade viva”, em áreas de vulnerabilidade social.
5. Melhorar a qualidade e universalizar o ensino médio (qualificação para o trabalho, estágio e monitoria).
6. Ampliar o “programa Bolsa Escola”.
7. Ampliar a informatização nas escolas.
8. Desenvolver o programa de alfabetização de adultos, em áreas de vulnerabilidade social.
9. Modernizar o sistema educacional, racionalizando as estruturas e informatizando os processos.
10. Estabelecer parcerias com empresas e organizações não governamentais, como entidades religiosas, para alfabetização de adultos.
11. Capacitação continuada dos docentes.

3.4 – Habitação

1. Reduzir o déficit habitacional no Estado, estimado em 632 mil moradias em 2000, ampliando a oferta de moradias com programas adequados ao espectro e às demandas regionais.

2. Desenvolver parcerias com o governo federal e agentes financeiros da União para a captação de recursos.
3. Incrementar parcerias com o setor privado para a construção de habitações por meio de “mutirões”.
4. Incentivar a utilização de novas tecnologias e de materiais incorporados à melhoria da construção civil.
5. Desenvolver parcerias com concessionárias públicas de infra-estrutura, associações microrregionais de municípios e empresários da construção civil.
6. Elaborar e executar projeto habitacional para policiais civis, militares e para o corpo de bombeiros.

3.5 – Cultura

1. Implantar o Corredor Cultural Praça da Liberdade - Casa do Conde.
2. Reformar, informatizar e coordenar as bibliotecas públicas e os museus do Estado.
3. Digitalizar o acervo cultural de Minas Gerais.
4. Municipalizar o patrimônio cultural mineiro.
5. Revitalizar o Palácio das Artes (2ª. etapa do programa).
6. Implantar o Centro de Tecnologia do Espetáculo, o Centro de Audiovisual e a Biblioteca Multimídia.

4. Meio ambiente permeando a atuação do Governo

1. Rediscutir e implementar a legislação pertinente, de modo a reduzir os prazos de respostas às muitas demandas existentes na área ambiental.
2. Implantar um sistema integrado de gestão do meio ambiente, com processos unificados de licenciamento, monitoramento, controle e de fiscalização ambiental.
3. Criar uma coordenadoria ambiental em cada Secretaria de Estado, com as seguintes atribuições:
 - orientar e analisar os projetos em elaboração dentro das Secretarias de Estado, a partir de premissas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
 - aprovar projetos, dentro de certos limites estabelecidos e por delegação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de acordo com os prazos definidos pela legislação pertinente;

- articular os diversos agentes no âmbito das Secretarias de Estado para a difusão da política estadual de desenvolvimento sustentável.
3. Identificar e divulgar as oportunidades de geração de negócios na área ambiental.
 4. Consolidar e intensificar as atividades voltadas à proteção dos mananciais.
 5. Promover a conscientização e a educação individual e coletiva para as ações de educação sanitária e ambiental.
 6. Regionalizar a política ambiental por meio do COPAM e dos Comitês de Bacias Hidrográficas.
 7. Promover o fortalecimento institucional das entidades vinculadas à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
 8. Promover a revitalização e o desenvolvimento sustentável das bacias do São Francisco e do Rio Doce através de programas de gestão participativa das águas.
 9. Adotar a cobrança pelo uso das águas, de acordo com Lei 9.433/97.

5. Contribuição para a geração de empregos

1. Estruturar os Centros Públicos de Promoção do Trabalho.
2. Desenvolver programa de promoção do “primeiro emprego”.
3. Estabelecer parceria com o governo federal, municípios e com o setor privado (incluindo entidades de classe) para integrar ações de geração de emprego e renda.
4. Ampliar o Programa de Microcrédito/Economia Solidária.
5. Incrementar ações do Conselho Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável do Estado de Minas Gerais - CONSEA para geração de emprego e renda, em pequenas comunidades.
6. Integrar as políticas de geração de emprego com políticas de captação e fomento de investimento de setores intensivos em mão-de-obra.
7. Colocar, como tema prioritário das Câmaras de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Social, a geração de emprego e renda.
8. Implementar programas intensivos de preparação de mão-de-obra para populações de baixa escolaridade. Esses programas teriam como objetivo a formação para o auto-emprego e a geração de renda em ocupações como: construção civil, mecânica automotiva, instalações hidrossanitárias, artesanato, confecções e moda, imagem pessoal e turismo receptivo.
9. Criar programas especiais para jovens e adultos em situação de risco econômico e social, principalmente no campo da mecanização agrícola, artesanato de pedras, gemas e jóias e equipamentos de infra-estrutura urbana.
10. Estimular a criação e desenvolvimento das incubadoras de empresas.

11. Intensificar a interiorização do apoio às micro, pequenas e médias empresas, tendo em vista que as taxas de natalidade e mortalidade de empresas no interior do Estado de Minas Gerais superam significativamente as observadas na capital.

6. Fomento inovador ao desenvolvimento econômico

1. Criar um modelo de parceria com a iniciativa privada a ser aplicado em projetos de infra-estrutura (estradas, ferrovias, hidrovias, aeroportos, saneamento e energia), de segurança (sistema prisional) e para o centro administrativo.
2. Promover o desenvolvimento econômico, descentralizando as atividades indutoras do desenvolvimento, melhorando a gestão do meio ambiente e sendo pró-ativos para manter as empresas no Estado e atrair novamente os empreendimentos que deixaram o Estado.
3. Promover a agregação de valor na atividade econômica de Minas Gerais, com as seguintes ações:
 - desenvolver o Programa Estadual de Design;
 - atrair negócios de maior valor agregado, a exemplo das indústrias do novo ciclo tecnológico;
 - atrair e fomentar o desenvolvimento das indústrias que agregam valor aos produtos primários de Minas Gerais - tais como as do complexo mineiro-metalúrgico e de gemas; a implantação de parques tecnológicos e de incubadoras de negócios; e a indução a formação de maior número de "clusters";
 - induzir o desenvolvimento de arranjos produtivos já existentes e potenciais, como instrumento de definição de ações estratégicas prioritárias nas diversas regiões e de construção de parcerias voltadas para o desenvolvimento local;
 - definir instrumentos e políticas de apoio aos arranjos produtivos, eleger a ciência e tecnologia como agente estratégico no desenvolvimento regional e incentivar os programas de pesquisa, desenvolvimento e de inovação;
 - promover o desenvolvimento científico e tecnológico nas várias cadeias produtivas;
 - promover o marketing dos produtos mineiros (Marca de Minas);
 - revigorar programas de internacionalização de pequenos e médios empresários como o "Rosas de Barbacena";
 - priorizar o agronegócio em Minas Gerais, especialmente relativo às cadeias produtivas do café, leite, carne, algodão, sucroalcooleiro, do milho e da soja;
 - Apoiar o "Novo Pólo de Desenvolvimento de Belo Horizonte", com o incentivo ao desenvolvimento de "indústrias limpas" no

- “triângulo” formado pelo futuro Centro Administrativo, o Terminal Rodoviário e o Aeroporto da Pampulha;
- sistematizar a base de informações estadual e municipais;
 - fortalecer o Sistema Estadual de Fomento e apoiar as agências de desenvolvimento regionais;
 - buscar o adensamento da cadeia produtiva da petroquímica, pela atração de investimentos em empresas de segunda e de terceira geração para o entorno da REGAP.
4. Incrementar a capacidade exportadora, por meio do Conselho Estadual de Exportação, com as seguintes medidas:
- implantar o Aeroporto Industrial de Confins;
 - ampliar os portos secos (EADES);
 - formar consórcios exportadores;
 - desenvolver mecanismos e parcerias financeiras para viabilização de projetos de exportação de âmbito regional e local, inclusive financeiramente - via créditos do BDMG;
5. Desenvolver ações concretas que ampliem a escala de turismo e do setor cultural no Estado, como:
- desenvolver e consolidar projetos como a Estrada Real, o circuito das águas e demais circuitos;
 - atrair e consolidar as indústrias culturais;
 - implementar o PRODETUR;
 - transformar Belo Horizonte em um centro de turismo de negócios e pólo cultural, por meio da conclusão da EXPOMINAS; da duplicação da avenida Antônio Carlos; da melhoria do Aeroporto da Pampulha e a implantação do Centro Cívico-Cultural Praça da Liberdade.

7. Reduzir as desigualdades regionais

1. Incrementar os programas de crédito fundiário para as áreas carentes, especialmente nas Regiões Norte e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.
2. Promover a erradicação do analfabetismo e a redução da mortalidade infantil nas áreas de baixo IDH, notadamente no Norte de Minas, Jequitinhonha e do Mucuri.
3. Implantar o Programa Água na Escola no Norte do Estado e nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.
4. Focalizar as regiões carentes no programa de inclusão digital.
5. Impulsionar o agronegócio no Norte de Minas, a partir do desenvolvimento integrado do Jaíba.

6. Implantar o Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e desenvolver uma metodologia que oriente o Estado em sua atuação espacial.
7. Fazer o ordenamento das regiões metropolitanas e a modernização institucional e de gestão dos municípios mineiros.
8. Ampliar a eletrificação rural, a assistência técnica e a criação de empreendimentos econômicos solidários nos assentamentos.
9. Medir e titular posseiros com áreas de até 100 hectares.
10. Realizar programa de incentivo à exploração, beneficiamento e comercialização de granito nas Regiões do Mucuri, Jequitinhonha e Norte de Minas.
11. Implementar programa de exploração, beneficiamento e comercialização de pedras preciosas e semipreciosas nas Regiões do Mucuri, Jequitinhonha e norte de Minas.
12. Priorizar a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé.

8. “Choque de Gestão”

Pressuposto: Integração e interação intersetorial, fomentando o espírito de trabalho em equipe, visando soluções compartilhadas.

Meta Símbolo: Implementar um novo Centro Administrativo.

1. Revisar o modelo de gestão de pessoas, mediante a adoção de política de carreiras, desenvolvimento e de remuneração dos servidores, vinculadas a resultados – qualidade e produtividade.
2. Implementar sistema de auditoria de gestão, integrado ao novo modelo de gestão, focado em iniciativa, criatividade e resultados.
3. Rever o marco legal da administração pública para implementação de políticas, com o objetivo de aprimorar a prestação de serviços públicos, ampliando a parceria entre o Estado e setor privado.
4. Implementar estratégias e tecnologias de gerenciamento das receitas e das despesas, objetivando o equilíbrio fiscal.
5. Implementar política de tecnologia da informação e de governo eletrônico, com uso intensivo da Internet para prestar serviços e divulgar metas e resultados.
6. Implementar programas de melhoria contínua de processos, para introduzir o conceito de qualidade na administração pública, com ênfase nos sistemas informatizados corporativos.
7. Implementar novo modelo de gestão regionalizado e descentralizado, buscando reduzir as desigualdades regionais e estimular a participação da sociedade.
8. Elaborar as leis orçamentárias harmonizadas com o PPAG, respeitando o equilíbrio fiscal.
9. Implementar mecanismos de controle social por meio da implantação de rede de ouvidorias.

10. Estimular a educação e a conscientização patrimonial e fiscal, em todas as áreas de atuação do setor público e privado.
11. Modernizar e reestruturar a Receita Estadual, para o incremento da receita fiscal do Estado.
12. Regulamentar o Código de Defesa do Contribuinte.

9. Viabilização de novas formas de financiamento dos empreendimentos públicos

1. Captar recursos de Agências multilaterais até o limite permitido.
2. Transferir a exploração da infra-estrutura de concessões em articulação com as demais esferas de governo.
3. Estabelecer marco legal estadual que possibilite a contratação de serviços públicos no conceito PPP - Parceria Público-Privada.
4. Criar Unidade PPP estadual para coordenar e estimular as parcerias.
5. Otimizar a utilização de recursos federais, orçamentários e extra-orçamentários, no Estado.
6. Atuar na viabilização dos mecanismos de financiamento, para que o setor privado possa realizar os investimentos necessários em infra-estrutura física e social, que sejam objeto de Parceria Público-Privada.

10. Consolidação da liderança política de Minas no contexto nacional

1. Liderar o movimento de reequilíbrio federativo entre a União, Estados e Municípios.
2. Liderar os grandes projetos políticos nacionais, a partir de ações propostas pelo Estado de Minas Gerais, inclusive com a criação de um conselho consultivo.
3. Liderar a organização dos municípios para participação nos financiamentos de projetos nacionais.
4. Estabelecer parcerias e envolver a bancada federal mineira e estadual nos projetos de Minas Gerais.
5. Envolver a iniciativa privada e as organizações não governamentais nas discussões nacionais de projetos de interesse de Minas Gerais.
6. Intensificar e estreitar as relações com os ministérios.
7. Participar ativamente dos fóruns nacionais.
8. Inserir Minas Gerais de forma ativa na mídia nacional.

Anexo – Projeções do IDH

Além da projeção do IDH do Estado de Minas Gerais em cada cenário, foram projetados os IDH de todas as Unidades da Federação. Em relação aos demais estados, supôs-se que seja mantida a tendência de crescimento do IDH verificado na década de 90. Para tal foi calculada uma regressão linear pelo método dos mínimos quadrados onde a variável independente (x) é uma transformação do IDH de 1991 igual à soma de seu valor com o quadrado de seu valor e a variável dependente (y) é a variação anual absoluta do IDH entre 1991 e 2000. Desta forma temos:

$y = a + b.x$ - Regressão

$$y = (\text{IDH}_{1991} - \text{IDH}_{2000})/9$$

$$x = \text{IDH} + \text{IDH}^2$$

IDH = IDH das Unidades da Federação em 1991 e 2000

Resultados da regressão:

$$a = 0,1971$$

$$b = -0,1068$$

$$R^2 = 0,75$$

Os IDH projetados para os Estados da Federação encontram-se na Tabela 1.

A Tabela 2 sintetiza as projeções do IDH de Minas Gerais dos Cenários e seguindo a tendência histórica. O Índice de Desenvolvimento Humano de Minas Gerais foi projetado para os quatro Cenários conforme as hipóteses de comportamento dos indicadores econômicos e sociais adotadas no respectivo cenário e seus efeitos nas três dimensões desse índice: Renda (PIB *per capita*), Longevidade (esperança de vida ao nascer) e Educação (analfabetismo e taxa de matrícula).

Observa-se que caso Minas Gerais siga a tendência histórica seu IDH será de 0,855 em 2020, equivalente ao projetado no cenário III (0,856). Caso o Cenário II ocorra, Minas Gerais cairia do 11º lugar para o 14º, sendo superado pelo Amapá e por Roraima. O valor do Cenário I (0,884) nos coloca na segunda colocação, acima de São Paulo. Considerando que o Distrito Federal é uma Unidade da Federação de características muito peculiares, devido ao fato de ser a Capital Federal, na verdade estaremos concretizando a visão do governo atual de tornar Minas Gerais “O melhor Estado para se viver” caso seja construído ao longo dos próximos 18 anos o Cenário I.

Tabela 1 – Projeção do IDH das Unidades da Federação

Ano	1991	2000	2007	2010	2020
Unidades da Federação	IDH				
Distrito Federal	0,798	0,844	0,866	0,873	0,896
São Paulo	0,773	0,814	0,842	0,851	0,880
Rio Grande do Sul	0,757	0,809	0,838	0,847	0,877
Santa Catarina	0,740	0,806	0,835	0,845	0,876
Rio de Janeiro	0,750	0,802	0,832	0,842	0,874
Paraná	0,719	0,786	0,819	0,830	0,865
Goiás	0,707	0,770	0,806	0,819	0,857
Mato Grosso do Sul	0,712	0,769	0,805	0,818	0,856
Mato Grosso	0,696	0,767	0,804	0,816	0,855
Espírito Santo	0,698	0,767	0,804	0,816	0,855
Minas Gerais	0,698	0,766	0,803	0,816	0,855
Amapá	0,691	0,751	0,791	0,804	0,847
Roraima	0,710	0,749	0,789	0,803	0,846
Rondônia	0,655	0,729	0,773	0,788	0,835
Tocantins	0,635	0,721	0,766	0,782	0,830
Pará	0,663	0,720	0,765	0,781	0,830
Amazonas	0,668	0,717	0,763	0,779	0,828
Rio Grande do Norte	0,618	0,702	0,751	0,768	0,820
Ceará	0,597	0,699	0,748	0,765	0,818
Bahia	0,601	0,693	0,743	0,761	0,815
Acre	0,620	0,692	0,742	0,760	0,814
Pernambuco	0,614	0,692	0,742	0,760	0,814
Sergipe	0,607	0,687	0,738	0,756	0,812
Paraíba	0,584	0,678	0,731	0,750	0,807
Piauí	0,587	0,673	0,727	0,746	0,804
Maranhão	0,551	0,647	0,705	0,726	0,789
Alagoas	0,535	0,633	0,694	0,715	0,781

Tabela 2 – Projeção do IDH de Minas Gerais nos 4 Cenários

Ano	1991	2000	2007	2010	2020
Cenários	IDH				
MG – Cenário I	0,698	0,766	0,803	0,821	0,884
MG – Cenário II	0,698	0,766	0,790	0,800	0,840
MG – Cenário III	0,698	0,766	0,796	0,809	0,856
MG – Cenário IV	0,698	0,766	0,782	0,786	0,812
Minas Gerais (tendência)	0,698	0,766	0,803	0,816	0,855

Anexo – Indicadores dos Objetivos Prioritários

Nº	Objetivo Prioritário	Indicador
1	Melhorar substancialmente a segurança dos mineiros, especialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de crimes violentos por 100.000 habitantes - Número de vagas no sistema prisional - Número de vagas para adolescentes autores de ato infracional que cumprem medidas sócio-educativas
2	Prover a infra-estrutura requerida por Minas Gerais, com ênfase na ampliação e recuperação da malha rodoviária e do saneamento básico	<p>Transportes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Percentual da rede rodoviária principal em bom “estado geral de conservação” (Pesquisa Rodoviária Anual – CNT). - Percentual da rede rodoviária conservada pelo DER em bom “estado de conservação do pavimento” (segundo metodologia de gerência de pavimentos – IRI ou norma ICPF). - Número de sedes municipais sem ligação pavimentada com a rede rodoviária. - Número de acidentes por milhão de veículos/quilômetros na rede rodoviária. <p>Saneamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo (PNAD) – MG - Urbana, Rural e RMBH - Percentual de domicílios urbanos ligados à rede geral de água (PNAD) – MG Urbana, Rural e RMBH - Percentual de domicílios urbanos ligados à rede geral de coleta de esgoto e com fossa séptica (PNAD) – MG - Urbana, Rural e RMBH <p>Gás Natural:</p> <p>Oferta de Gás Natural (milhões de m³/dia)</p> <p>Energia Elétrica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Taxa de atendimento rural. - Taxa de atendimento urbano.
3	Melhorar e ampliar o atendimento ao cidadão, através da oferta de serviços públicos de qualidade, especialmente na educação, saúde e habitação	<p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proficiência acadêmica dos alunos do Ensino Fundamental na avaliação externa (SAEB). - Proficiência acadêmica dos alunos do Ensino Médio na avaliação externa (SAEB). - Índice de evasão (reduzir). - Percentual de pessoas que vivem em domicílios com computadores (PNAD). <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número médio de pessoas por dormitório (PNAD) - Percentual de famílias com gastos em aluguel superiores a 30% da renda (PNAD) <p>Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incidência de doenças evitáveis por imunização (SES) - Proporção de nascidos vivos de baixo peso (SINASC) <p>Cultura</p> <ul style="list-style-type: none"> - Percentual do Projeto Corredor Cultural executado - Número de eventos culturais realizados

No	Objetivo Prioritário	Indicador
4	Intensificar a atuação do Governo na gestão do meio ambiente, transformando-a em oportunidade para o desenvolvimento sustentável do Estado	<ul style="list-style-type: none"> - Número de processos concluídos nos prazos estabelecidos pelos órgãos de Gestão Ambiental - Índice de qualidade da água - IQA - Quantidade de água disponível - Vazões mínima, média e máxima - Índice de qualidade do ar na Região Metropolitana de Belo Horizonte - Percentual de florestas protegidas - Perdas Econômicas e Humanas devido a desastres naturais (FEAM)
5	Contribuir para a geração de empregos através de iniciativas e do incentivo a atividades que incluam jovens, mulheres e o segmento populacional maduro no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Relação entre as taxas de desemprego MG/Brasil (PNAD/CEI - FJP) - Número de empregados (pessoas ocupadas) - PNAD/CEI - FJP - Relação entre o rendimento mensal de todos os trabalhos MG/Brasil (PNAD/ CEI – FJP) - Valor do rendimento médio mulheres/homens (PNAD/CEI-FJP)
6	Fomentar o desenvolvimento econômico estadual, com ênfase no agronegócio, de forma regionalizada e com mecanismos inovadores que não comprometam as finanças estaduais	<ul style="list-style-type: none"> - PIB <i>per capita</i> - Valor Agregado da produção do Agronegócio - Produtividade das empresas (R\$ produzido/hora de trabalho a preços constantes) - Taxa de atendimento rural e urbano (energia elétrica) - Índice de Qualidade da Água - IQA. <ul style="list-style-type: none"> - Quantidade de água disponível - Vazões mínima, média e máxima - Aumento percentual do valor da produção nos arranjos produtivos locais - Número de empresas implantadas nos arranjos produtivos locais
7	Reduzir as desigualdades regionais com prioridade para a melhoria dos indicadores sociais da região Norte e dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri	<ul style="list-style-type: none"> - Índice de Gini do PIB per capita por Região de Planejamento - Consumo de energia elétrica/domicílio por Região de Planejamento - Internações hospitalares por condições sensíveis à atenção ambulatorial por Região de Planejamento (Datasul através da SES) - Proficiência acadêmica dos alunos do Ensino Fundamental na avaliação externa por região de Planejamento (SAEB). - Proficiência acadêmica dos alunos do Ensino Médio na avaliação externa por região de Planejamento (SAEB).
8	Estabelecer um novo modo de operação do Estado, saneando as finanças públicas e buscando a eficácia da máquina pública, por meio de um efetivo “Choque de Gestão”	<ul style="list-style-type: none"> - Percentual do Centro Administrativo concluído - Produtividade do trabalho no serviço público estadual <ul style="list-style-type: none"> - Redução da relação despesas/receita do Governo Estadual - Expansão percentual da receita fiscal - Nível de satisfação do cidadão com o serviço público estadual
9	Viabilizar novas formas de financiamento dos empreendimentos, construindo um novo marco legal, orientado para as parcerias público-privadas	<ul style="list-style-type: none"> - Volume de Investimentos/ano em PPPs
10	Consolidar a posição de liderança política de Minas no contexto nacional	

Participantes do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

Proposição e Elaboração do Documento Membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES

Governador do Estado: Aécio Neves da Cunha

Vice-Governador: Clésio Soares de Andrade

Secretários de Estado do Governo de Minas Gerais:

Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Odelmo Leão Carneiro Sobrinho

Ciência e Tecnologia: Olavo Bilac Pinto Neto

Cultura: Luiz Roberto Nascimento e Silva

Desenvolvimento Social e Esportes: João Leite da Silva Neto

Educação: Vanessa Guimarães Pinto

Fazenda: Fuad Jorge Noman Filho

Governo: *Danilo de Castro*

Defesa Social: Lúcio Urbano da Silva Martins

Desenvolvimento Econômico: Wilson Nélio Brumer

Desenvolvimento Regional e Política Urbana: Maria Emília Rocha Mello

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: José Carlos Carvalho

Planejamento e Gestão: Antonio Augusto Junho Anastasia

Saúde: Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva

Transportes e Obras Públicas: Agostinho Patrus

Turismo do Governo de Minas Gerais: Aracely de Paula

Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária: Marcelo Jerônimo Gonçalves

Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e para Norte de Minas:
Elbe Figueiredo Brandão Santiago

Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais: Deputada Ana Maria Rezende Vieira

Associação Mineira de Municípios: Adriene Barbosa de Faria

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais: Robson Braga de Andrade
Edwaldo Almada de Abreu

Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais: Gilman Viana Rodrigues
Roberto Simões

Associação Comercial de Minas: Eduardo Prates Octaviani Bernis
Paulo Sérgio Ribeiro da Silva

Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais: Arthur Lopes Filho

Luiz Rogério Mitraud de Castro Leite

Centro Empresarial de Minas Gerais: Murilo Araújo
Ângela Flores Furtado Filogônio

Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte: Roberto Alfeu Pena Gomes
Sebastião Vicente Bomfim Filho

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais: Vilson Luiz da Silva
Pedro Mário Ribeiro

Coordenação Intersindical dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Minas Gerais:
Geraldo Antônio Henrique da Conceição (Sindpúblicos)
Sebastião Soares (Sindifisco)

Federação das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais: Jésu Ignácio de Araújo
Federação das Empresas de Transportes Rodoviários de Passageiros do Estado de Minas Gerais:
Waldemar Araújo

Central Única dos Trabalhadores: Juarez Lopes Pereira
Paulo Moreira dos Santos

Social Democracia Sindical – MG: Paulo Roberto da Silva
João Alves Crisóstomo

Força Sindical/MG: Maria Nelcy Ribeiro de Oliveira Costa
Renato Alves de Oliveira

Confederação Geral dos Trabalhadores: Rogério Jorge Aquino e Silva
Wagner Francisco Alves Pereira

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais: Romeu Scarioli
Companhia Energética de Minas Gerais: Djalma Bastos de Moraes
Fundação João Pinheiro: Amilcar Vianna Martins Filho
Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais : Caio Nelson Lemos de Carvalho
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de MG: José Silva Soares
Fundação Estadual do Meio Ambiente: Ilmar Bastos Santos
Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais: Márcio Luiz Murta Kangussu
Instituto de Desenvolvimento Industrial de MG: Carlos Eduardo Orsini Nunes Lima
Representante da UEMG: José Antônio dos Reis
Representante da UFMG: Clélio Campolina Diniz

Cidadãos Livremente Designados pelo Governador do Estado:
Mauro Ricardo Machado Costa
Oswaldo Borges da Costa Filho
José Geraldo Freitas Drumond
João Camilo Penna
Ronaldo Lamounier Locatelli
Luís Aureliano Gama de Andrade
Cláudio Chaves Beato Filho
Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto
Patrícia Helena Gambogi Boson
Miracy Gustin

Definição das Orientações Estratégicas

Membros do Colegiado de Gestão Governamental Ampliado

Governador do Estado

Vice-Governador

Todos os Secretários de Estado

Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretário-Adjunto: Antônio Cândido Martins Borges

Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Secretário-Adjunto: Jacques Schwartzman

Secretaria de Estado da Cultura
Secretário-Adjunto: José Osvaldo Guimarães Lasmar

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes
Secretário-Adjunto: Paulo César Bregunci
Subsecretaria Prev. e Recuperação Dependência Química: José Elias Murad
Subsecretaria de Trabalho e Assistência Social: Rômulo Antônio Viegas
Subsecretaria de Direitos Humanos: Manoel da Silva Costa Júnior
Subsecretaria de Esportes: Heleno de Oliveira Abreu

Secretaria de Estado da Educação
Secretário-Adjunto: João Antônio Filocre Saraiva
Subsecretaria Administração do Sistema da Educação: Gilberto José Rezende dos Santos
Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação: Maria Eliana Novaes

Secretaria de Estado da Fazenda
Secretário-Adjunto: Simão Cirineu Dias
Subsecretaria da Receita Estadual: René de Oliveira e Sousa Júnior
Subsecretaria do Tesouro Estadual: Raymundo Monteiro Moreira

Secretaria de Estado de Governo
Secretário-Adjunto: Frederico Pacheco de Medeiros
Subsecretaria de Comunicação: Eduardo Pereira Guedes Neto
Subsecretaria da Casa Civil: Carlos Alberto Pavan Alvim

Secretaria de Estado Defesa Social
Secretário-Adjunto: Luís Flávio Saporì
Subsecretário de Administração Penitenciária: Agílio Monteiro Filho
Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de MG: Osmar Duarte Marcelino
Comandante Geral da Polícia Militar: Sócrates Edgard dos Anjos
Chefe da Polícia Civil: Otto Teixeira Filho
Chefe do Gabinete Militar do Governador: Coronel James Ferreira Santos

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Secretário-Adjunto: Marco Antônio Rodrigues da Cunha
Subsecretaria de Indústria, Comércio e Serviços: Eduardo Lery Vieira
Subsecretaria de Desenvolv. Minerometalúrgico e Política Energética: Fernando Lage de Melo
Subsecretaria de Assuntos Internacionais: Luiz Antônio Athayde Vasconcelos

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana
Secretário-Adjunto: Artur Resende do Nascimento
Subsecretaria de Assuntos Municipais: Aristides José Vieira
Subsecretaria de Desenvolvimento Regional: Isnard Monteiro Horta

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Secretário-Adjunto: Shelley de Souza Carneiro

Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão
Secretário-Adjunto: Renata Maria Paes de Vilhena
Subsecretário de Gestão: Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Júnior
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento: Tadeu Barreto Guimarães

Secretaria de Estado da Saúde
Secretário-Adjunto: Hely Tarquínio
Subsecretário de Inov. Logística em Saúde: Marcelo Gouveia Teixeira
Subsecretário Políticas e Ações de Saúde: José Maria Borges

Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas
Secretário-Adjunto: Reinaldo Alves Costa Neto

Secretaria de Estado de Turismo
Secretário-Adjunto: Roberto Luciano Fortes Fagundes

Advocacia Geral do Estado
Advogado Geral: José Bonifácio Borges de Andrada

Auditoria Geral do Estado:
Auditora: Maria Celeste Morais Guimarães

Coordenação do Processo de Elaboração Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Coordenação Geral
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão
Antonio Augusto Junho Anastasia

Coordenação Executiva
Subsecretário de Estado de Planejamento e Orçamento
Tadeu Barreto Guimarães

Coordenação Técnica
Superintendente Central de Planejamento
Bernardo Tavares de Almeida
Consultor
Humberto Barbosa de Las Casas

Equipe Técnica
Adriana Cantarino
Ana Bárbara Cardoso de Alvarenga
Henrique Naves Pinheiro

Apoio Administrativo
Amélia Aparecida Nunes de Almeida
Elizabeth Leão Gomes
Maria de Fátima Moreira Meijon

Consultoria Técnica
Macroplan Planejamento, Prospecção e Estratégia Ltda

José Paulo Silveira
Cláudio Porto
Andréa Belfort

Colaboradores

Antônio Carvalho Neto
Eliane Manferrari Palhares
Fernando Prates
Flávio Decat de Moura
Gislaine Prado
Heleni Fonseca
Heloísa Camargos Moreira
Ilma Laís Mendes Monteiro
Iran de Almeida Pordeus
José Carlos de Mattos
Juliana Rodrigues de Paula Chiari
Laura de Michelis Mendonça
Laura da Veiga
Maria de Fátima Rodrigues Nascimbene
Maria Luiza de Aguiar Marques
Marilena Chaves
Olinto José Oliveira Nogueira
Paulo Eduardo Rocha Brant
Ramon Víctor César
Reinaldo Barros Lôbo
Ricardo Augusto Simões Campos